

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)**

“Malvinas ou Falklands?” Um estudo comparado entre os posicionamentos de Brasil e Chile no conflito anglo-argentino de 1982 e suas implicações para as relações interamericanas

Rafael Macedo da Rocha Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada

**Rio de Janeiro
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. 130 páginas.

“Malvinas ou Falklands”? Um estudo comparado entre os posicionamentos do Brasil e do Chile no conflito anglo-argentino de 1982 e suas implicações para as relações interamericanas.

Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHC, 2010.

Dissertação de Mestrado – PPGHC/UFRJ

Orientadora: Dra. Raquel Paz dos Santos

1 – Diplomacia; 2 – Ditaduras; 3 – Geopolítica; 4 – Segurança; 5 – Integração.

Agradecimentos:

- Ao meu avô Abílio de Macedo.

- Ao meu tio Pedro Ribeiro da Rocha Santos.

- Aos meus pais Nelson e Fátima.

- À minha irmã Aline.

- À minha orientadora Raquel Paz dos Santos.

- À amiga Sandra Teixeira.

- Às funcionárias do PPGHC, Márcia e Leniza e à coordenadora Gracilda Alves.

- Aos professores Bruno Sciberras, Sabrina Medeiros e Marcelo Coutinho.

Banca Examinadora

Dr^a Raquel Paz dos Santos (PPGHC/UFRJ)

Dr. Bruno Sciberras de Carvalho (Departamento de Ciência Política/ PPGHC)

Dr. Marcelo Coutinho (Relações Internacionais – UFRJ)

Dr^a Sabrina Evangelista Medeiros (PPGHC/ EGN)

Dr. Ricardo Castro (Professor Adjunto de História Contemporânea/ UFRJ)

Sumário:

Introdução 2

Capítulo 1: Antecedentes Históricos: As orientações de política externa nos regimes militares de Brasil e Chile.....10

Capítulo 2: A guerra das Malvinas e seus desdobramentos no sistema internacional: o posicionamento de Brasil e Chile.....54

Capítulo 3: As implicações dessas posições para as relações interamericanas.....116

Referências Bibliográficas.....126

Resumo:

A guerra das Malvinas (1982) envolveu vários países ao redor do mundo, além dos beligerantes Argentina e Grã-Bretanha. A historiografia brasileira não privilegia, como deveria, os posicionamentos das outras nações, cruciais para a compreensão do sistema internacional da década de 1980. As posições adotadas pelo Brasil e o Chile, os dois maiores vizinhos da Argentina, por exemplo, demonstram as distintas situações e estágios sobre a percepção de regionalismo e a importância dada por cada um deles para o sistema interamericano. Dessa forma, o conflito deixou um importante legado para o futuro das relações internacionais na América Latina ao longo da década de 1980. O objetivo desta dissertação de mestrado é comparar os posicionamentos do Brasil e do Chile na guerra das Malvinas (1982) e suas implicações para a América Latina.

Palavras-Chaves: integração, segurança, ditaduras, nacionalismo.

Abstract:

The Falklands war (1982) involved many countries of the world, besides the belligerents Argentina and Great Britain. The historiography unfortunately doesn't include the positions of other nations in evidence, extremely crucial for the comprehension of all international system of the eighty's. The positions adopted by Brazil and Chile, two of the major neighbors of Argentina, for instance, demonstrated distinguished situation and stages of perception of regionalism and the importance for each nation about the inter-american system. Consequently, the conflict left an important legacy for the future of the entire international relationships in Latin America in the eighty's. The goal of this master thesis is compare the positions adopted by Brazil and Chile in the Falklands war (1982) and your consequences for the Latin America.

Keywords: integration, security, dictatorships, nationalism.

Introdução:

A história das relações “trilaterais” Brasil, Chile e Argentina possui suas origens na primeira metade do século XIX, exatamente na mesma conjuntura da ocupação britânica às ilhas Malvinas em 1833. O arquipélago (espólio do império espanhol na visão dos argentinos) remontava à idéia de “libertação nacional”, noção tão presente na história de países hispânicos que sofreram com algum tipo de fratura territorial ou tiveram que lutar contra suas Metrôpoles para se consolidar territorialmente enquanto Estado soberano independentemente.

As relações entre Brasil, Chile e Argentina ao longo do século XIX estiveram subordinadas à Grã-Bretanha, grande potência econômica e militar daquela época e detentora do “controle” das ilhas Malvinas. As economias de Brasil, Chile e Argentina, ainda baseadas na produção de produtos primários, encontravam mais mercados e capitais na Europa. Desse modo, essas economias muito eram mais competidoras entre si do que necessariamente complementares e os níveis de intercâmbios de todos os gêneros eram extremamente tímidos.

Nesse sentido, a posição dominante da Grã-Bretanha na região impediu que a Argentina reclamasse de forma veemente sua soberania sobre as ilhas no século XIX. A posição de liderança que Buenos Aires alcançou no continente no início do século XX distanciou o país portenho de seu contexto latino-americano, apesar da importância da assinatura do pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) em 1915 ter atuado como pontapé inicial para os entendimentos sobre a temática da integração continental e de coordenação de suas políticas macroeconômicas, já buscando a redução da influência de elementos extra-hemisféricos como os Estados Unidos e sua então política intervencionista para a região conhecida como Big Stick.

Os anos 30, entretanto, apresentaram um panorama promissor para as relações trilaterais. A crise internacional de 1929 obrigou esses países a buscarem novas formas de cooperação regional para atenderem às demandas de suas produções, que, com a ascensão de regimes ultranacionalistas na Europa nos anos 40 e com a Segunda Guerra Mundial deixaram de ter espaço “cativo” juntos aos europeus. As dificuldades conjunturais da Grã-Bretanha romperam com o alinhamento incondicional de Buenos Aires, gerando assim um clima de rivalidade bilateral que se transferiu para o plano interno argentino.

Nesse meio tempo, as cidades argentinas dilatavam-se; a imprensa se desenvolvia e o país industrializava-se e urbanizava-se. O peronismo que já dominava a cena política do país nos

anos 40 fomentava o “novo” nacionalismo argentino e criava um corpo social amplamente engajado e politizado. Atendendo-se assim a todos os requisitos descritos por Benedict Anderson (1994) para a formação de uma consciência nacional, a Argentina “preparava-se” para reativar a questão esquecida de suas “hermanitas perdidas” para os britânicos.

Nem os Estados, nem as nações existiram sempre, em quaisquer circunstâncias e não necessariamente ao mesmo tempo (GELLNER, 1997: p. 19). O surgimento da nação argentina, como resultado típico da superação de um modo de produção agrário para uma sociedade industrializada, principalmente a partir dos anos 30, acelerou o culto dos argentinos às Malvinas. Isso corrobora as teses de Kramer (1997) que classificam o nacionalismo como a única criação típica da era moderna (fruto do inchaço das cidades). O nacionalismo argentino encaixa-se na idéia de que as sociedades criam o que elas querem que *seja tradição* sem levar em conta quaisquer concepções temporais. Segundo Said (2000), a invocação do passado em relação à nação “constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente, daí a incerteza se o passado é de fato passado ou se persiste sobre outras formas” (p. 33). Nesse sentido, as Malvinas adquiriram um caráter permanente de *mito fundador* para os argentinos.

Na década de 50, o presidente da Argentina Juan Domingo Perón, principal defensor de uma “Terceira Posição” para o continente e grande patrocinador do culto às Malvinas em seu país, afirmava que Brasil, Argentina e Chile formavam o eixo de gravitação da América Latina. Ao afirmar que “os anos 2000 nos encontrarão unidos ou dominados”, o general argentino buscava alinhar a região em função da necessidade de uma integração forte; mesmo postulado por Getúlio Vargas no Brasil e Ibañez no Chile. Para os três mandatários, em 1953, o eixo Brasília-Santiago-Buenos Aires precipitaria o ingresso dos demais países da região sob um único e convergente discurso latino-americanista (BANDEIRA, 1987: p. 25).

A América Latina, após um breve período de democracia no pós-Segunda Guerra Mundial, entrava em uma nova era de autoritarismo a partir dos anos 60. A ascensão de quadros das Forças Armadas transformava as relações regionais em temas delicados e sensíveis, já que envolviam conceitos geopolíticos: os seus vizinhos, nesse sentido, eram compreendidos mais como ameaças do que como parceiros em potencial.

Os Regimes de Segurança Nacional dos anos 70 e 80 se baseavam na idéia de “territorialismo”, ou seja, quanto maior for seu território e sua projeção sobre os demais, maior serão seus poderes, suas riquezas e sua capacidade de subjugar os outros Estados. Para o

nacionalismo “intolerante” das ditaduras militares do Cone Sul, apropriando-se de uma das teorias clássicas de Ernest Gellner (1997) sobre o conceito de nação: “a unidade política plena só pode tornar-se etnicamente homogênea quando mata, expulsa ou assimila todos os não-nacionais” (GELLNER, 1997: p. 13). Associando algumas das idéias desse mesmo autor à algumas peculiaridades dessas ditaduras, as doutrinas de “Segurança Nacional” na região utilizavam-se temas “sensíveis” para as suas populações como uma solução para “redução de tensões internas”. Nesse sentido, o culto à nação para um regime de exceção adquiriu um caráter repressor que também se reproduziu fielmente na formulação dessas políticas externas.

No “Dicionário de Relações Internacionais”, Guilherme Silva e Williams Gonçalves (2010) definem política externa, ou política exterior, em um sentido restrito, como “a atividade por intermédio da qual os Estados se relacionam entre si. Confunde-se, portanto, com o conceito de diplomacia. Em sentido amplo, representa o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais de um Estado são formuladas, executadas e avaliadas. Nesse sentido, a política externa é uma estratégia da diplomacia”. (pp. 216-217). Torna-se necessário considerar que o “poder” efetivo de uma política externa está diretamente relacionado às capacidades materiais que o Estado dispõe como sua relevância geopolítica, grandeza territorial, econômica e militar. Dessa forma, seu alcance regional ou global resultaria do poder relativo que um país exerça em relação aos outros que formam o sistema internacional.

Um dos paradigmas mais elementares em termos de análise de política internacional diz respeito à forma como os Estados, componentes centrais do “sistema”, atuam ou se posicionam em determinadas circunstâncias. A partir da noção básica de que esses atores buscarão primordial sua segurança e existência enquanto Estado, os analistas internacionais buscam ter uma certa previsibilidade de como eles se comportarão em algumas conjunturas sempre levando-se em conta os dividendos que ganharão com tal alinhamento. Em toda formulação de cenários de guerra, os estrategistas e diplomatas analisam a forma como os países do sistema internacional irão reagir diante de ameaças, levando-se em conta que todo conflito pode colocar em xeque a sobrevivência dos Estados envolvidos nas hostilidades.

No caso da guerra das Malvinas em 1982, essa lógica não poderia ser diferente. A diplomacia argentina, por exemplo, contava com três hipóteses orientadoras de cenários internacionais quando decidiu por conta própria invadir as ilhas através de uma invasão militar. Em dois desses cenários, Buenos Aires equivocou-se de maneira quase “infantil”. Na

primeira das projeções (e mais importante delas), os argentinos esperavam que os Estados Unidos se posicionariam a favor de seus interesses, por conveniências de momento¹ ou no mínimo, se manteriam neutros. No segundo cenário “equivocado”, o Palácio San Martín, sede da diplomacia portenha, esperava que a Grã-Bretanha não reagisse militarmente e tão “desproporcionalmente” por um “punhado de ilhas isoladas” como afirmara o próprio líder da Junta Militar Argentina, Leopoldo Galtieri, perplexo com os desdobramentos do conflito.

A única hipótese acertada pelos argentinos no planejamento da ação nas ilhas Malvinas diz respeito ao posicionamento dos seus vizinhos regionais. O governo de Buenos Aires tinha plena confiança de que a América Latina, de um modo geral, daria grandes demonstrações de apoio e solidariedade à sua causa, assim como os demais países do “Terceiro Mundo”.

O tema “integração” está intimamente associado a posição dos chilenos. Se esta “agenda” estiver ligada à busca ao modelo de construção de paz, que possibilite o esvaziamento de conflitos limítrofes conforme preconiza David Mitrany, estaremos concebendo a fragilidade “crônica” da união latino-americana, principalmente se testada contra um bloco muito mais consolidado e coeso como a União Européia. O foco dessa pesquisa consiste justamente nessa histórica falta de coesão da América Latina. A falta de posições coordenadas e a ausência de convergência política e econômica têm sido antiga experiência na região.

Integração pode ser um processo no qual os Estados passam da autodeterminação para uma unificação visando o aumento da cooperação segundo Deutsch. Para Herz e Hoffman (2004), quanto maior a profundidade da integração, mais a ausência de organizações podem comprometer sua eficácia. Esta dissertação também assim pretende associar a guerra de 1982 como parte indissociável da incipiência desse processo na América Latina.

Não podemos nos esquivar, portanto, de que o conflito das Malvinas, mais do que conflito anglo-argentino, representou um choque direto entre América Latina e Europa. A guerra, entretanto, não deixou de expôs fraturas e divisões inerentes a séculos de dominação pelas grandes potências no continente sul-americano. A falta de experiências permanentes e concretas de integração na América Latina e a existência de antigos litígios territoriais como condicionantes para o êxito das relações no continente contrastavam, por exemplo, com o eficiente boicote econômico adotado pela Comunidade Européia contra os argentinos. As

¹ A Argentina era um dos maiores aliados dos Estados Unidos na América Latina durante o governo Galtieri.

históricas dificuldades de diálogo no continente provinham das rivalidades locais existentes e da ausência de modelos políticos e econômicos convergentes para uma cooperação duradoura.

De acordo com Artur Luiz Santana Moreira (2009), a guerra das Malvinas atuou como um conflito “intensificador de tendências para os anos 80”. Nesse sentido, a guerra “apontou bem na prática o que se vinha desenhando nas relações internacionais da América Latina como orientação para os governos democráticos que se seguiriam”. (MOREIRA, 2009: p. 183). Segundo Cervo (1994), a década de 80 demonstrava assim a pioneira adoção de consensos na região e de uma cooperação mais duradoura, necessidade que o conflito de 1982 demandou.

Brasil e Chile, os dois maiores vizinhos *físicos* da Argentina, viviam momentos distintos na segunda metade dos anos 70 e no início dos anos 80, apesar da predominância de ditaduras militares em ambos os países. Seus modelos de desenvolvimento econômico, seus sistemas políticos e a situação de suas respectivas relações com Buenos Aires eram completamente distintos entre si, no exato momento em que a Junta Militar Argentina precipitou uma grave crise internacional. Esses posicionamentos seriam importantes para a Argentina, em um momento delicado onde o país encontrava-se completamente isolado internacionalmente.

Começaremos esse trabalho com a análise da evolução das relações do Brasil com o mundo a partir do golpe militar de 1964 e suas respectivas doutrinas. Se até 1977, a Argentina era vista com grande desconfiança e receio pelos militares brasileiros², porque somente cinco anos depois, em 1982, o Brasil (sob a mesma ditadura) mobilizaria toda a sua diplomacia para expressar apoio para Buenos Aires? Porque o Brasil não se aproveitou da oportunidade para enfraquecer ainda mais o seu então rival tradicional e implementar de vez sua hegemonia sobre todo o continente? Para responder a essas perguntas, analisaremos como as relações do Brasil com Buenos Aires e com a América Latina saíram de uma situação crítica nos anos 70 e tomaram o caminho da cooperação a partir dos anos 80. Desse modo, estaremos investigando os motivos diretos responsáveis pelo grande e decisivo apoio de Brasília à Buenos Aires na crise, importante para consolidar de vez as boas relações bilaterais nos anos 80.

Posteriormente, faremos o mesmo tipo de análise de conjuntura comparativa com o Chile, porém com uma abordagem diferente daquela usada para o Brasil. O Chile na realidade é um verdadeiro laboratório de experiências políticas pelo fato deste país ter vivido ao longo de sua

² A capa da Revista brasileira “Veja”, edição 464 de 27 de Julho de 1977, se referia à um “grande desencontro” e à um “enorme embaraço” nas relações entre Brasília e Buenos Aires.

história uma série situações que o singularizam no cenário político sul-americano. Analisaremos não somente a orientação de política externa do regime militar de Pinochet, mas também aspectos e indícios importantes de seu governo para confirmar os tradicionais modelos de distanciamento do país andino para com o continente, o modelo econômico “pioneiro” neoliberal adotado por Pinochet e a persistência de rivalidades locais como condicionantes ao êxito de boas relações. Desse modo, queremos associar como o posicionamento chileno na guerra das Malvinas, junto com esses fatores, serviu para isolar ainda mais o governo Pinochet de seu contexto latino-americano ao longo da década de 1980.

Posteriormente, faremos uma breve análise conjuntural anterior à guerra das Malvinas para tratarmos de “novas” questões importantes que permeavam o sistema internacional naquele momento como, por exemplo, a crescente importância que a política dos blocos regionais adquiriram para o mundo nos anos 80, oriundas, sobretudo, da severa crise econômica que abalou o mundo no início dessa década, do ingresso do neoliberalismo enquanto lógica para a atuação dos Estados, do final dos “Welfares States” e dos “Estados desenvolvimentistas” e da completa reformulação da idéia de “interesse nacional”. A busca pela “região” nos anos 80 parte justamente como resposta a esses momentos “adversos”.

A partir de então, analisaremos comparativamente os posicionamentos dos governos militares de Brasil e Chile na guerra, com focos nos acontecimentos que refutem a posição de neutralidade que ambos os países alegaram ter adotado oficialmente e nas percepções reais de cada um deles para o seu relacionamento com a Argentina, vizinho que se encontrava naquele momento em severas dificuldades de toda ordem. Buscaremos assim constatar duas concepções distintas de realidades que permeavam as suas relações com o continente.

Fecharemos nossa discussão com os desdobramentos desses posicionamentos para as inserções de Brasil e Chile nas relações interamericanas ao longo dos anos 80. Pretendemos associar a guerra de 1982 à uma tendência histórica apresentadas pelas duas nações: o Brasil de maior ênfase na sua região e o Chile, de um alinhamento maior com potências extra-hemisféricas. A guerra das Malvinas atuará como um termômetro dessa perspectiva. Se a relação geográfica pressupõe uma interdependência inter-estatal (NYE, 2002), compararemos de que forma o conflito das Malvinas atuou para criar duas concepções diferentes de “região”, reforçando também duas tendências históricas em relação à América Latina.

Hipóteses:

A principal hipótese contida deste trabalho consiste na inserção da guerra das Malvinas como um conflito intensificador de tendências “passadas” e “futuras” para Brasil e Chile.

As outras hipóteses, secundárias, consistem na confirmação desses pressupostos: no caso chileno, o afastamento histórico do Chile das relações regionais, o papel que o modelo econômico adotado por Pinochet teve no posicionamento do país no conflito e para os rumos do país, de uma forma geral, ao longo dos anos 80 e a influência de antigas rixas regionais como condicionantes ao estreitamento de vínculos com a região.

No caso brasileiro, queremos demonstrar se a posição que o Brasil adota em relação à América Latina na atualidade possui origens na diplomacia do último governo militar. Queremos constatar assim também a grande preocupação e valorização do Brasil com a sua região e com a estabilidade política e econômica do continente e dos seus vizinhos contra qualquer ameaça “extra-hemisférica”.

Fontes:

As fontes são aspectos importantíssimos na elaboração desta pesquisa, já que “oficialmente” Brasil e Chile mantiveram-se juridicamente “neutros” durante a guerra das Malvinas (1982). No entanto, o que percebemos é que os dois países possuíam sim preferências bem evidentes que serão exploradas aqui, não somente por meio da análise dos principais acontecimentos na guerra, mas também com um minucioso estudo sobre a situação econômica e política de Brasil e Chile naquele momento e que serão decisivos para a adoção de posicionamentos e concepções de realidade e necessidade tão distintas.

Para a História do Tempo Presente, os depoimentos e vivências particulares se apresentam não somente como uma simples fonte, mas também como importantes objetos de análise. A proposta inicial do “tempo presente” consiste assim em oferecer novas interpretações dos acontecimentos históricos mais recentes a partir de uma nova perspectiva: a história oral, intimamente ligada à memória e à percepção das testemunhas do conflito, principal trunfo de temas históricos contemporâneos como a guerra das Malvinas.

Seus críticos apontam que esse tipo de material é parcial, visto que podem apresentar incertezas ou mentiras, já que a memória torna-se passível de erros, além de ser desorganizada e desarticulada. No entanto, em uma sociedade ávida por respostas imediatistas e cuja memória da usurpação britânica resiste através das gerações (como é o caso da Argentina e as ilhas Malvinas), o futuro deste tipo de “historiografia do presente” ganha cada vez mais grande consistência. Os depoimentos mais marcantes e esclarecedores serão os do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro, do Comandante da Força Aérea chilena, Fernando Matthei, da ex-primeira ministra Margareth Thatcher, do general argentino Martin Balza, dentre outros.

Metodologia:

O estudo paralelo de duas nações vizinhas e contemporâneas, influenciadas uma pela outra como é o caso de Brasil e Chile, também remonta ao estudo comparativo pioneiro de Marc Bloch, que verificou a possibilidade de fenômenos simultâneos ocorrerem em duas ou mais sociedades cujas Histórias se desenvolveram mutuamente (BLOCH, 1998).

À luz do método proposto por Boris Fausto e Fernando Devoto (2004), a comparação tornou-se uma boa metodologia para pesquisa em estudos regionais, devido à possibilidade de se estabelecer uma série de paralelos, aproximações e distinções entre as trajetórias percorridas pelas nações latino-americanas durante um determinado período de tempo. Dessa forma, vamos apresentar aqui as diferenças de modelos econômicos, políticos e inserções internacionais de Brasil e Chile durante os respectivos períodos de suas ditaduras militares.

Assim como ocorreu na historiografia européia durante o século passado, o uso do método comparativo entre Brasil, Chile e Argentina ficou esquecido por um bom tempo. Segundo Fausto e Devoto (2004), o fato de as histórias das relações trilaterais estarem mais ligadas aos centros econômicos e políticos do Ocidente do que entre si, resultado do histórico de rivalidades, a diferença de idiomas e o desenvolvimento econômico voltado para o exterior fora responsável pelo desuso da comparação na História durante boa parte do século XX.

Como vizinhos regionais, Brasil, Chile e Argentina acumulam origens e identidades em comum que atendem cientificamente tanto as idéias pioneiras de Bloch quanto aos novos métodos de História comparada “cruzada e assimétrica” de Jurgen Kocka (2004). Para este autor, o melhor método de comparação é separar o objeto principal a ser analisado em diversas

partes, “cruzando” dados e números de todas as esferas entre os países analisados para que a partir dessas evidências, comprovemos as tendências de Brasil e Chile em relação à Argentina e à região. A comparação nesse sentido adquire um caráter mais adequado para o estudo às relações internacionais, por compararmos dados transnacionais para mostrar orientações e interesses ambíguos que se refletiram em suas orientações de política externa.

Desse modo, o método comparado que pretendemos utilizar nesta pesquisa é a junção dos métodos de História Comparada de Bloch (1998) e Kocka (2004), por entender que estes dois modelos de comparação se adequam aos objetivos desta pesquisa.

Capítulo 1 – Antecedentes Históricos: as orientações de política externa dos regimes militares de Brasil e Chile:

1.1 - Brasil: a incapacidade da nação e a virada da política externa dos regimes militares:

Buscaremos aqui estabelecer um breve histórico comparado das orientações da política externa brasileira durante os regimes militares pós-1964. Assim pesquisaremos uma grande evolução em termos de prioridades estratégicas para Brasília ao longo dos quase 20 anos de ditadura militar, com foco nas suas relações com a América Latina e que posteriormente justificarão o apoio brasileiro dado à Argentina durante a guerra das Malvinas.

Queremos aqui associar de que forma e por quais motivos, os regimes militares brasileiros modificaram as diretrizes estabelecidas pelos primeiros governos do golpe de 1964 e começaram a promoverem um alinhamento internacional mais atrelado à América Latina, redirecionando as inserções externas para um posicionamento mais ousado diante de uma situação “inusitada” para o Brasil: o auxílio militar e diplomático a um país vizinho, entendido tradicionalmente como uma ameaça real há até poucos anos anteriores ao conflito.

Assim sendo, queremos estabelecer por meio dessa temática como fora construída essa transformação de uma diplomacia brasileira voltada exclusivamente para o “interesse nacional” para uma diplomacia da “cooperação internacional” duradoura e permanente. Dessa forma, será possível abordar os antecedentes conjunturais que justificarão o posicionamento brasileiro, alinhado às pretensões da Argentina, na guerra das Malvinas (1982). Vamos expor assim um breve histórico sobre as inserções internacionais de Brasília a partir dos anos 60.

Durante grande parte do ciclo nacional-desenvolvimentista (1945-1974), de uma forma geral, a América do Sul sempre fora uma região secundária para o Brasil. As elites políticas brasileiras sempre viram nos vínculos com os Estados Unidos e a Europa a maneira mais segura de assegurar mercados, capitais e tecnologias para a manutenção do desenvolvimento brasileiro (SANTORO, 2006: p. 115). Angariadas por décadas de crescimentos econômicos mundiais (responsáveis pela elevação do Brasil como um dos países que mais se expandiram no século XX), tradicionalmente, a política externa brasileira possuía circunstâncias e ocasionais manifestações de associação com a Argentina e com a América Latina como ocorreram brevemente, por exemplo, durante as presidências dos instáveis governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Essas alianças internacionais do Brasil com o continente eram compreendidas por nomenclaturas “alternativas” como, por exemplo, “política externa independente” ou estratégias de “autonomia” e “libertação”, dado o caráter “alternativo” e “inusitado” que elas adquiriam para um conjunto de movimentos externos tidos como “tradicionalistas” pelo país. A formulação dessas políticas de integração à América Latina seguiria um caráter “nacionalista”, mais ligada, entretanto, à ampliação da margem de manobra do país frente aos EUA, nação que tradicionalmente manteve sua dominação econômica sobre o continente desde os anos 20.

A promoção da aproximação com os vizinhos (especialmente a Argentina) até os anos 80, por vezes, era concebida somente por governos de esquerda (a maioria dele instáveis) e era associada como uma “grande ameaça” por setores sociais tradicionais do país³. Os preconceitos que estavam embutidos dessa aliança impediram que essas relações bilaterais não se configurassem como uma prioridade e as principais articulações diplomáticas e esforços dos dois países sempre estiveram atreladas os alinhamentos extra-regionais.

Se associarmos essas premissas ao fato de que o estado das relações Brasília e Buenos Aires sempre fora condicionante para o êxito das relações continentais, pelo fato da grande influência que as duas nações sempre exerceram para o conjunto da região, comprovaremos as dificuldades históricas que permearam a fragilidade desses mecanismos até os anos 80, momento crucial em que Brasília, atravessando grandes dificuldades econômicas e ainda sob a égide de uma ditadura militar, “abraçará” a causa latino-americanista na guerra das Malvinas.

³ Entre 1953 e 1954, alguns partidos de direita como a UDN (União Democrática Nacional) acusavam o governo Vargas de querer implementar uma República Sindicalista no Brasil em associação com a Argentina de Perón.

O golpe militar de 31 de Março de 1964 colocou um ponto final definitivo entre as duas visões conflitantes de política e economia que prevaleciam entre a esquerda e a direita no país. Ao implementar um governo ditatorial no país, os militares buscariam consolidar uma política de arrocho nas relações com o continente, baseado no papel de liderança do Brasil na região (e projetos como “Brasil potência”) e em doutrinas relacionadas à “modernização conservadora” (com apoio dos EUA). Alguns como Binômios como Desenvolvimento e Segurança como os da ESG passariam a se articular para ditar a orientação de política externa dos militares brasileiros, que ao reforçarem o nacionalismo, estavam na verdade na contramão da “política Externa Independente” de Jânio Quadros, mas alinhados mais à lógica da Guerra Fria.

No começo do regime militar, em especial durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967), esse distanciamento em relação ao continente fora seguido à risca. O Brasil permaneceu fielmente alinhado aos princípios ditados pelos norte-americanos para a América Latina: a defesa do continente do “espectro comunista e contra a subversão marxista” em todas as suas formas; uma política exterior denominada de “fronteiras ideológicas”⁴. Tal posicionamento ainda estava fortemente amparado ao grande apoio dado pelos Estados Unidos ao golpe militar de 1964 e à necessidade de eliminar os opositores do governo João Goulart.

A partir do governo Costa e Silva (1967-1969), o Brasil procuraria uma postura mais autônoma frente aos Estados Unidos, rompendo com doutrinas ligadas à interdependência e à. O projeto de “grande potência” dos militares requeria a ampliação de sua influência para além das fronteiras latino-americanas, visto que sua liderança política, econômica e militar brasileira no continente já estava praticamente consolidada em fins dos anos 60.

A construção de um projeto de “interesse nacional” pressupunha uma visão de política externa autônoma. Ao rever, mesmo que efemeramente, o conceito de soberania e interesse “nacional”, o breve governo Costa e Silva deixou evidente a necessidade de que o projeto de “Brasil potência” dependia de um grau de autonomia maior frente aos Estados Unidos e de uma participação maior do Brasil nos foros de tomada de decisões internacionais.

O projeto autônomo do general Arthur da Costa e Silva teve breve duração e o Brasil não tardou em regredir nos esforços de autonomia frente aos Estados Unidos. O caráter fortemente anticomunista da “Revolução” de 1964 e a grande abertura da economia brasileira ao

⁴ Destaca-se aí, por exemplo, o envio de tropas brasileiras para a República Dominicana em 1965 compondo uma força interamericana liderada pelos Estados Unidos para sufocar uma experiência de governo socialista naquele país e utilizando o TIAR como artifício jurídico para justificar tal intervenção.

investimento maciço de empresas norte-americanas, que despejavam grandes recursos na economia brasileira, adiaram por alguns anos um esboço de projeto “autônomo” de política externa, que, mesmo que não contemplasse diretamente a América Latina, questionou o modelo de inserção internacional do país que prevalecia até então.

O governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) novamente alinhou às diretrizes da política externa relacionadas à “Doutrina de Segurança Nacional”. Novamente, o Brasil se colocaria na posição de satélite privilegiado da América Latina dos Estados Unidos atuando abertamente em conspirações para depor opositores da superpotência na região e na manutenção de um projeto estratégico-militar compatível com os interesses dos EUA.

O modelo de desenvolvimento seguia para um crescimento rápido, dirigido para a produção de bens de consumo duráveis e projetos de infra-estrutura de grande magnitude, apoiado em largos investimentos estrangeiros (SARAIVA, 1998: p. 20) O déficit nas contas públicas brasileiras eram financiadas pela grande liquidez do mercado financeiro e por taxas de juros “razoáveis” que permitiam que o Brasil atrelasse seus destinos a esse “modelo” econômico, apesar da grande vulnerabilidade que o país estava exposto.

O Brasil sob o governo Emílio Garrastazu Médici se alinhou, portanto, às diretrizes hemisféricas ditadas pelos Estados Unidos, visando somente aproveitar a conjuntura de grande expansão econômica que se abria para o país na primeira metade dos anos 70. A visita de Médici à Washington em 1971 confirma o alinhamento brasileiro com a superpotência⁵.

Em relação à América Latina, a instabilidade econômica e social da Argentina e a crescente preponderância brasileira na região eram reforçadas por um período de altos índices de crescimento econômico conhecido como “Milagre Econômico”. Tal preponderância política e econômica realçava um papel “natural” de liderança regional brasileira, em detrimento da Argentina, seu grande “competidor” no continente, mas que no início dos anos 70, sofria com golpes palacianos e com uma severa estagnação econômica.

O isolamento político argentino era visto com grande simpatia pelos militares brasileiros até 1974. A rivalidade bilateral adquiriu contornos dramáticos durante as presidências argentina do General Juan Carlos Onganía (1966-1969) e de Alejandro Lanusse (1971-1973). A crescente preponderância do Brasil na região da Bacia do Prata, que ameaçava alterar a

⁵ Richard Nixon na ocasião da visita de Médici a Washington dissera que: “para onde for o Brasil, a América Latina também vai”. O mandatário também afirmara que “o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil”.

balança de poder que prevalecia desde o final da Guerra do Paraguai, era vista com grande desconfiança pela imprensa portenha e pelos mais variados setores sociais do país⁶.

Nesse sentido, o chanceler de Onganía, Nicanor Costa Mendez (o mesmo que anos depois, ocupava o mesmo cargo do Ministro das Relações Exteriores na época da invasão argentina às Malvinas) procurava reconstituir o antigo Vice-Reinado da Prata sob órbita de Buenos Aires e empreendia uma grande pressão no continente em fins dos anos 60 para a formação de um eixo “anti-Brasília” com a participação do Peru, do Equador e da Bolívia.

Os projetos desenvolvimentistas brasileiros, de grande vulto, atemorizavam os argentinos que se assustavam com o fortalecimento econômico e geopolítico dos brasileiros na América Latina. Naquela conjuntura, enquanto o Brasil de Médici conseguia incluir sob sua órbita, diversos países da região por meio de ditaduras patrocinadas por Brasília. A Argentina, na contramão desta tendência, democratizara-se brevemente em 1973, se isolando perante aos demais países do continente e perdendo grande influência na região para Brasília. A rota de colisão entre ambos tornou-se um fator complicador para o estreitamento da cooperação.

As controvérsias quanto à construção da hidrelétrica de Itaipu marcaram negativamente as relações Brasil e Argentina e perdurariam até o final dos anos 70. Tentando frear o expansionismo brasileiro na região, a Argentina julgava-se no direito de ser “consultada” previamente sobre o andamento do empreendimento, enquanto o Brasil se achava no direito de somente “informar” os argentinos sobre as obras. A diplomacia argentina passou boa parte dos anos 70 concentrando energias em negociar declarações contrárias ao Brasil e que angariassem o apoio dos demais países sul-americanos a favor da tese da consulta prévia em relação à Itaipu, considerado pelos argentinos como um projeto ameaçador para sua presença na região⁷.

O auge das tensões entre as duas nações aconteceria em Novembro de 1973, quando a pedido da Argentina, a Assembléia Geral das Nações Unidas se posicionou a favor dos reclames de consulta prévia em relação à Itaipu por uma esmagadora maioria de votos (78 a 6). Apesar do resultado, o Brasil, descumprido claramente uma determinação direta da ONU,

⁶ A Argentina alegava que a construção da hidrelétrica era uma ameaça aos cursos de diversos rios em seu território e que a obra impedia a construção da usina de Corpus, empreendimento conjunto com o Paraguai. Buenos Aires levou o caso aos organismos internacionais, claramente, tentando contrabalancear o avanço brasileiro em uma região que desde a Guerra do Paraguai no século XIX se mantinha em relativo equilíbrio.

⁷ Outra tensão gerada no relacionamento entre Brasil e Argentina nos anos 70 dizia respeito à ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas. Isso significaria que o Brasil controlaria as rotas marítimas e aéreas “podendo dificultá-las ou interrompê-las a qualquer momento” (BANDEIRA, 1995: p. 247).

continuou com a construção do empreendimento hidrelétrico como “Ihe era mais conveniente” com o beneplácito do governo norte-americano de Richard Nixon (1969-1974).

O binômio segurança/ desenvolvimento colocava-se como dois aspectos indissociáveis para os militares “linha-dura”. A garantia de grandes crescimentos econômicos garantiria o êxito de todos os projetos governamentais subseqüentes. A garantia de um sistema de “Segurança Nacional” impedia qualquer tentativa de atenuação ou distensão, visto que o autoritarismo garantia esse vultoso crescimento sem qualquer tipo de pressão popular. Essa falta de moderação transferia-se diretamente sobre a orientação de política externa brasileira.

Ao final do governo Médici, já em uma situação defensiva, o Brasil recusou-se a ratificar um Tratado de não-proliferação de Armas Nucleares, alegando que o acordo institucionalizaria as desigualdades entre as nações, ao cristalizar as posições de poder na política mundial. Tal postura fora amplamente condenada tanto pela Argentina, assim como pela ONU, pela OEA, pelos próprios Estados Unidos e pela URSS (CERVO, 1994: p. 170). O grande isolamento internacional tornara-se naquele momento uma ameaça aos projetos brasileiros de constituir-se como potência mundial, agora sem mais o respaldo da superpotência sob o governo Ford.

1.2 - O governo Ernesto Geisel (1974-1979):

A condenação do Brasil nos foros internacionais, no final do governo Médici, revelava um panorama obscuro para o país naquele momento: posicionando-se a favor de Israel contra os palestinos na ONU, apoiando abertamente golpes de Estado na América Latina⁸, colocando-se contrariamente ao movimento dos países não-alinhados e à independência de várias nações africanas, o país se isolava cada vez mais no cenário externo e o próprio regime político brasileiro já apresentava sinais claros de constante desgaste internacional.

É nesse momento que a política externa brasileira deixaria de estar atrelada aos estudos geopolíticos da Escola Superior de Guerra e se associaria mais as potencialidades econômicas internas do país e suas oportunidades de inserção e projeção internacional. Apesar dos

⁸ O Brasil apoiou abertamente os golpes militares na Bolívia em 1971, no Chile em 1973 e no Uruguai em 1973. No caso do Chile, o apoio decisivo para a insurreição que derrubou Allende partiu do governo brasileiro. Naquele episódio, houve intervenção direta de militares brasileiros na preparação das pré-condições para o golpe. O Embaixador norte-americano confessa que ao apoio psicológico que partiu para o êxito do golpe que empossou Pinochet na presidência partiu do Embaixador brasileiro no Chile, Câmara Canto. Após a insurreição, o Brasil ofereceu vantagens econômicas importantes para a consolidação da insurreição militar.

fundamentos de política exterior ainda estarem centralizadas na mão dos militares, a abertura interna era uma questão de oportunidade única para esta mudança. A partir desse momento, o Brasil passa a adotar uma postura de *globalismo* em substituição ao *americanismo*

A condição brasileira de satélite privilegiado dos EUA na América Latina, durante o governo Médici, havia afastado o país de novos mercados em potencial, que eram importantes para a manutenção e ampliação da indústria brasileira. O conceito de “Segurança Nacional” fora revisto pelos militares brasileiros e passou a estar associado ao desenvolvimento econômico auto-sustentado, o que levava o governo Geisel a buscar novas formas de inserção internacional visando à diversificação dos contatos, à redução da vulnerabilidade e à maior autonomia; visando diminuir o crescente déficit nas contas externas (cerca de US\$ 4 bilhões).

A abundante oferta de crédito no final dos anos 60 e início dos anos 70 fora abalado pelos efeitos da recessão econômica internacional, oriunda dos sucessivos choques nos preços do petróleo nas economias dos importadores do produto. Os países mais dependentes do sistema como o Brasil se viram obrigados a promover um ajuste recessivo em suas contas externas para fazer frente ao pagamento de suas elevadas dívidas. O modelo econômico brasileiro se viu extremamente dependente dos fluxos financeiros internacionais que, a partir da segunda metade dos anos 70, passaram a ficar mais escassos em comparação aos anos anteriores.

Durante a década de 70, o regime militar “autoritário” passou por um grande processo de mudanças, que não se limitavam apenas à esfera política, mas ocorriam, sobretudo, no campo econômico e refletiam-se no processo de tomada de decisões no nível de política externa do Brasil (SARAIVA, 1998: p. 19). O aumento nos preços do petróleo e a o aprofundamento da crise internacional, ambos em 1974, refletiam um grande esgotamento da capacidade produtiva, aceleradas por resultados cada vez piores na balança comercial brasileira.

Com a crescente adversidade internacional, o governo Geisel passou a promover o desenvolvimento do país em Projetos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) que visavam, sobretudo, a criação de uma nova política de “substituição de importações”, capaz de diminuir as importações que levavam dólares para fora do país, por meio da produção desses produtos de bens de capital (de alto valor agregado) em território nacional. Estimularam-se, por meio de incentivos fiscais, as exportações que passaram a adquirir um papel importante: traziam dólares para o fechamento das contas brasileiras, cada vez mais deficitárias.

A situação econômica começara a se deteriorar rapidamente, obrigando o governo a recorrer a créditos externos como empréstimos e investimentos dos países ricos, mas que aumentavam em larga escala o endividamento. Essa condição piorou a imagem do Brasil no exterior, prejudicando o pagamento dos encargos da dívida. Por esse motivo, o governo Geisel apresentou momentos de “altos e baixos” em termos de crescimento econômico, apesar de que por vezes apresentavam-se índices inflacionários cada vez mais ascendentes. Esse momento representou um momento claro de transição para a política externa brasileira.

Apesar da constante rivalidade nas relações Brasil e Argentina, novos problemas internacionais, comuns às duas nações, começaram a surgir a partir do final dos anos 70. A exaustão do modelo desenvolvimentista, o esgotamento dos regimes autoritários, os aumentos dos preços de petróleo e da dívida externa além da política econômica nociva das nações desenvolvidas podem ser apontados como fatores determinantes para a redefinição da idéia de alinhamento automático com os EUA, visão tradicional na América Latina nos anos 60 e 70.

Com a sua liderança econômica e política no continente já consolidada, o Brasil procurava ampliar sua influência pelo mundo. Nesse sentido, percebia-se com clareza como as relações brasileiras com o restante da América Latina eram extremamente mal-exploradas, principalmente em relação à Argentina. A ampliação do espaço econômico brasileiro sobre o continente dependia do fortalecimento do *soft power* de Brasília sobre a região e isso pressupunha que o país não poderia alimentar rivalidades no continente e nem sequer manter países vizinhos demasiadamente isolados de sua esfera de influência, ou seja, sua região.

A abertura interna “lenta, segura e gradual” preconizada por Ernesto Geisel (1974-1979) teria reflexos diretos na condução da política externa brasileira. Aspirando ser uma grande potência mundial e visando estender seus domínios para além das fronteiras latino-americanas, o Brasil buscava a consolidação de novas posturas mais coerentes como o fim do alinhamento automático com os EUA, a aproximação com o Terceiro Mundo e o estreitamento de vínculos com os vizinhos como novas vertentes orientadoras das inserções internacionais brasileiras:

Às vésperas de sua posse, Ernesto Geisel fazia uma avaliação crítica do estado das relações internacionais do Brasil. Para ele, o país tinha condições de arquivar as duas experiências históricas que tradicionalmente impuseram limites bem estreitos à capacidade brasileira de manobra no exterior: o grande laço de dependência política e econômica dos Estados Unidos e a postura preventiva do regime militar do país nos negócios com a Argentina (SPEKTOR, 2002: p. 10).

Dessa forma, o Brasil buscava se aproximar da América Latina mais efetivamente, estreitando laços comerciais necessários à eliminação da dependência excessiva dos mercados “protecionistas” do norte. Com sucessivas parcelas de suas crescentes dívidas a vencer nos anos seguintes e sem ter como contar com novos financiamentos vindos dos países ricos, o governo Geisel tratou de estreitar laços entre o Brasil e o restante do continente.

Nos bastidores do governo Ernesto Geisel, já se havia em mente a necessidade do Brasil em promover um desenvolvimento autônomo e regional em todos os aspectos. Esta autonomia passava pela aproximação com os seus vizinhos sul-americanos, como fora demonstrado com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, um importante esforço de integração física que abrangia Brasil, Peru, Bolívia, Guiana, Colômbia e Venezuela; países andinos com os quais o Brasil nunca se preocupou em estreitar vínculos até aquele momento.

O governo Geisel denunciou um antigo acordo militar assinado pelo Brasil com os Estados Unidos em 1977, alegando que o acordo transferia tecnologia ultrapassada para o país. A atitude representou um repúdio à insistência norte-americana em atribuir ao Brasil funções secundárias como a defesa da ordem interna e a luta anti-guerrilha, que contrastavam com as aspirações brasileiras em tornar-se uma “potência mundial” em um curto espaço de tempo.

A política externa do governo Geisel conhecida como “pragmatismo responsável” entre outras iniciativas reconheceu a independências das colônias africanas de Angola e Guiné-Bissau, estabeleceu relações diplomáticas com a China e ofereceu legitimidade do governo brasileiro aos movimentos internos que puseram fim à ditadura salazarista⁹. Brasília também colocou-se a favor dos panamenhos em relação à disputa do Canal daquele país com os EUA, rompendo com uma antiga política de respaldo diplomático à superpotência naquele episódio.

O governo brasileiro procurava fugir de inserções internacionais demasiadamente “rígidas” ou sistemas internacionais “dados” e “pré-estabelecidos”, que restringiam o seu “raio de atuação”. Nesse sentido, buscava-se escapar dos alinhamentos automáticos e também daqueles que limitavam a inserção brasileira dos assuntos internacionais mais relevantes.

O Brasil, assim como a maioria da América Latina, viu suas exportações desabarem para os Estados Unidos e a Europa a partir de meados dos anos 70. Nesse sentido, Brasília passou a

⁹ O Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer as independências de antigas colônias portuguesas na África, assim como o primeiro Estado a reconhecer a queda do governo salazarista. Brasília também ofereceu exílio para o presidente português Marcelo Caetano, deposto na Revolução dos Cravos em 1974.

redirecionar suas vendas para o continente como uma forma de fazer frente à sua crescente dívida externa. O “neoprotecionismo” adotado contra as nações periféricas evidenciou que não convinha ao Brasil manter uma frente de tensão com a Argentina, mas sim aproveitar-se da conjuntura internacional favorável à cooperação sul-sul:

O Brasil, cujo modelo de industrialização antes se apoiara, essencialmente, na articulação do capitalismo monopolista do Estado, responsável por mais de 50% do PIB; com a entrada das empresas transnacionais no cenário internacional, teria que procurar outras saídas para a exportação de manufaturados em virtudes das crescentes barreiras alfandegárias, impostas pelos Estados Unidos e pela Comunidade Européia. E isto o compelia a clarificar, internacionalmente, sua própria identidade política, através de uma diplomacia mais pragmática e ecumênica, da qual estava excluído o fatalismo dos alinhamentos automáticos ou o risco de confundir-se com a política dos EUA. O chanceler [de Geisel] Azeredo da Silveira (...) reafirmava assim que o Brasil não desejava impor qualquer hegemonia sobre o continente e que o objetivo do seu governo naquele momento [1978] era construir relações mais sólidas e menos circunstanciais com a América Latina (BANDEIRA, 1987: p. 61).

Apesar da postura mais coerente da diplomacia brasileira, novos problemas com a Argentina não deixaram de existir na segunda metade dos anos 70: o suposto desenvolvimento do programa nuclear brasileiro¹⁰ que atemorizava os argentinos e a “antiga” pendência em relação à construção de Itaipu eram entraves a serem superados nos anos seguintes para que finalmente as relações bilaterais pudessem demonstrar todo o seu potencial.

As relações de Brasília com Buenos Aires até 1979 ainda eram extremamente complicadas. Durante o governo Geisel, por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu, tido como um projeto ameaçador por alguns “falcões” das Forças Armadas Argentinas. Tais choques levaram ao fechamento das fronteiras argentinas e brasileiras para o tráfego de caminhões em alguns momentos, assim como medidas de retaliação comerciais mútuas, que apesar dos desdobramentos, tiveram conseqüências efêmeras e foram abafadas pelo governo.

A transição de governo para os regimes democráticos e a extinção do AI-5 em 1979 redirecionava ainda mais o foco de atuação da política externa brasileira para uma postura mais pragmática frente aos problemas internacionais. Os excessos cometidos anteriormente

¹⁰ O Brasil assinou um acordo nuclear com a Alemanha em 1975, que fora amplamente denunciado pelos Estados Unidos e pela própria Argentina. A oposição norte-americana a esse acordo gerou um grande sentimento de aversão à superpotência nas Forças Armadas brasileiras.

cediam espaço às intenções de um alinhamento mais coerente em relação aos vizinhos do continente; mais responsável e tolerante em relação aos países de Terceiro Mundo.

A autonomia pleiteada pelo Brasil frente às imposições dos Estados Unidos passava pela ampliação de sua hegemonia na América Latina (já consolidada desde o governo Médici) e obrigava o país a promover um desentrelaçamento comercial e diplomático obrigatório com um grande parceiro em potencial: a Argentina. A manutenção da liderança brasileira no continente passava pela absorção do mercado argentino ao seu “espaço vital” e exigia que o Brasil abandonasse a política de cordialidade oficial¹¹ que prevalecia nas relações com Buenos Aires.

1.3 - O governo João Baptista Figueiredo (1979-1985):

O governo João Figueiredo representou um aprofundamento ainda maior com as orientações de política externa promovidas anteriormente pelo governo Geisel, no que diz respeito ao aprofundamento de novos vínculos internacionais. As únicas grandes diferenças de paradigmas entre os dois governos diziam respeito à formulação de uma diplomacia menos “secreta”, com um diálogo maior com os mais variados setores sociais brasileiros e com a acentuação dos aspectos econômicos e financeiros nas negociações internacionais.

Nesse sentido, o papel da política externa sobrepôs-se sobre as atribuições de outros setores do governo brasileiro. Segundo Sônia de Camargo (1988), o Itamaraty assumiu, além de funções como negociações políticas a condução de negócios, um diálogo das negociações econômicas do Brasil com o sistema econômico internacional, inaugurando uma tendência mundial de associar questões econômicas e políticas em um único campo (no caso, a área internacional). Durante seu discurso de posse, em Março de 1979, Saraiva Guerreiro lembrara-se que “o serviço diplomático se propunha a agir em estreita cooperação com outros órgãos estatais no campo econômico, comercial, político e cultural¹²” (CAMARGO, 1988: p. 125). Isso demonstra a grande importância da política externa para o último governo militar

¹¹ A “cordialidade oficial” fora a orientação de política externa do Itamaraty que prevalecera nas relações entre Brasília e Buenos Aires durante parte dos anos 50, 60 e 70. Diante da impossibilidade de cooperação e com graves riscos que uma relação tumultuada pudesse adquirir, os dois países buscaram “tolerar” um ao outro.

¹² Sônia Camargo (1988) lembra-se que Guerreiro discutia corriqueiramente assuntos de outras alçadas com Ministros como Ernane Galvêas (Fazenda), Delfim Netto (Planejamento) e até mesmo Hélio Beltrão (Ministro “Extraordinário” para Assuntos de Desburocratização).

brasileiro e a grande especificidade dos anos de Figueiredo em termos de condução dos negócios internacionais em comparação com os demais governos militares.

A situação econômica brasileira se deteriorou a tal ponto que, em 1979, pela primeira vez em várias décadas, o Brasil começou a apresentar índices de crescimento econômico negativos, rompendo com uma histórica tendência de grande crescimento que perdurava desde os anos 30. Esse problema fora agravado pelo fato de que os anos 80 inauguraram uma fase de completa vinculação (dependência) do Brasil ao sistema privado internacional, completamente “hostil” aos países emergentes naquele momento mundial de arrocho econômico.

As dificuldades eram tão dramáticas que os déficits na contas externas do Brasil que em 1980 alcançaram a cifra de US\$ 6 bilhões de dólares, um recorde histórico. As dificuldades de refinanciamento e reescalonamento da dívida externa brasileira eram arrochadas pela elevação das taxas de juros (a que os títulos brasileiros estavam atrelados), além da valorização recorde do dólar, ambas promovidas pelo governo e empresas dos Estados Unidos e Europa. A política de Reagan dificultava o ingresso desses dólares no mercado brasileiro.

O PIB per capita brasileiro apresentara os seguintes indicadores de retração contínua no governo Figueiredo: -0,2% em 1980, -4,2% em 1981, -0,8% em 1982 e -4,8% em 1983. Somente a partir de 1984, haveria a retomada do crescimento econômico (BANDEIRA, 1987: p. 77). As taxas de inflação nos anos de Figueiredo alcançariam a cifra média de 230% ao ano (contra 80% do governo Geisel), enquanto a dívida externa do país beirava os US\$ 92 bilhões de dólares em 1982 contra os US\$ 15 bilhões em 1973, somente 9 anos antes.

Para o Brasil, não havia alternativa diante desse quadro: ou assumia sua condição de Terceiro Mundo e nação periférica, se aproximando de novos mercados ou se isolava definitivamente diante do mundo. Nesse sentido, o país deveria repulsar qualquer sistema de poderes que restringisse o acesso em que entendia ser necessário à promoção de seu desenvolvimento, consolidando uma aproximação com países periféricos e que surgiam como uma alternativa de negócios aos Estados Unidos e à Europa (BANDEIRA, 1987: p. 61).

O governo brasileiro também não poderia ficar alheio às crescentes demandas populares, típicas de um país que já se encontrava em vias de democratização. A abertura política interna e a decretação da anistia em 1979 “libertaram” o país de vários alinhamentos internacionais “embaraçosos” e praticamente livraram o Brasil do caráter discriminatório e excludente do regime autoritário que refletia nas inserções internacionais do país nos anos anteriores. As

forças político-sociais do país encontraram canais de expressão mais representativos e possibilidades de participação política mais efetiva (CAMARGO, 1988: p.123)

Em conferência realizada na Escola Superior de Guerra em 5 de Setembro de 1980, o Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, se referia a alguns dos paradigmas mais elementares da nova política externa brasileira, o *universalismo*: a aceitação da condição de Terceiro Mundo por Brasília e na pluralidade de interesses internos que levava o país a se aproximar de parceiros com realidades políticas e econômicas próximas àquelas do Brasil, como a Argentina. A ampliação do leque de oportunidades e negócios seria garantida pelo estabelecimento de confiança e credibilidade, visto que as dificuldades econômicas impediam qualquer tipo de vinculação da política externa a qualquer outro tipo de paradigma:

A fixação do pluralismo e da democracia, do diálogo e da responsabilidade permite que se ajustem os ideais de política externa às realidades. Associa-se assim o trabalho do governo ao que pensa e quer o povo (...). Para servir ao Brasil, não nos iludimos sobre o país, nem procuramos iludir nossos interlocutores. Um realismo sóbrio orienta nossa ação diplomática (...). O que nos orienta internamente, a abertura política, está plenamente incorporada ao exercício da nossa diplomacia. E não se trata meramente de um ajuste entre a realidade interna e externa. Somente assim se cria confiança, base indispensável (...) que reforça a credibilidade internacional do país (...). De fato, o exercício da diplomacia exige cuidadoso e pertinaz realismo na análise da cena internacional. A evolução da situação interna é um elemento que reforça esta confiança do Brasil no mundo. Isso é uma obrigação que nasce da própria fluidez da conjuntura internacional e de um modo moderno de ligar nosso país aos negócios do mundo (...). Não existem fórmulas fáceis que enquadrem a complexidade do mundo contemporâneo. As áreas de tensão se multiplicam e os impasses se acumulam. Enquanto isso, os países desenvolvidos se fecham cada vez mais em suas cúpulas e nos dedicam cada vez menos atenções e aceitam a violência como um fator cada vez mais corriqueiro. A evolução da vida internacional está bloqueada pela consagração estrutural da desigualdade, apesar de vivermos mudanças e oportunidades para movimentos no sistema (...). A realidade atual é dura e fluida, e repele maniqueísmos, clichês ou fórmulas estratificadas. (GUERREIRO, 1982: pp. 29-30).

O “amadurecimento” do governo brasileiro, naquele momento, apresentava-se nas posturas mais coerentes e pragmáticas em relação aos problemas do mundo como um dos instrumentos mais fortes da política externa e como contraponto ao esvaziamento econômico

do início dos anos 80¹³. De acordo com o chanceler Saraiva Guerreiro: “Para el Brasil, que no tiene un excedente de fuerza ni un excedente de atracción cultural, económico o político específico, es indispensable que la política exterior sea confiable” (LAFER, 1982: p. 127). Tornava-se claro o abandono do projeto de “Brasil Potência” dos anos de Médici e evidenciavam-se de forma explícita as grandes vulnerabilidades do país em todos os sentidos.

Com vistas a aprofundar uma expressão globalista diante do mundo, o Brasil pretendia transitar livremente sobre todos os foros internacionais e sobre regiões já tradicionais para a diplomacia brasileira como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Além dessas inserções, o último governo militar pretendia aumentar sua presença em regiões como América Latina, Ásia e Oriente Médio e por conta disso, o Itamaraty adotou um forte discurso terceiro-mundista como parte indissociável de seu perfil externo. Desse modo, Brasília passou a pautar-se na tese de “uma comunidade internacional regida por laços horizontais, sem subordinação e nem hegemonia” (CAMARGO, 1988: p. 128)

As constantes visitas de Estado, realizadas pelo chanceler Saraiva Guerreiro e pelo presidente Figueiredo, demonstravam a grande preocupação do último governo militar brasileiro em ampliar o leque de oportunidades e diversificar as inserções internacionais do país junto aos mais variados tipos de parceiros. Nunca antes também, o Brasil havia recebido tantas visitas de líderes mundiais, especialmente de países africanos e sul-americanos, buscando estreitar laços diplomáticos e comerciais que praticamente inexistiam até então¹⁴.

Figueiredo também continuou com uma política de distanciamento das potências do norte, iniciadas por Geisel. O governo brasileiro, em claro sinal de autonomia, optou por não participar do boicote promovido pelos Estados Unidos contra as Olimpíadas de Moscou em 1980. O governo brasileiro também negou-se a ratificar a criação de um pacto de defesa militar do Atlântico Sul com a África do Sul (OTAS, Organização do Tratado do Atlântico Sul, nos moldes da OTAN), sob a tutela norte-americana.

Alegava-se que isso seria reconhecer o regime de *apartheid* que predominava na África do Sul, o que colocaria por terra qualquer esforço de aproximação com o continente africano,

¹³ O Brasil de Figueiredo condenou a atuação de Israel contra os palestinos, se posicionou contra a guerra Irã-Iraque, defendeu os acordos SALT para a diminuição dos armamentos nucleares, se colocou favorável ao movimento dos países não-alinhados, além de ter se colocado contra a posse de Robert Mugabe no Zimbábue.

¹⁴ Os seis anos do governo Figueiredo inauguraram uma constante rotina de viagens de Estado, só comparadas, em número, com os governos FHC e Lula. Destacam-se visitas inusitadas de Figueiredo ou Saraiva Guerreiro a países como Zâmbia e visitas de chefes de Estado do Gabão e de Madagascar. O presidente também visitou todos os países sul-americanos, tendo recebido visitas de todos os líderes desses Estados (exceção de Pinochet)

em vigor desde o governo Geisel. A “OTAS” significaria também a submissão aos norte-americanos pra conter os soviéticos, o que significaria um regresso à condição de satélite dos Estados Unidos e traria instabilidade e violência ao Atlântico Sul; o que redundaria em uma transferência das tensões entre as superpotências para uma região limítrofe ao Brasil, algo inaceitável para as orientações de política externa do último governo militar.

O presidente João Figueiredo também recusou-se a apoiar a posição norte-americana nos casos da crise polonesa de 1980, assim também como negou-se a endossar a tentativa de intervenção norte-americana na Nicarágua e no Suriname em 1982 e 1983, respectivamente, para derrubar governos de esquerda. A política externa brasileira para a África, que apoiava regimes pró-soviéticos e mantinha grandes negócios em países como Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde, também entrou em choque direto com o governo dos EUA, que naquela altura, apoiava o regime do *apartheid* na África do Sul e os guerrilheiros da UNITA.

O Brasil também se negou a participar de boicotes comerciais contra a União Soviética promovidos pelos Estados Unidos, por conta da invasão ao Afeganistão em 1979 (apesar de condenar tal ação). Em fins de 1981, o Brasil rompeu um antigo acordo *agreement* com os EUA, voltando a conceder subsídios aos exportadores nacionais. O motivo alegado era de que Washington concedia a mesma benesse aos seus produtores (BANDEIRA, 1995: p. 173).

Em relação à América Latina, surgia a necessidade urgente para o governo brasileiro de organizar e unificar o continente em torno de sua liderança. Nesse sentido, o Brasil negava-se a colaborar com a política de Ronald Reagan para militarizar a região e restabelecer as doutrinas da bipolarização, além de estreitar vínculos com todas as nações do continente. Nesse sentido, Figueiredo reativou relações diplomáticas com Cuba, suspensas desde 1964.

Um dos principais legados para a América Latina entre 1980 e 1982 foi a virada de Brasil e Argentina para um processo de integração de longo prazo (CERVO, 2004: p. 257). A instabilidade das instituições, as dificuldades econômicas e o ressurgimento dos regimes de força, patrocinados pelos EUA de Reagan, evidenciaram a necessidade de uma unidade regional menos retórica e mais efetiva. As iniciativas de integração passaram a buscar externamente o que o desenvolvimentismo estatal não conseguia mais sustentar.

O desentrelaçamento de relações com a Argentina somente se concretizaria a partir do governo João Baptista Figueiredo, o mesmo que apoiaria os argentinos na crise das Malvinas.

A grave situação econômica pressionava o governo brasileiro a promover uma nova abertura de paradigmas inédita na história: de mais tolerância e cooperação efetiva com os vizinhos.

A assinatura do Tratado de Itaipu-Corpus em Outubro de 1979 representou um marco nas relações bilaterais, praticamente estagnadas até então. Tal imbróglio era o espólio que impediu por anos a construção de relações em bases sólidas de confiança, visto que o tema abarcava questões geopolíticas, extremamente sensíveis nas mãos dos antigos governantes brasileiros.

O que se percebera era que tanto Argentina quanto Brasil cederam em grande parte das suas históricas reivindicações em relação à compatibilização das águas de Itaipu, o que evidencia o interesse mútuo nos dois países em estreitar vínculos. A facilidade com que o acordo fora alcançado surpreendeu até mesmo o chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro, que esperava que os argentinos fossem mais duros e intransigentes em relação à cota de 20 turbinas para Itaipu, como queria o Brasil (GUERREIRO, 1992: p. 95).

A assinatura do Tratado de Itaipu Corpus representou não somente o final prático das desconfianças entre as duas nações que permearam durante os anos 70, mas também, simbolicamente, demonstrou que não havia mais entraves históricos para que realmente as relações bilaterais pudessem adquirir um caráter permanente e menos circunstancial¹⁵.

A ratificação pelo Brasil do Tratado de Montevideo de 1980 também se configurou como um marco importante para as relações sul-americanas e para negociações posteriores. Os mecanismos previstos em tal acordo configuraram-se o marco básico para a formação de uniões aduaneiras comuns em todo o continente, possibilitando o ingresso de outros países fora da região da Bacia do Prata. A formação da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) buscava desentravar e dinamizar a antiga ALALC (Área Latino-Americana de Livre Comércio) de 1960 e que perdera muito de seu fôlego ao longo dos anos 70¹⁶.

O Brasil também tentou empreender grandes reforços para reagrupar a recém formada ALADI juntamente com os países do Pacto Andino: “Imagino que a América Latina possa

¹⁵ O chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro dissera em suas memórias que “sem a eliminação desta controvérsia [Itaipu-Corpus] não teria sido possível desenvolver as relações com a Argentina no grau de intimidade e confiança mútua que as caracterizou no governo Figueiredo e que criou as bases para o seu incremento progressivo em governos sucessivos. Sem a eliminação desta controvérsia, teria sido impossível a política latino-americana de Figueiredo. Não seria, pois, exagerado dar alguma idéia, esquemática que seja, do processo seguido para acabar com o aparentemente intratável diferendo” (GUERREIRO, 1992: p. 92).

¹⁶ Esse fracasso se deveu à falta de sincronia política e de ausência de padronização das tarifas alfandegárias, motivo que redundou no afastamento chileno da Alalc no final dos anos 70.

estar superando questões como o reducionismo ideológico das potências”, alegava o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro à Revista brasileira “Istoé” de 27 de Setembro de 1981.

Configurou-se também como uma grande etapa na superação das divergências a visita do presidente João Baptista Figueiredo a Buenos Aires em Maio de 1980, a primeira de um chefe de Estado brasileiro à capital argentina desde 1935 (a última havia sido feita por Getúlio Vargas ao General Agustín Justo, 45 anos antes). Na declaração oriunda do encontro, ambos os presidentes adotaram posições conjuntas inéditas para os problemas mundiais como a condenação ao *apartheid* sul-africano, bem como também “às estruturas verticais de poder”.

Durante este encontro, foram assinados numerosos tratados bilaterais básicos de convivência: acordos de cooperação na área de defesa, incentivos a intercâmbios comerciais, complementação entre os sistemas elétricos, construção de pontes nas regiões de fronteiras, a formação de empresas binacionais além de acordos preferenciais de tarifas alfandegárias. Concordou-se também em criar um mecanismo de consultas permanentes para as questões mundiais mais urgentes, o que apontava para uma convergência sem precedentes.

A assinatura de um acordo de cooperação nuclear, naquela ocasião¹⁷, sepultou qualquer possibilidade de conflito entre Argentina e Brasil que ainda pudesse existir no imaginário dos militares das duas nações, o que aumentou consideravelmente a confiança mútua. Colocava-se assim um ponto final definitivo aos receios nucleares que prevaleciam até os anos 70.

O próprio líder da Junta Militar Argentina, Jorge Rafael Videla, considerava as relações com o Brasil como uma prioridade para o seu país, após a crise da dívida externa atingir em cheio a combalida economia de Buenos Aires a partir de 1980. Com o protecionismo norte-americano e europeu, Brasília consolidou-se em um curto espaço de tempo como o segundo maior fornecedor de produtos para a Argentina, já em 1981 (BANDEIRA, 1987: p. 68).

Tais esforços descritos acima demonstram a grande preocupação dos países latino-americanos, em especial o Brasil, em criar mecanismos sólidos de cooperação regional e que naquele momento encontravam-se praticamente estáticos. A América Latina, como espaço vital para o Brasil se configurava como uma prioridade óbvia para a diplomacia universalista do último governo militar, apesar da anacrônica falta de cultura cooperativa no continente.

¹⁷ O Brasil acertou a cessão de 240 quilos de urânio enriquecido aos argentinos para fins pacíficos em 1980. O acordo nuclear, assim como a assinatura do Tratado de Itaipu corpus

Entre os membros do governo brasileiro, surgia a percepção unânime de que o Brasil, naquele momento de graves adversidades internacionais, precisava do seu continente como parte crucial para sustentar seu desenvolvimento e gerar divisas capazes de gerar receitas para ao pagamento dos juros da crescente dívida externa. O fortalecimento das instituições já existentes e a criação de novos mecanismos de integração no continente seriam uma grande prioridade nos últimos anos do regime militar brasileiro.

No quadro da política internacional, o Brasil realizou uma série de críticas nos foros internacionais relacionadas ao congelamento das estruturas de poder do sistema internacional e às dificuldades de inserção dos emergentes em uma “ordem mundial” dominada pelos “mais fortes” ao longo do último governo militar. Tais reclames evidenciavam a enorme insatisfação demonstrada pela instabilidade política internacional, pelas deficiências dos sistemas econômicos mundiais (baseados no protecionismo, que representou um decréscimo de quase 10% de ingresso de dólares para o país na primeira metade de 1982) e por “estatutos” de poderes internacionais extremamente estratificados para a inserção dos emergentes.

A mudança de perspectivas da diplomacia brasileira entre 1979 e 1985 expunha também uma grande contradição em relação aos anos anteriores e reforçava a incipiência das novas doutrinas de política externa recém-adotadas pelo Brasil: Figueiredo era chefe do Serviço Nacional de Informações do governo Médici, fora eleito indiretamente; *a priori* o Brasil ainda era uma ditadura comandada por um General presidente; o mesmo regime que via com simpatia o isolamento do governo argentino uma década antes. O apoio ao respeito, à boa convivência, aos princípios e às leis eram, por vezes, vistos como “inusitados” por grande da imprensa nacional, já que o Brasil se portava exatamente como uma nação democrática pelo menos em termos de política externa, apesar do predomínio dos militares no poder.

Durante um duro discurso realizado na abertura da 37ª Assembléia Geral da ONU em 1982, o presidente João Figueiredo condenaria de forma veemente a “asfixia” econômica e política das nações do sul e reclamaria publicamente do tratamento “injusto” dado pelas nações ricas ao Brasil. Criticava-se também a instabilidade e a “deriva” do mundo naquele momento e o regresso às condições de exportadores de matérias-primas. O governo brasileiro não escondia seus ressentimentos com os grandes centros de poder, responsáveis pelo arrocho das condições econômicas do país, principalmente em termos de tecnologia e fluxos de

capital. O pronunciamento adquiriu um tom claro de denúncia e que, de forma marcante, destacou-se entre todos os pronunciamentos já realizados pelo Brasil naquela Assembléia:

(...) É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil. Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30 e que levaram a criação desta organização (...). Nunca na História dessa organização, foram tão sérios os riscos e as ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. A ONU hoje se viu transformada com excessiva frequência em palco de confrontações estéreis (...). A condução da vida internacional depende hoje dos Estados mais poderosos que controlam esta organização e por que muitas vezes se contrapõe à causa da liberdade e da justiça (...). Não é possível persistimos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição dos mais fortes (...). Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências (...). São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas; pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganizações; pobre em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente (...). É imperativo corrigir os graves defeitos que nele se sobressaem (...). Os anos 80 apresentam para os países do Sul um panorama obscuro, resultado de uma crise profunda do sistema econômico internacional (...). Manifesta-se uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. (...) A interdependência entre as nações parece até mesmo resultar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação (...) e parece reduzir-se em um novo nome para a desigualdade (...). Foram poucos e insatisfatórios os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir. Tem sido também infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar as estruturas verticais de poder – em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT [atual OMC] – organismos claramente discriminatórios (...). Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos (...). Os princípios de livre-comércio se limitam seletivamente e arbitrariamente aos fluxos de capital, enquanto permanece cerceada a transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento, atualmente grandes importadores de capital (...). As economias em desenvolvimento experimentaram nos últimos 3 anos uma deteriorização das suas trocas jamais observada em sua História (...). Nossos esforços exportadores vêm sendo neutralizados por ingressos decrescentes de divisas, que configuram como uma verdadeira espiral de pauperização (...). Todas as nossas tentativas vêm sendo desbaratadas por barreiras protecionistas intransponíveis (...). A política econômica das grandes nações está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar¹⁸.

¹⁸ Trechos do discurso do presidente João Figueiredo na abertura da 37ª Assembléia Geral da ONU em 1982.

Conforme demonstrado no discurso acima, as manifestações de violência geravam diversos focos de instabilidade internacionais e que contavam com o beneplácito das potências do norte, principalmente do governo norte-americano de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha. Apesar de querer que os países emergentes continuassem sob sua órbita de influência, para o Brasil, as potências do norte não ofereciam condições financeiras e facilidades estratégicas para que os emergentes superassem as dificuldades dos anos 80.

A grave crise econômica que se abatia sobre praticamente todas as sociedades mundiais justificavam a violência e o arrocho em todos os sentidos adotado pelas potências do norte contra os emergentes ao longo do início dos anos 80. A transnacionalização das economias mundiais, cujos efeitos começaram a se tornar mais evidentes e explícitos naquele momento, reduzira o papel dos Estados Nacionais e colocava os governos que adotaram o “desenvolvimentismo” como modelo econômico nos anos anteriores em situação difícil.

O grande desafio que se colocava para o Brasil no início dos anos 80 era o de como se ajustar às novas realidades de um mundo cada vez mais dominado pelas forças do livre-mercado, pela crescente interdependência entre as nações e pelos modelos neoliberais, em um momento claro de redemocratização e esgotamento dos regimes militares na América Latina. O início desta década representou o auge da reformulação do modelo de desenvolvimento econômico, que dessa vez, estaria mais atrelado ao cenário internacional e demandava que a política externa brasileira se reciclasse em torno das novas demandas externas.

De acordo com Sônia de Camargo (1988), os níveis de vendas externas do Brasil para o mundo começavam a se concentrar em outras regiões do mundo no início dos anos 80. Embora na época da guerra das Malvinas (1982), o Brasil ainda concentrasse 50% de seu comércio com os países “ricos”; em comparação com 1981; esse comércio havia apresentado variação positiva de somente 4%. Se comparados com outros “blocos” como a ALADI, embora representassem somente 20% do comércio exterior brasileiro, eles haviam apresentado variação positiva de mais de 35% entre 1981 e 1982.

Nesse sentido, já em 1982, os emergentes como o Brasil já cobravam dos países ricos, medidas de “descongelamento de poder” que seriam uma constante ao longo das décadas seguintes: melhores preços para as matérias-primas, transferência de recursos financeiros e de tecnologia de ponta, fim do protecionismo, dentre outros. A cooperação sul-sul, nesse sentido, adquiriria prioridade óbvia para os sucessivos governos brasileiros pós-redemocratização.

Desde então, Brasília tentava conciliar a idéia de autonomia com regionalismo. Somente assim, o nacional-desenvolvimentismo poderia ser alterado para um conceito mais moderno e abrangente, que levasse em conta o desenvolvimento continental. Tal política seria uma constante nos mais variados governos que se sucederiam e permeariam de uma vez por todas a grande preocupação do Brasil com a estabilidade e o progresso da “sua” região.

Foi nesse contexto de crescentes dificuldades que, finalmente para a ditadura brasileira, após três governos militares de completa estagnação em termos de integração continental, entendia-se finalmente que o “interesse nacional” seria melhor atendido se fosse alinhado “umbilicalmente” ao “desenvolvimento regional”. Faltava na prática, entretanto, surgir um acontecimento internacional que comprovasse efetivamente as novas intenções do governo brasileiro para com a América Latina: a guerra das Malvinas em 1982, que colocou em um confronto direto um país vizinho latino-americano contra uma nação européia.

Dessa forma, o conflito pelas Malvinas “obrigou” o Brasil a se posicionar de uma forma condizente às suas “novas” orientações de política externa, colocando-se a favor de uma aspiração que acabaria se tornando uma reivindicação conjunta de todo continente. A partir de um estudo de caso dos acontecimentos verificados na guerra, comprovaremos de que forma o governo militar brasileiro pôde estreitar mais laços com a Argentina com o conflito.

2 - O governo Augusto Pinochet (1973-1990): a aproximação de Santiago com o Primeiro Mundo e a política econômica neoliberal da ditadura militar chilena:

A partir de agora, discutiremos alguns antecedentes políticos e econômicos internos chilenos, determinantes para o posicionamento pró-Londres no conflito de 1982. Buscaremos demonstrar assim como o Chile adotou um caminho diferente daquele adotado pelo Brasil, por meio da análise das especificidades do modelo econômico chileno frente ao modelo brasileiro e latino-americano, as grandes diferenças entre a orientação de ambas as ditaduras em 1982 e a incongruência da economia do país nos tratados de integração sul-americanos.

Queremos demonstrar comparativamente como o Chile trilhou, ao longo dos anos 70 até 1982, um caminho completamente distinto ao percorrido pelo Brasil: no início dos anos 80, enquanto Brasília passaria a priorizar as suas relações com a Argentina e a América Latina se

unia em torno de causas e agendas comuns, Santiago se distanciava de certa forma do continente, preferindo seus laços diplomáticos e vínculos econômicos com outros países.

Posteriormente, abordaremos também as dificuldades nas relações entre Chile e Argentina, oriunda da permanência de rixas regionais como a disputa em torno do Canal de Beagle. O risco permanente de guerra entre as duas nações desde 1978 até 1982 atuou como um elemento complicador para o bom andamento das relações bilaterais. Queremos também associar essas peculiaridades ao descumprimento das obrigações regionais do Chile, como o TIAR, em um momento claro de reafirmação e construção de um “novo” continente.

Para Heraldo Munhoz (2010), em um recente livro sobre o legado de Pinochet nos dias atuais, o Chile seria apenas uma ditadura a mais na região, senão fosse a importância do modelo econômico pioneiro adotado pelo ditador, “não somente para a América Latina, mas como para o mundo como um todo” (p.12). Segundo esse autor, o pequeno país andino, ao longo dos anos 80, serviu como uma espécie de “laboratório” para as experiências neoliberais adotadas por praticamente todos os países do mundo a partir dos anos 90.

A democracia anterior a 1973 no Chile se caracterizou por significativos índices de estabilidade e regularidade no funcionamento das instituições políticas e da lei, por crescentes progressos na representatividade do Estado na condução da vida econômica e social do país e por um amplo sistema de partidos políticos com grande participação popular e que externamente possuía grande preocupação com a boa convivência com a América Latina. (Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, p. 26).

Na visão do cientista político chileno, Francisco Orrego (1990): “Chile se distinguió hasta 1973 por sus intentos de promover la integración regional (...) por medio del ingreso en ALALC y Pacto Andino” (p.12). Apesar das desilusões com esses acordos manifestados pelo empresariado do país, os governos de Eduardo Frei (1966-1970) e Salvador Allende (1970-1973) mantiveram uma política constante de aproximação com os vizinhos do Chile quando, por exemplo, promoveram o ingresso do país no Pacto Andino e reforçaram a posição de membro fundador de Santiago na ALALC, dois dos projetos integracionistas dos quais o líder Pinochet se retiraria em 1976, por “incompatibilidade de visões” e “diferenças econômicas”.

Tanto o antigo presidente Eduardo Frei (1966-1970) como o deposto Salvador Allende (1970-1973) demonstraram grande preocupação em cultivar boas relações com a Argentina. Allende, por exemplo, em 1971, entregou o litígio das ilhas de Beagle à arbitragem inglesa

(visando colocar um ponto final na questão que havia afastado os dois países), assim também como visitou a Argentina em três ocasiões. Diversas atas e protocolos de cooperação foram firmados com os presidentes argentinos Levingston, Lanusse e Cámpora; aproveitando-se da breve convergência política de democracia verificada no início dos anos 70 nas duas nações.

O golpe militar de 11 de Setembro de 1973, que empossou o Comandante do Exército Augusto Pinochet na presidência da nação representou uma reação conservadora às medidas estatizantes de cunho marxista adotadas pelo líder deposto Salvador Allende. A experiência de governo do antigo presidente havia consistido na implantação de um regime socialista por vias constitucionais, conhecida como pela união de partidos de esquerda que precisava ser banido definitivamente da vida política do continente. A vivência de governo pioneira adotada por Allende merecia como uma “resposta à altura”: a experiência de um regime militar extremamente peculiar na região, responsável por uma completa reconfiguração do país.

As medidas de aproximação do Chile com uma agenda latino-americanista e de autonomia das grandes potências capitalistas foram abandonadas pelo regime militar de Pinochet, que condenava e negava-se a adotar qualquer tipo de intervenção do Estado sobre a economia, diferentemente da lógica que prevalecia no continente. Isso permitiu que Santiago se sobressaísse como um modelo de desenvolvimento econômico único na região e que seria decisivo para uma arrojada e peculiar inserção internacional do país ao longo dos 17 anos de ditadura (1973-1990). Na visão de um importante cientista político chileno, Pinochet “representou uma das experiências autoritárias mais estruturadas e interessantes do mundo”¹⁹.

Uma das grandes diferenças entre o novo governo autoritário chileno e os demais regimes militares continentais, entretanto, consistia no grande aparato repressivo sem comparativo exercido por Pinochet, que centralizava todas as atenções em sua figura e impedia a ascensão, até mesmo nas Forças Armadas, de quadros que poderiam sucedê-lo (como acontecera nas ditaduras brasileira e argentina), motivo pelo qual Pinochet se tornou um símbolo. Nesse sentido, Walter Little (1990) compara a grande violência do regime frente às demais ditaduras da região como a do Brasil como uma das peculiaridades do “modelo” chileno.

A concentração das ações de governo sobre Augusto Pinochet, apesar de “oficialmente” haver o predomínio de uma Junta Militar composta pelo chefe das três Forças Armadas.

¹⁹ Autoritarismo necessário para a implementação de medidas econômicas internas extremamente impopulares e ortodoxas como seriam adotadas nos 17 anos do governo Pinochet. A ausência de um Parlamento, por exemplo, é apontado por Norberto Consani como a ausência de resistência para a construção desse modelo econômico.

Diferentemente das ditaduras brasileira e argentina, que tinham certo mandato para seus presidentes gerais (ou alguma rotatividade no poder), a ditadura chilena se concentraria excessivamente nas mãos de Pinochet e sob a figura única do general castrense, dando dimensão das transformações pelas quais Pinochet implementaria no país.

A Revista brasileira “Veja” de 26 de Setembro de 1973, edição 264, lembra que o projeto político inicial do novo governo militar prometia revolucionar definitivamente o país: “A Junta chilena mostrava-se preocupada em deixar claro para a imprensa nacional e internacional que as marcas do passado seriam rigorosamente banidas” (p.54). O governo Pinochet tratou rapidamente de cancelar todas as medidas nacionalizantes e esquerdizantes adotadas pelos antigos presidentes Eduardo Frei e Salvador Allende, rompendo toda e qualquer ligação com a URSS e seus satélites que os antigos mandatários depostos cultivavam.

O Chile, após quase 50 anos sem a interferência dos militares na vida daquele país, de relativa ordem e estabilidade político-institucional ao longo do século XX, se tornava mais um foco de autoritarismo do continente, mas com características bem particulares frente às demais ditaduras do Cone Sul. Assim como as experiências de Frei (1966-1970) e Allende (1970-1973) foram peculiares, o governo militar que se seguiria nos 17 anos seguintes adquiriria uma particularidade sem igual, visto que os dois antigos governantes promoveram uma grande aproximação do Chile com os países latino-americanos com a Argentina, enquanto Pinochet promoveria uma completa reformulação desses conceitos e dessas inserções internacionais.

Os neoliberais chilenos conseguiram reduzir decisivamente o tamanho e as funções do Estado, eliminando todo e qualquer obstáculo à “liberdade do capital”. As transnacionais e os monopólios estrangeiros receberiam todo tipo de estímulo para aportarem capitais para o país. A ditadura abriu o mercado interno para as importações, ofereceu subsídios para que estrangeiros (oriundos de países ricos, sobretudo) adquirissem desde o controle de bancos até, companhias elétricas, desmantelando todas as estruturas construídas pelos antigos governos, entre eles as fortes pressões e demandas populares exercidas sobre o governo. Nesse sentido, Pinochet conseguiu fazer o que as ditaduras no Brasil e na Argentina não conseguiram: desmantelar definitivamente o poder dos sindicatos (CADERMATORI, 1998: p. 118).

O que prevalece até os dias atuais, é que os anos do governo Pinochet, geraram opiniões das mais contraditórias quanto ao seu legado. A divisão dessas visões reproduz bem a divisão de benesses feitas ao longo de seu governo. Enquanto os autores latino-americanos criticam o

governo Pinochet, os autores anglo-saxônicos vêem o governo como um dos estáveis da região. Isso pode estar associado ao que queremos demonstrar: má impressão da figura de Pinochet na América Latina e a boa impressão do governo militar de Santiago entre a maior parte dos países “centrais” do sistema internacional:

Of all the military governments that ruled in Latin America in the 1970s and 1980s, that of General Pinochet in Chile was the most stable, most radical, arguably, the most authoritarian and certainly the most innovative. In contrast to other military dictatorships, it could be argued that Chilean one had indeed achieved those objects it came to adopt, namely macro-economic equilibrium, the reduction of the power of the left and for a construction of consensus on major areas. This may help to explain the paradox that the most authoritarian of the military regimes has so far been the most successful in the consolidating the new democratic system (ALLEN e POLLACK, 1994: p. 1)

Para os críticos latino-americanos do modelo econômico neoliberal de Pinochet, entretanto Chile “renunció a luchar por constituirse en un país desarrollado industrial moderno y prefirió mantenerse estático, priorizando la exportación de materias primas y la dócil asociación con los mercados de norte (ROJAS, 1997: p. 151). Sem condições plenas de poder atuar no âmbito latino-americano, por conta do “marasmo” da ALALC, da grande proteção ao mercado interno preconizadas pelos países da região e da ausência de zonas prósperas de “livre comércio” na região (cujo modelo neoliberal pressupõe), Santiago ao longo dos anos 70 e 80 teria grande problemas de inserção nas relações com os seus vizinhos.

De acordo com o economista José Antônio de Santana (1987), entre 1973 e 1979, a participação relativa no PIB da região da ALALC aumentaria para 77% para Brasil e Argentina. Para Colômbia, Chile e Uruguai, juntos, suas participações representavam 20% dessa conta, enquanto Bolívia, Paraguai e Equador representavam somente 3% (SANTANA, 1987: p. 118). Essas grandes disparidades aliadas à predominância de Brasil e Argentina no controle dos rumos do continente obrigaram o Chile a buscar outras formas de inserção.

A crise da democracia chilena, acelerada pela experiência socialista do antigo governo Allende produziu uma polarização política que destruiu uma construção de consensos nacionais e permitiu que os militares ascendessem ao poder. O sistema democrático tornara-se extremamente vulnerável para administrar as diferenças cada vez mais crescentes na sociedade

civil, oriundas do choque entre as classes médias e altas e as reformas sociais como a reforma agrária e nacionalização do cobre, preconizadas pelos socialistas do antigo regime.

Após o êxito do golpe militar de 1973, profundas mudanças afetariam a vida política e econômica do Chile. A participação dos EUA na insurreição, realizada de forma mais explícita do que em outros regimes ditatoriais no continente, atrelaria a orientação do novo governo militar com as doutrinas econômicas e políticas oriundas de Washington. Apesar de valorizar as relações regionais, o Chile de Pinochet daria enfoque especial às suas relações com o “Primeiro Mundo” por conta das peculiaridades do país frente aos seus vizinhos.

A grande violência interna do novo regime autoritário (responsável por uma grande repressão contra dissidências que eliminaria cerca de 20 mil opositores) iriam se reproduzir fielmente na orientação *de facto* das relações exteriores do país, apesar do discurso pacifista e conciliador adotado oficialmente pelo primeiro chanceler do governo Pinochet, Contra-Almirante Ismael Huerta, na 28ª Assembléia Geral das Nações Unidas²⁰. Naquela ocasião, o chanceler de Pinochet afirmara que seu governo valorizaria as relações com os seus vizinhos assim também como que “respeitaria os direitos humanos e condenaria todo tipo de violência”.

Em termos de política econômica, as palavras de Guy Sorman refletem bem o legado de novo governo, conforme exploraremos a seguir: “los años de Pinochet no fueron pues solamente una revolución económica, la instauración del único capitalismo auténtico de América Latina, sino del mismo modo una revolución: la libertad económica como prévia condición para el ejercicio verdadero de la libertad política” (SORMAN, 1993: p. 4).

Grande parte das receitas externas adquiridas pelo Chile provinha do comércio de cobre com os países ricos, principal pauta de exportação de Santiago. A economia interna nos anos Pinochet, portanto, estava atrelada ao comércio exterior, confiando na idéia de construir um pólo confiável de fornecimento de matérias-primas. A grande e histórica dependência chilena do cobre, comprado, sobretudo, pelos países ricos e que eram responsáveis por 60% de todas as suas receitas, colocavam essas relações como prioridades na frente de qualquer outra.

O modelo econômico chileno que fora adotado por Pinochet distinguia-se das demais economias latino-americanas. Na verdade, no Chile, pressupõe-se o contrário do que fora implementado pela ditadura militar no Brasil: o esvaziamento das funções estatais em

²⁰ Nas análises dos discursos de membros formuladores de política externa do governo chileno, percebe-se uma grande preocupação com a estabilidade e a integração da América Latina e com o respeito a não ingerência em assuntos internos de outros países. Tais ações, entretanto, permaneceriam somente em nível meramente retórico.

detrimento do ingresso de um grande volume de capitais externos norte-americanos, europeus e japoneses que ao longo dos 17 anos de regime “alimentavam” a economia daquele país.

Para seus críticos, isso representou um grande retrocesso, visto que enquanto o Chile não se industrializou com a força do Brasil e se manteve como um “mero” fornecedor de matérias-primas, a maioria delas de baixo valor agregado. A política de substituição de importações que fora implementada pelas demais ditaduras do continente não fora seguida pelo Chile, que priorizou uma abertura comercial, a partir da adoção de reduzidas tarifas alfandegárias. A proteção do mercado interno fora abolida e o Chile pôde se integrar ao mundo com um modelo condizente com uma típica “economia de mercado” e legitimada pela grande repressão interna conduzida pelo regime militar, um dos mais repressores do continente.

Isso significa afirmar que o Chile de Pinochet atrelou demasiadamente o desenvolvimento interno do país aos fluxos exteriores dos países do norte. A autonomia das potências do norte pretendida pelo Brasil a partir do final dos anos 70 contrastava com a política externa de Pinochet que via com simpatia o aumento de seus vínculos com o Primeiro Mundo, visto que dessas regiões é que provinham mais capitais para a manutenção das contas do país.

O golpe militar de Setembro de 1973, além de praticamente eliminar a esquerda do país, representou a ascensão de setores comprometidos a reestruturar toda a economia nacional. Nesse sentido, o governo Pinochet tentou conciliar um autoritarismo político com as práticas de neoliberalismo econômico comandadas pelos “Chicago Boys” recebendo para isso respaldo diplomático dos EUA e Grã-Bretanha, dois dos primeiros países do mundo a reconhecerem prontamente o novo regime militar (SILVA, 1998: p. 148).

Enquanto Brasília adotava um processo de desenvolvimento baseado na intervenção do Estado na condução da vida econômica, Santiago, desde 1973, promovia a abertura da economia chilena, por meio de um processo maciço de privatizações de praticamente todos os setores sociais. Antes do golpe de 1973, o Estado respondia por 60% do PIB chileno, enquanto a partir dos anos de Pinochet, esse número caíria drasticamente, para cerca de 15%. Para os seus defensores, a política econômica chilena ficara conhecida como o “Milagre Chileno”, responsável pela completa liberalização e desregulamentação da economia, na “contramão” das demais economias latino-americanas como o Brasil e a Argentina. Os gastos públicos diminuíram cerca de 20% enquanto foram cortadas todas as formas de obtenção de crédito.

Por conta da orientação neoliberal de seu governo, o governo Pinochet pautou seu projeto de política externa excessivamente na “necessidade” (urgente, diga-se de passagem) de liberalização do comércio mundial. Todas as suas inserções internacionais estavam atreladas à essa noção, daí, a dificuldade de inserção do Chile em blocos regionais, que na visão dos chilenos, estas associações restringiam seu raio de atuação. Os acordos regionais como a ALALC não ofereciam como contrapartida tarifas alfandegárias flexíveis para que a política de Santiago pudesse se inserir plenamente como membro efetivo da América Latina.

Desde o golpe de 1973, Santiago desenvolveu um projeto de política externa baseado em TLCs (Tratados de Livre Comércio), sem tanta ênfase no regionalismo e com um “olhar especial para os Estados Unidos” (TOKATLIAN, 2008: p.65). A grande ênfase chilena no livre-comércio, a todo custo representou a preferência por um “regionalismo aberto”, concomitante à aproximação com outros pólos de poder extra-regionais.

Nesse sentido, a América Latina não surgia como uma prioridade acima de tudo, como ocorria no Brasil, mas como parte integrante de outras inserções internacionais de Santiago, por vezes, com a mesma importância atribuída aos seus vizinhos. A formação de zonas de livre-comércio bilaterais (país a país), sem tanta ênfase no conjunto da América Latina, era compreendida pelos membros formuladores de política externa do governo Pinochet como a melhor forma para determinar as inserções internacionais do país. Tal posicionamento internacional estaria atrelado mais às necessidades comerciais do país do que propriamente a interesses diplomáticos ou culturais do país, como ocorria no Brasil.

As relações com a América Latina eram tidas como circunstanciais e não apresentariam a mesma prioridade que era atribuída pelo Brasil, por exemplo, nos anos 80. Nesse sentido, o governo chileno preferia negociar tratados comerciais separadamente, com cada país que lhe fosse conveniente, ao invés de pleitear um processo regional amplo e abrangente como os governos de Brasil e Argentina tradicionalmente propunham para o continente.

As tarifas alfandegárias chilenas eram incompatíveis com o grande protecionismo dos seus vizinhos. Nessa conta, pesava também o fato de que a América Latina não demandasse grandes quantidades de cobre. Somente para efeitos de comparação, Santiago no início dos anos 80, exportava somente 20% de toda a produção desse produto para o continente e adquiria receitas muito menores com o comércio regional do que o Brasil, por exemplo.

Em relação às doutrinas de inserção internacional do país e quanto às prioridades da política externa do Chile a partir de 1973, o governo Augusto Pinochet inaugurou uma tendência que seria seguida mesmo após o final do seu regime em 1990. Tal orientação estava praticamente integrada com a política econômica neoliberal adotada internamente. Apesar de o Chile valorizar suas relações continentais, elas estavam, inseridas em um contexto maior (ou por muitas vezes secundários), visto que outras prioridades extra-hemisféricas ocupavam o espaço (ou vácuo) deixado pelos latino-americanos:

Chile buscará una inserción múltipla (...) en el mundo. Los vínculos se extienden a Estados Unidos, Asia y Pacífico y Europa, sin que exista una concentración excesiva en uno solo socio. Chile entiende que la política exterior debe ser plenamente compatible con una inserción más profunda en los mercados norteamericanos (...). Consolidar una relación integral con los Estados Unidos, estrechar relaciones con Europa y acentuar la apertura con Asia-Pacífico son unos de los ejes centrales de la política exterior de Chile. La liberalización del comercio constituye prioridad central. La negociación de un TLC con los Estados Unidos puede ser un marco más amplio de un tratado de libre comercio con Canadá y Gran-Bretaña, alternativa que constituye un tarea de gran prioridad para el actual gobierno (Consejo Argentino para relaciones internacionales, p. 43)

Tal visão parte da premissa de que o ingresso do Chile, como qualquer outro membro de acordos regionais como a ALADI e a ALALC, não eram compatíveis com as altas tarifas alfandegárias cobradas pelos vizinhos e com a grande burocracia no comércio exterior dos países latino-americanos, visto pelos chilenos, por vezes, mais como concorrentes do que como complementares²¹. A falta de políticas compensatórias no comércio regional levava o Chile a adotar políticas isoladas do continente, de acordo com os seus interesses. Por esses fatores, para Pinochet, a proximidade geográfica não se configurava como um diferencial decisivo para que o regime militar as priorizasse em detrimento de outros alinhamentos.

Na visão do Chile, a construção de um espaço comum econômico dependia da redução de tarifas alfandegárias e no ajuste das políticas internas dos países promotores da cooperação regional. O interesse chileno em combater as distorções econômicas (principalmente em se

²¹ Na visão de Alberto Consani (2009), a inserção do Chile na ALALC e no ALADI era extremamente pontual e ocasional e representava uma parte insignificante dos dois acordos (“muito menos do que se poderia alcançar”), apesar de Santiago de ter todas as bases da sua economia voltada para o mercado exterior.

tratando de um país pequeno) e os desequilíbrios era a única forma de promoção de uma união aduaneira, requisito para o advento de uma integração econômica “plena”.

O grande problema, entretanto, consistia na regulação do capital estrangeiro que o modelo de integração da América Latina pressupunha e que o modelo econômico do Chile “condenava”. Aliado a isso, soma-se o fluxo desigual de capitais no interior do continente e a falta de coordenação das políticas macroeconômicas na região. Dessa forma, a integração do país andino à “comunidade regional” não oferecia vantagens para o governo chileno.

O economista chileno José Cadermatori (1998), crítico do governo Pinochet, afirmava, entretanto, que o país perdeu muito poder de barganha com tais inserções com o Primeiro Mundo, visto que a América Latina, em bloco, oferecia maior ação e oportunidades para que Santiago barganhasse melhores posições no comércio mundial:

Sólo a partir de Latinoamérica, se puede tener mayor apertura y vinculación con Europa, Asia y otras regiones del mundo e incluso con los Estados Unidos. Nuestra capacidad de negociación es débil, a menos que formemos un frente común. A partir de los pactos con los países andinos y los centroamericanos se puede avanzarse en la integración de Chile en el mundo. Sólo la América Latina podría nos alcanzar mejores posiciones ante los demás mercados (CADERMATORI, 1998: p. 37)

No Chile de Pinochet, destacou-se, logo após o êxito do golpe, a formulação das políticas econômicas concebidas pelos ideólogos da “Escola de Chicago” como Milton Friedman. A proposta de refundação financeira do país ficara conhecida como “O Ladrilho”²² amplamente dominada pelos ideais liberais de Adam Smith. De acordo com diversos estudiosos como Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009), tais medidas, contidas nesse projeto, ficaram conhecidas como o primeiro projeto real de neoliberalismo no mundo, na frente mesmo de outras economias de mercado mais “avançadas” como Estados Unidos ou Grã-Bretanha.

De acordo com Hector Rojas (1997), os preços dos produtos chilenos foram atrelados aos preços deles no mercado internacional. Se a liberdade política e de expressão não pôde ser praticada, a liberdade econômica fora amplamente exercida. Nenhum tipo de intervenção estatal fora aprofundada ou difundida, a não ser pela privatização de cerca de 600 empresas do governo entre 1973 e 1983 e por mais 538 entre 1983 e 1990 (ROJAS, 1998: p. 36)..

²² O Ladrilho era como ficou conhecido o projeto econômico do candidato ultra-direitista derrotado nas eleições de 1970 por Salvador Allende, Jorge Alessandri.

O Chile, como exemplo de país pequeno, procurou comportar-se entre a segunda metade dos anos 70 e ao longo dos anos 80 como um “Estado comercial” (*trading state*). A importância de seus laços econômicos com os Estados Unidos e a Europa sobrepuja-se sobre a valorização prioritária de suas relações sul-americanas. A política ortodoxa do “livre-comércio que seria adotada por Pinochet seria responsável pela deserção do país nas relações regionais na visão de Norberto Consani do IRI/UNLP: “a partir de 1973, Chile deja de participar activamente en el proceso de integración económica regional negociada y adopta um régimen más libre de tipo de câmbio diferente del continente” (CONSANI, 2009: p. 137).

As dificuldades de inserção de uma economia neoliberal em um contexto econômico continental de intervenção estatal dificultavam o diálogo entre o Chile e as demais nações latino-americanas. A retirada voluntária do Chile do Pacto Andino em 1976 exemplifica essa hipótese. Naquela ocasião, a aprovação de uma Resolução (“conhecida como Decisão 24”) que limitava a entrada de capitais estrangeiros e estipulava especificações e grande controle sobre propriedades de empresas multinacionais de fora do bloco fora decisiva para que Pinochet se retirasse unilateralmente do acordo, uma vez que a política econômica chilena era incompatível com os modelos de integração implícitos na Comunidade Andina de Nações²³.

Diversos analistas apontam que a peculiar localização geopolítica e a inserção econômica do país na América Latina obrigaram sucessivos governos do país pensassem em estratégias diferentes de regionalismo. Seu vasto litoral, de frente para o Pacífico, compensava as dificuldades territoriais de ser um país estreito, sem chances de fazer frente ao “protagonismo” histórico de Brasil e Argentina nas relações continentais. Com a possibilidade de prevalecer economicamente sobre outros aspectos e auxiliados pela grande quantidade de portos voltados para Japão e Estados Unidos, Santiago daria uma grande ênfase no “livre comércio”.

O Chile sempre prezara suas relações com a América Latina (nem mesmo o próprio Pinochet nunca escondera isso), apesar de colocar os seus vizinhos, por vezes, no mesmo patamar de importância econômica que países extra-hemisféricos, diferentemente do governo brasileiro que ao longo dos anos 80, priorizaria, acima de tudo, suas relações com seus parceiros regionais. Na prática, o governante sabia que o modelo econômico chileno era mais condizente e interessante para uma associação com outros países do mundo.

²³ Um dos objetivos iniciais da CAN formulado pelos governos democráticos de Peru, Bolívia, Colômbia Venezuela e Equador em 1969 consistia na redução das influências excessivas dos autoritarismos de Brasil e Argentina sobre os rumos do continente e de dinamização definitiva da ALALC.

O economista chileno José Cadermatori (1998) lembra que por diversos momentos da História chilena, a América Latina surgiu mais como um pólo competidor, que ameaçou suas posições de mercado. O autor também faz menção à concorrência exercida pela Argentina na extração de cobre, que fazia com que os preços do produto chileno diminuíssem à medida que Buenos Aires e Lima realizavam novas descobertas desse produto.

De acordo com o professor da Universidade de Santiago, o Chile sempre condicionou os intercâmbios regionais às variações de ofertas de seus produtos para outros países extra-regionais, sobretudo EUA, Europa e países do Pacífico. Isso fora responsável pelo atrelamento da economia chilena aos pólos de poder do norte, em comparação com os níveis de vinculação que eram apresentados pelos demais países latino-americanos. Somente para efeitos comparativos, em 1979, enquanto a carga tributária no Chile alcançava a cifra de 20% do PIB, no Brasil alcançava quase 45%, evidenciando assim o tamanho de cada Estado na economia.

Nesse sentido, destacamos a histórica associação chilena com os países da Ásia e do Pacífico, (nações com avançada industrialização e de grande demanda por matérias-primas chilenas como o Japão). Diversos produtos chilenos como cobre, iodo, frutas e pescados eram tradicionalmente bem “recebidos” nesses mercados (CADEMARTORI, 1998: p. 13). A larga costa chilena, voltada para o Pacífico, contribuía decisivamente para que Santiago se voltasse para essas regiões, concomitantemente ou paralelamente à América Latina²⁴.

O Chile sempre se aproveitara de uma relativa estabilidade política e econômica interna ao longo do século XX para receber investimentos estrangeiros. Essa normalidade institucional não era partilhada em outras áreas ricas em matérias-primas como o restante da América Latina e África e tornava Santiago como um porto seguro para recursos financeiros vindos de nações como os “Tigres Asiáticos” e que se encontravam em franco crescimento e com grande demanda por cobre, grande pauta de exportação chilena. No início dos anos 80, os “Tigres” apresentavam crescimentos de 8% na contramão da América Latina. Nesse sentido, o governo Pinochet promoveu o ingresso do Chile na APEC, acordo de livre comércio entre os países banhados pelo Oceano Pacífico, e que acabou exerceu muito mais influência para a formulação da política externa do Chile de Pinochet do que a “famigerada” ALALC.

²⁴ Os defensores do modelo econômico de Pinochet lembram que a política dos militares era compatível com o aprofundamento da integração regional e com o intercâmbio com os seus vizinhos, apesar desta aproximação estar interligada à estratégia dos TLCs e não aparecer como prioridade exclusiva ou prioritária para o Chile.

A legislação do país andino havia facilitado a exploração dos recursos naturais chilenos ao longo da História por países extra-hemisféricos. O baixo custo das extrações de cobre, os impostos mais baratos e acessíveis do que no restante da América Latina e a existência de uma burocracia menos atuante contribuíram para que o Chile surgisse como um pólo atrativo de investimentos maior em comparação com os seus vizinhos, já que o regime militar de Pinochet também fiscalizava de maneira superficial os fluxos internacionais de capital além do fato de que as remessas de lucro que tinham Santiago como destino, serem muito mais flexíveis.

Somado a isso, o Chile, apesar de ter seu desenvolvimento econômico menos atrelado à América Latina, também sofria com a redução do preço do cobre no mercado internacional oriunda da grave crise financeira que se abatera sobre a economia mundial a partir da segunda metade dos anos 70. As primeiras dificuldades chilenas, que duraram basicamente seis anos (1973-1979) estavam concentradas, sobretudo, na recessão econômica que afetara o Primeiro Mundo e do isolamento e repulsa da comunidade internacional frente a um regime militar, publicamente violador de direitos humanos dos mais elementares.

As dificuldades aprofundaram-se brevemente durante a administração Jimmy Carter (1977-1980), quando o mandatário norte-americano cortou financiamentos já aprovados para Santiago por conta das denúncias claras de desrespeito aos direitos humanos. A cooperação entre Washington e Santiago, congelada nos anos de Carter, seria retomada de forma ativa pelo seu sucessor Ronald Reagan. O discurso belicista do mandatário norte-americano se encaixa, ideologicamente, perfeitamente na forma de governar de Augusto Pinochet, o que justificou, por exemplo, a visita da Embaixadora dos EUA na ONU, Jeanne Kirkpatrick, à Santiago em 1981. Nessa visita, reativando as relações estremecidas pela política de Carter, foram oferecidas novas formas de financiamento para o governo Pinochet, feitos por via do FMI e do Banco Mundial com o beneplácito da superpotência.

O governo Pinochet contou também com um grande auxílio dado pelo governo Ronald Reagan para a manutenção do modelo econômico chileno, diferentemente do arrocho econômico e fiscal que era perpetuado contra Brasil e Argentina, segundo Cadermatori (1998). Os EUA atuaram nos momentos mais críticos do Chile fornecendo grandes facilidades e respaldos necessários para que o “modelo” se desenvolvesse sem maiores sobressaltos.

Isso sem contar nos capitais japoneses, norte-americanos e europeus que estavam depositados na economia chilena (ingressantes por meio do processo de privatizações) e que

naturalmente se associavam para fazer a economia do país “sobrevivesse”. Esta associação estava ligada em todos os aspectos, ligando inclusive as orientações de política externa do país a essas “tendências” de convergência para as doutrinas estabelecidas pelo “Primeiro Mundo”.

Isso indica que enquanto os seus vizinhos no momento da guerra das Malvinas eram “abandonados” pelos Estados Unidos e buscavam se distanciar da superpotência, o Chile procurou na contramão da América Latina aproximar-se dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Diferentemente do Brasil, que via com grande ceticismo a política de Ronald Reagan para a América Latina; para o Chile, a posse do novo mandatário norte-americano representou um grande alívio para a economia do país, justamente porque “o novo regime de força” em Washington daria importante respaldo diplomático à violência interna promovida por Pinochet no Chile, visto que ela se encaixava bem nos atos de arbitrariedade perpetuada pela superpotência na região ao longo da primeira metade dos anos 80.

O governo chileno apresentou grandes déficits orçamentários ao longo dos primeiros anos do novo governo, responsáveis pelas quedas de -4% no PIB em 1974 e -10% em 1975, de acordo com a Revista brasileira “Istoé” de 27 de Setembro de 1980. Para Milton Friedman, essas medidas eram necessárias para que a economia ressurgisse a partir de 1979, momento em que a economia chilena começa a apresentar grandes taxas de crescimento: “a partir de 1979, la Banca Internacional recibió un alto volumen de petrodólares los que concedió con largueza, en forma de créditos, en especial a Chile (ROJAS, 1997: p. 145).

Em comparação com o governo Allende, Pinochet, entretanto, conseguiu estancar a inflação que alcançara quase 200% em 1972 (simplesmente por retirar grande parte do poder de compra da moeda, desvalorizando-a). O Chile nesse sentido acabou por renunciar entre 1973 e 1979 ao vigoroso crescimento econômico dos anos Allende e Frei, que havia alcançado uma média histórica de 9,5% entre 1969 e 1973, apesar do surto inflacionário crônico que Pinochet conseguira estancar através da recessão de meados dos anos 70.

No começo do processo econômico imposto por Pinochet, em especial entre 1973 e 1979 verifica-se uma crescente insatisfação popular com o grande aumento da concentração de renda e com o aumento da pobreza, principalmente entre os setores sociais mais dependentes de ajuda estatal como pensionistas e aposentados (CADEMARTORI, 1998: p. 9). O projeto de Pinochet para a economia chilena pressupõe um grande arrocho salarial, grande desvalorização da moeda e do poder de compra, que contribuiu para um empobrecimento da

população a níveis radicais, o que seria responsável pela persistência de cerca de 45% da população abaixo da linha da pobreza, resultado do corte de praticamente todos os benefícios sociais concedidos pelo Estado. (POLLACK, 1994: p.9).

O desemprego no Chile atingiu a surpreendente cifra de 30% no final dos anos 1970, apesar do êxito do controle inflacionário que reduziu pela metade a alta dos preços embora a custo de uma grande depressão financeira interna. A grande recessão econômica que acompanhou o Chile ao longo da construção das bases de seu pioneiro modelo econômico, especialmente na segunda metade dos anos 70, entretanto, só se reverteria completamente a partir do início dos anos 80: the economy had recovered from 1982 in comparison with the most other economies in Latin America (POLLACK, 1994: p. 1).

A recuperação econômica chilena da grave crise econômica dos anos 70, embora demasiadamente lenta, prometia ser bastante promissora a partir dos anos 80. Nesse sentido, enquanto a dívida externa do país, que estava estacionada na casa dos 35% do PIB em 1973, aumentou para 59% das riquezas do país em 1975, até voltar para os mesmos 37% do Produto Interno Bruto do país no ano de 1979. Já as reservas internacionais do país saltariam de 2,7% do PIB em 1973, para mais de 14% em 1979, auxiliadas pelo baixo custo de manutenção de custos sociais do governo, que eram praticamente inexistentes (EDWARDS, 1990: p. 272).

O grande ajuste promovido por Pinochet permitiu preparar as bases para uma “Revolução Econômica”: nesse sentido, o governo militar desvalorizou a moeda do país para que os exportadores de seu país obtivessem receitas externas suficientes para o financiamento externo e abriu completamente a economia do país, reduzindo substancialmente as alíquotas de importação e exportação, apesar de que isso significasse à curto prazo um empobrecimento acentuado, resultado da grande redução do poder de compra da população.

A ampla concentração da renda e o grande aumento das desigualdades sociais, que foram uma constante no Chile na segunda metade dos anos 70 e consequência direta da política de Pinochet, foram abafados pela ampla repressão do regime contra qualquer dissidência. A política de vinculação e abertura da economia, mediante a radical diminuição dos impostos (diferente do Brasil que promoveu uma substituição das importações) representou um grande arrocho salarial e uma corrosão monetária do peso chileno, moeda do país andino.

Em meados de 1981, o valor da dívida chilena era extremamente elevado (comparável proporcionalmente às das demais economias do continente) e representava cerca de 35% do

PIB do país. Os indicadores financeiros chilenos, embora fosse apáticos, era ao menos amortecidos por tímidas variações positivas nas contas externas, visto que a economia, atrelada excessivamente aos fluxos de capitais internacionais que eram excessivamente tímidos na América Latina, mas estavam concentrados no Chile (EDWARDS, 1981: p. 260).

A atratividade e a segurança do país para investimentos eram responsáveis pelo aporte crescentes de capitais oriundas do grande arrocho fiscal e repressão política contra dissidências promovidas por Pinochet. Enquanto a maioria do continente apresentava taxas de crescimento negativas no início dos anos 80, o Chile conseguia ao menos manter-se com projeção de crescimento entre 4% e 5% para 1981 e 1982 (EDWARDS, 1990: p. 266).

Para Sebastián Edwards (1990), para a manutenção de um crescimento econômico entre 7,5% e 8,5% no Chile, a taxa de investimentos de ordem interna deveria girar em torno dos 20%, sendo que ano de 1981, essa taxa alcançou somente 8%, acompanhando a complicada conjuntura internacional. Apesar deste déficit, Edward lembra que o Chile apresentou um superávit em sua balança comercial de quase US\$ 700 milhões de dólares naquele ano, apesar da vertiginosa queda no preço do cobre. Os grandes investimentos de empresas multinacionais que dominavam diversos setores compensavam as dificuldades oriundas da recessão e possibilitaram ao Chile rolar parcelas de sua dívida externa sem maiores sobressaltos nos anos 80, apesar de seus serviços aumentarem a uma variação média entre 10% e 15% ao ano.

A dívida externa, embora elevada, era compensada por reservas cambiais consideradas altas para a situação calamitosa do continente (os investimentos estrangeiros permitiam que Santiago obtivesse constantemente 30% do total de suas obrigações nos cofres do seu Banco Central). Isso permitia que o Chile alcançasse taxas de inflação controladas no início dos anos 80 (entre 5% e 10% ao ano) em um continente, onde prevaleciam índices inflacionários na casa dos três dígitos, como ocorria no Brasil e na Argentina entre 1981 e 1982.

Nesse sentido, o Chile podia continuar emitindo papel moeda, sem graves riscos de especulação sobre a economia e ao mesmo tempo ter sua tímida industrialização financiada por investimentos estrangeiros, diferentemente da ditadura brasileira, que via o Estado, como um provedor principal de seu desenvolvimento. A partir dos investimentos externos, o Chile pode sustentar a estabilidade de alguns índices econômicos nos anos 80, em detrimento dos seus vizinhos que sofriam com problemas macro-estruturais graves como a inflação que no Chile estava sob controle e nunca ultrapassara a casa dos dois dígitos.

Na visão de Hector Rojas (1997), o Chile do governo Pinochet relutou demasiadamente em ingressar na ALADI em 1980, preocupados com o impacto dessa associação na economia do país. A aprovação da Constituição do regime militar no mesmo ano de 1980 (na mesma ocasião) impusera institucionalmente as bases do modelo econômico neoliberal e sofrera grandes pressões internas para não aderir ao tratado de cooperação regional.

Apesar de membro efetivo e fundador da Área Latino-Americana de Desenvolvimento de Integração, Santiago fora um dos países que menos participou ou contribuiu com este acordo, preocupados com outras prioridades e inserções internacionais. De acordo com Juan Carlos Lerda (1987), a participação do Chile no comércio regional, embora tenha registrado crescimento continuado até 1980, este fora o mais lento entre todos os membros do tratado.

O PIB chileno que estava na casa dos US\$ 28 bilhões de dólares em 1980, subiu para US\$ 31 bilhões de dólares em 1981 e US\$ 35 bilhões em 1982, na contramão do restante da América Latina que apresentava crescimentos tímidos, por vezes negativo (EDWARDS, 1990: p. 268). A partir de 1981, a dívida externa de Santiago estabilizou-se na casa dos US\$ 10 bilhões de dólares, um nível muito menor, proporcionalmente, do que o PIB de qualquer outro país do continente e perfeitamente contornado pelos vastos ingressos de capitais estrangeiros presentes em todos os setores econômicos, afetados pelos maciços processos de privatização. O Chile pôde assim rolar sua dívida sem maiores sobressaltos ou *hostilidade* dos investidores.

Apesar das grandes dificuldades vividas pela América Latina no início dos anos 80, a diferença de modelo econômico de Santiago criava números desproporcionais para a média do continente: a inflação chilena em 1981 fora de 9,5%, enquanto na Argentina, por exemplo, o mesmo índice chegara a 131,2% e no Brasil, 179% (LERDA, 1987: p. 84). A estabilidade macro-econômica alcançada por Pinochet era um dos principais trunfos internacionais do regime. Entre 1980 e 1981, por exemplo, o Chile apresentou variação positiva de seu PIB em 7,8%, enquanto o Brasil apresentou crescimento negativo de -3,4%. Diferentemente de seus vizinhos, o risco de investimento no Chile era considerado baixo, motivo pelo qual a figura de Pinochet era cultuada tanto nos EUA como na Europa, assim como no Japão e na Austrália.

O modelo econômico chileno no início dos anos 80 era naturalmente super bem conceituado pelas potências do norte. Na Grã-Bretanha, o governo Thatcher implementava um modelo semelhante ao de Pinochet, criando uma convergência econômica que teria frutos nos anos seguintes, pois criou a idéia de Santiago como único “porto seguro” e “aliado confiável”

na América Latina diante de um conjunto de “países economicamente instáveis”. Tal inserção aprofundou o neoliberalismo no país e a cooperação bilateral seria mais incentivada ainda pelo governo britânico após o posicionamento de Pinochet no conflito de 1982.

Em 1982, ano da guerra das Malvinas, e diferentemente da realidade do Brasil, as perspectivas de evolução para a dívida externa chilena eram das mais promissoras, conforme analisava Sebastián Edwards (1990): “(...) La situación de endeudamiento externo de Chile no representa un obstáculo mayor para que el país crezca a unos 5,5% constantemente (p.266). De fato, o PIB chileno havia crescido respectivamente 7,8% em 1980 e 5,8% em 1981 enquanto a dívida externa do país beirava os US\$ 10 bilhões de dólares. No Brasil, na mesma ocasião do conflito anglo-argentino, a “mesma conta” beirava os US\$ 91 bilhões de dólares.

Outro bom dado estatístico comparativo demonstra que enquanto o Brasil exportava US\$ 3,2 bilhões de dólares para a América Latina em 1982, o Chile, no mesmo período, vendeu para os seus vizinhos somente US\$ 750 milhões, o que demonstra a completa falta de prioridade de vendas de Santiago para o continente naquele momento.

Os membros do governo Pinochet sabiam que o Chile como país pequeno e sem contar com um grande poder político e econômico no continente como o do Brasil ou da Argentina, suficientes para se sobressair na América Latina, tratou de buscar outras alternativas ao vínculo com o continente, no momento da guerra das Malvinas. Dessa forma, buscamos associar esse distanciamento de paradigmas e concepções que prevaleciam no regime militar chileno, o mesmo que respaldaria os britânicos no conflito de 1982.

2.1 - As Relações entre Chile e a América Latina e a crise das ilhas do Canal de Beagle:

A existência de diversos tipos de condicionantes como a pluralidade e a divergência de interesses, a existência de regimes políticos incongruentes à cooperação, a predominância as antigas rixas limítrofes e a discrepância de modelos de desenvolvimento foram responsáveis pelo histórico de deteriorização nas relações entre o Chile e a América Latina/Argentina. Nesse sentido, o que se poderá comprovar é que na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, esses problemas citados acima foram amplamente recorrentes na crise das Malvinas.

Ao longo dos acontecimentos da guerra das Malvinas (1982), verificaremos como as relações diplomáticas entre Chile e países latino-americanos como Argentina, Peru e Bolívia

se deterioraram vertiginosamente nos anos anteriores. No decorrer do conflito, veremos como esses problemas regionais seriam decisivos para que o governo Pinochet, isolado no continente, priorizasse a associação com os britânicos nas Malvinas como uma forma de defesa e contenção contra as investidas de seus vizinhos.

A Argentina e o Chile demoraram décadas para delimitar seus limites geográficos. Os tratados bilaterais de fronteiras de 1881 (fruto de mais de 40 anos de ásperas discussões a respeito da posse das terras da Patagônia) não impediram que uma aliança tácita e natural entre Bolívia, Peru e Argentina perdurasse durante boa parte do século XX. A grande riqueza da região litigiosa (atual norte do Chile) provocou uma série de pequenas corridas armamentistas na região e que perduraram até quase meados do século XX.

O histórico das relações entre Chile e América Latina portanto também sofrera alguns grandes reveses históricos. Santiago já havia tido diversos “contratempos” com seus vizinhos setentrionais como Peru, Bolívia e Equador no século XIX por conta de anacrônicos problemas de fronteira²⁵. Esses litígios, ainda em vigor tanto nos anos 70 e 80 como na atualidade, foram extremamente explorados e valorizados por setores sociais internos contrários ao estreitamento de vínculos maior com o continente, fazendo com que esses problemas fossem valorizados durante a formulação da política externa do governo Pinochet.

Grande parte desta pressão sobre o Chile decorreu de sua própria política em relação aos seus vizinhos. Ao lado do Brasil, foi o Chile o país que mais expandiu suas fronteiras ao longo do século XIX. Desde a independência da antiga e reduzida Capitania Geral do Chile, o país quase duplicou sua extensão, em detrimento, obvio, de seus vizinhos. Embora os grandes territórios do sul não fossem parte imediata de nenhum dos estados originados no movimento de 1810, as terras indígenas do sul eram consideradas por Buenos Aires como áreas naturais de sua expansão. Assim, o imenso trabalho de conquista – e de redução indígena – realizado pelo Chile foi visto, por Buenos Aires, como uma usurpação, gerando um século de graves rivalidades. Da mesma forma, a “colonização” das áreas mineradoras da Bolívia e sua subsequente ocupação foi um processo bem organizado e sustentado por Santiago²⁶.

²⁵ A Guerra do Pacífico em 1876 opôs de um lado Peru e Bolívia (com o apoio da Argentina) contra o solitário Chile. A vitória naquele conflito fora do governo chileno, apesar do tema permanecer por muitos anos mais, visto que nenhum dos derrotados aceitou as perdas territoriais e marítimas da guerra. O presidente argentino Julio Roca dissera em 1881, no curso da guerra do Pacífico, que “para cada año de paz con Chile, los argentinos y peruanos vencían una guerra” (NOVARO E PALERMO, 2007: p. 322).

²⁶ <http://www.tempo.tempopresente.org/images/stories/fineptempo/chilefineptempo.pdf> no dia 16 de Setembro

Neste contexto, historicamente, o Chile desenvolveu uma estratégia que contemplava dois riscos simultâneos de conflitos: ao sul, com a Argentina e, ao norte, com o Peru e a Bolívia. Numa relação reversa, Buenos Aires e Lima desenvolveram possibilidades de cooperação constantes, visando manter Santiago sob constante pressão. Da mesma forma, o Chile procurou uma relação privilegiada com o Brasil (este até os anos de 1980 em aberta competição com a Argentina), visando assim compensar o risco duplo sobre suas fronteiras.

Os problemas de fronteira entre Chile, Peru, Argentina e Bolívia continuavam sendo constantes no século XX e criaram uma nova identificação distinta para o “isolado” Chile no continente, criando-se assim uma cultura radical, austera e hostil em relação aos seus vizinhos: “essa coisa que já diferencia o Chile do resto da América, eu diria mesmo até da América Latina, o sub continente. É um perfil partidário muito clássico e muito europeu. O cenário partidário chileno é de reprodução de um quadro europeu, bem longe da América Latina”²⁷.

O equilíbrio geopolítico na região era extremamente delicado na década de 1970. Qualquer movimentação brusca ou governo mais radical eram necessários para que os países se preparassem para enfrentamentos tanto em relação à Beagle ou no norte chileno.

As relações do Chile com a América Latina na segunda metade dos anos 70 foram extremamente problemáticas, segundo Cristián Gazmuri (1994). Entre 1975 e 1980, o governo Pinochet havia rompido relações diplomáticas com o Peru e com a Bolívia por dois momentos, devido aos problemas de fronteira com estes dois países. O governo chileno havia mandado reforçar a segurança da região com vastos efetivos militares na suas fronteiras com Lima, o que havia gerado uma grande tensão sem precedentes no local. Em relação à Argentina, as relações com o Chile se deteriorariam vertiginosamente devido à predominância de regimes ditatoriais baseados em “Doutrinas de Segurança Nacional” e a permanência de rivalidades históricas como condicionantes à qualquer tipo de aproximação diplomática.

As relações com a Argentina não avançaram substancialmente, a partir de 1976, porque estavam intimamente associadas à pendência sobre a soberania das ilhas de Lennox, Picton e Nueva, localizadas no Canal de Beagle, na confluência entre os Oceanos Pacífico e Atlântico. essa questão histórica, que se tornaria ainda mais sensível nas mãos das ditaduras dos dois países, configurou-se como um dos problemas mais graves na história das relações entre Santiago e Buenos Aires, especialmente entre 1976 e 1984.

²⁷ <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=832> às 23:30 horas do dia 13 de Setembro de 2010.

Os dois governos concordaram em entregar o problemático caso das ilhas de Beagle à arbitragem da Grã-Bretanha em 1971, quando o Chile ainda era uma democracia e a Argentina estava prestes a se democratizar com a volta de Peron²⁸. As relações teriam uma breve convergência entre 1971 e 1976 por conta disso (sem grandes resultados práticos, porém sem maiores problemas). As ditaduras que se seguiriam colocariam esses esforços por terra.

Em Maio de 1975, ocorreu um efêmero encontro entre Pinochet e a última presidente “constitucional” da Argentina, Isabel Perón, na cidade argentina de Morón. Apesar da declaração presidencial oriunda do encontro mencionar a necessidade de complementação entre as economias, mediante “facilidades compensatórias mútuas como a concessão de portos e a criação de zonas francas”. Nenhuma medida fora implementada na prática e os efeitos desse encontro foram praticamente nulos, devido principalmente à “debilidade” do governo argentino naquela ocasião, a discrepância de sistemas políticos favoráveis à uma cooperação duradouro (uma ditadura e uma democracia) e a própria desconfiança que Pinochet nutria do agonizante governo argentino da viúva de Perón (que seria derrubado no ano seguinte).

Em 1976, finalmente sairia o resultado do laudo firmado pela Rainha Elizabeth II (apesar de somente ter sido ratificado pelo Parlamento britânico em 1978): a chefe de Estado britânica concedera a posse destas três ilhas para o governo chileno, o que colocou a Argentina em uma situação internacional difícil de ser acatada pela já então empossada Junta Militar do país. O controle do arquipélago de Beagle tornaria o Chile um país bioceânico (com acesso ao Atlântico e ao Pacífico), o que era inaceitável para os militares “geopolíticos” argentinos.

Esses grupos mais conservadores da Junta Militar acreditavam tradicionalmente que o Pacífico era área de influência do Chile, enquanto o Atlântico era região de domínio dos argentinos. O controle de Beagle alteraria essa balança de poder na região; modificando-a substancialmente à favor dos chilenos que assim poderia aproveitar-se também das 200 milhas de Zona Exclusiva Econômica que o território proporcionaria, além da possibilidade de se reclamar posteriormente sobre vastos territórios sobre a Antártica²⁹.

²⁸ A arbitragem da questão fora submetida à Coroa britânica pelos presidentes Alejandro Lanusse e Salvador Allende em 1971. Naquela ocasião, os mandatários desejavam que a questão fosse definitivamente enterrada para que as relações bilaterais pudessem fluir com maior naturalidade e normalidade.

²⁹ O Controle de Beagle era extremamente estratégico tanto para o Chile como para Argentina, visto que a região é rica em recursos naturais e possibilita que o seu ocupante controle o acesso entre o Pacífico e o Atlântico por meio das passagens do Estreito de Drake e Magalhães.

Em relação aos argentinos, a grande pressão exercida pelos linha-duras era o grande problema, já que por vezes sobrepunham-se até mesmo ao poder do general Videla, presidente *de facto* do país. A própria constituição do governo argentino (uma Junta Militar, composta pelos chefes das Três Forças Armadas e pelo presidente) dificultava as negociações sobre as ilhas, visto que as ações de governo eram descentralizadas e alvo das interferências dos Comandantes da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, Almirante Luciano Benjamin Menendez e o Comodoro Emílio Massera, ambos radicalmente contrários à qualquer tipo de diálogo ou moderação com o Chile. Os dois membros da Junta Militar, possuíam mais poderes que o próprio Videla, que pessoalmente, preferia um acordo com o Chile sobre as ilhas³⁰.

Um novo encontro bilateral entre o novo presidente argentino, o general Jorge Videla e o seu “colega” Augusto Pinochet ocorreria na cidade de Puerto Montt, em Fevereiro de 1978, embora já completamente afetado pela discórdia em torno das ilhas do Canal de Beagle. Apesar de os dois mandatários, na ocasião, reconhecessem a necessidade de “adoptar medidas para promover políticas de integración física, complementación económica y explotación de recursos naturales” (ORREGO, 1990: p. 14), a única convergência de opiniões que os dois governos alcançaram naquela ocasião foram àquelas relacionadas à cooperação na “Operação Condor”, ou seja, intercâmbio de informações na busca por opositores dos dois regimes.

O governo do general Jorge Videla declarou o laudo britânico sobre Beagle como “nulo” em 1978, logo após a visita ao Chile, alegando que decisões internacionais não podem ser cumpridas pela Argentina “se estas ameaçarem os interesses permanentes da nação”³¹. Enquanto Pinochet não demorou a reconhecer a validade do acordo e instalou bases chilenas nas ilhas, a Junta Militar Argentina se mobilizava militarmente para ocupar as ilhas. Os membros do governo sabiam que uma ação armada era a única alternativa para reaver o arquipélago, visto que qualquer tribunal internacional daria ganho de causa aos chilenos. Embora Pinochet e Videla quisessem manter um via de conversação abertas trabalhando para que as relações não fossem definitivamente rompidas, ambos não poderiam evitar o pior.

³⁰ Videla era o membro mais moderado da Junta em relação ao Chile. Dos 4 membros da primeira Junta Militar Argentina (Videla, Viola, Massera e Menendez), somente o presidente era favorável a uma solução diplomática, mas sabia que o seu poder de veto era limitado (3 votos contra um). Segundo o próprio Videla afirmara, se ele não acatasse as ordens da Junta, seria substituído e elementos muito mais radicais assumiriam o poder.

³¹ A mesma convergência ideológica que possibilitou a cooperação na “Operação Condor”, entretanto, introduzia um fator complicador: a permanência contígua de Regimes de “Segurança Nacional” na Argentina e Chile.

Desde então, provocações mútuas marcariam as relações entre os dois governos até os anos 80. Enquanto o Embaixador chileno em Buenos Aires, Sergio Onofre Jarpa, dissera em Outubro de 1978 que irremediavelmente o Chile “necessitava de uma saída para o Atlântico”, Emílio Massera, membro da Junta Militar Argentina, respondia dizendo ao periódico brasileiro “Jornal do Brasil” que, em relação ao Chile, “o tempo das palavras havia expirado” ou que “Argentina está dispuesta a luchar hasta la victoria” (CISNEIROS, 1998: p. 17). Já o general Augusto Pinochet teria dito ao comandante de sua Força Aérea: “Mire Matthei, si hay guerra, usted manda a todas las Fuerzas Armadas, y yo mando el país”³².

A “Operação Soberania” fora o nome de uma grande ação militar que seria levada a cabo pelos militares argentinos, na madrugada do dia 21 e 22 de Dezembro de 1978, e que tinha por objetivo principal, expulsar os efetivos chilenos presentes instalados nas ilhas de Beagle. O objetivo da missão era por meio de um bombardeiro maciço da Marinha e por uma rápida ação da Força Aérea neutralizar as posições chilenas e reaver o arquipélago. A partir de então, os argentinos esperariam a reação chilena (possivelmente uma declaração oficial de guerra).

As preparações para o início das hostilidades, entretanto, foram interrompidos na mesma noite da operação, a poucas horas de serem desencadeadas e não ocorreram graças ao mau tempo na fronteira entre os dois países e à intervenção do então recém *empossado* Papa João Paulo II. O general Videla assumira posteriormente que, mesmo que quisesse, as operações estavam tão avançadas e eram tão iminentes, que nem ele mesmo não poderia evitá-las. O presidente atribui a interrupção delas à um “milagre” (NOVARO e PALERMO, 2008: p. 325).

A partir da experiência do episódio da “Operação Soberania”, os dois países se tornaram abertamente inimigos e viam uma guerra como uma possibilidade bem pertinente nos anos seguintes, apesar de que em Janeiro de 1979 fosse firmado um urgente compromisso mútuo e provisório entre Argentina e Chile (“Ata de Montevideo”, intermediada pelo Vaticano) onde “los Estados no recurrirán a la fuerza en sus relaciones mutuas, realizarán un retorno gradual a la situación militar de 1977 y se abstendrán de adoptar medidas bélicas que pueden alterar la armonía entre ambos” (ORREGO, 1990: p. 135).

Apesar da mediação exercida pelo cardeal Samoré, enviado do Vaticano para intermediar a questão, a ameaça real de um conflito de grandes proporções acompanhou os dois países e afastou qualquer possibilidade de cooperação entre Chile e Argentina. Novas tensões se

³² <http://chile-hoy.blogspot.com/2009/10/> às 13 horas do dia 16 de Setembro de 2010.

tornariam corriqueiras, principalmente entre 1980 e 1982, quando o Vaticano insistiu no cumprimento integral do laudo arbitral britânico, o que era inaceitável para os argentinos. Apesar da aceitação chilena no acordo (sabiam que qualquer tribunal internacional respaldaria o laudo britânico), a Junta Militar recusou-se a ratificar o tratado, deixando a questão aberta.

Alguns autores como Novaro e Palermo (2008), defendem que a soberania argentina sobre Beagle pouco importava naquele momento. O que os argentinos linha-duras queriam era uma guerra que lhes proporcionassem prestígio interno, capaz de enfraquecer Videla e garantir um mandato perpétuo para a ditadura (assim como ocorreria na guerra das Malvinas). Desse modo, qualquer tentativa de negociação era desbaratada por esses setores radicais e faziam com que a controvérsia não fosse definitivamente superada até o conflito entre Argentina e Grã-Bretanha, tendo reflexos diretos na condução de ambas as políticas externas.

As desconfianças e as provocações entre Santiago e Buenos Aires eram abertas e não eram escondidas por nenhum dos dois lados. Por conta disso, o governo Pinochet aumentou demasiadamente os gastos do Chile na área de defesa militar devido às grandes ameaças com Argentina, Peru e Bolívia e o risco de guerra iminente com essas nações³³. Na realidade, Buenos Aires, Lima e La Paz formaram uma espécie de aliança tácita entre si em meados dos anos 70, visto que os três governos possuíam problemas de fronteira com Santiago.

Pressionados por seus vizinhos e acudados em uma espécie de situação de cerco, o Chile procurou associar-se com outros países extra-hemisféricos, principalmente aqueles que lhe abasteciam de armamentos. De acordo com Cristián Gazmuri (1994):

In 1973, 3,6% of the Chilean Gross National Product was allocated to defence. After the 1973 military *coup d'état*, this percentage considerably [and comprehensively] – increased. This increase in the budget of weapons was direct and was obtained by secret laws with rich countries. The crisis with Peru, Bolivia and Argentina forced the Chilean Armed Force to modernize and strengthen their military capacity, prepared to a probably fight with your neighbourhood. Military expenses in Chile still rank among the highest in Latin American in the 80s. For instance, Chile spent 9,2% of the Gross National Product in weapons during 1985 (GAZMURI, 1994: p. 130).

³³ O risco de guerra com a Argentina era tão grande que Pinochet decretou serviço militar obrigatório para homens e mulheres entre 18 e 45 anos e realizou uma série de missões de espionagem em território argentino, formando uma rede desse tipo que anos mais tarde seria usada contra os argentinos na guerra das Malvinas.

Um golpe de Estado ocorrido na Bolívia em meados de 1980 atuou, pouco antes da crise nas Malvinas, como mais um fator complicador para a “pacificação” do continente. La Paz encontrava-se em pleno processo de redemocratização, quando um golpe militar, apoiado abertamente pela Argentina do general Jorge Videla depôs a presidente constitucional Lidia Tejada. Buenos Aires reconheceu prontamente os “novos” governos golpistas dos generais Luis Garcia Meza e Celso Villa. O regime de exceção que se seguiria realimentaria tensões com Santiago e adotaria uma política de alinhamento incondicional com a Argentina.

Formava-se assim um eixo Buenos Aires, Lima e La Paz, com amplas afinidades ideológicas (os três países eram ditaduras de “Segurança Nacional”) e com um objetivo comum bem definido: recuperar o terreno histórico perdido frente ao Chile (os três países possuíam problemas de fronteiras com o país andino e no momento da guerra das Malvinas, estavam com relações diplomáticas congeladas com Santiago). Se a invasão argentina às Malvinas fosse bem sucedida, Peru e Bolívia poderiam promover novas “aventuras” contra o Chile (com o beneplácito argentino). Dependendo das circunstâncias do que ocorresse nas Malvinas, Buenos Aires poderia até mesmo tentar reaver a soberania das ilhas de Beagle à força, para manter por mais tempo, o furor nacionalista causado a partir de 1982 no país.

Diferentemente do Brasil, que com a assinatura do acordo que compatibilizava a exploração das potenciais hidrelétricas na Bacia do Prata, o Chile ainda possuía uma séria pendência com os argentinos durante a guerra das Malvinas. Estes fatores, juntamente com outros interesses financeiros oriundos do modelo econômico chileno, as péssimas relações com a Argentina e o problemático histórico do relacionamento de Santiago com o continente, podem ter sido decisivos no posicionamento do governo Pinochet na crise das ilhas Malvinas.

Capítulo 2: A Guerra das Malvinas e seus desdobramentos no sistema internacional

1 - A Conjuntura Internacional durante a Guerra das Malvinas:

Para Brasil e Chile, a segunda metade dos anos 70 e o início dos anos 80 seriam decisivos para as suas inserções no sistema internacional no período pós-redemocratização. Embora com compreensões diferentes acerca da Os questionamentos à nova ordem mundial instituída no

pós- Segunda Guerra Mundial estavam no auge da agenda mundial. Através do esgotamento das doutrinas oriundas do esvaziamento das premissas ideológicas da Guerra Fria, desenvolviam-se dois modelos econômicos distintos que seriam responsáveis na década de 80 por percepções diferentes de relacionamentos com a América Latina.

O objetivo desta seção da dissertação, portanto, é relacionar as dificuldades políticas e econômicas vivenciadas pelas nações emergentes entre a segunda metade dos anos 70 e o início dos anos 80 com as possibilidades. Dessa forma poderemos perceber que as orientações das chancelarias do Brasil e do Chile para a Argentina (e para a América Latina no caso das Malvinas) foram amplamente influenciadas pelo contexto internacional. Para demonstrar tal noção, faz-se necessário analisar um momento da História mundial um pouco anterior à eclosão da guerra das Malvinas (1982), mas com efeitos decisivos sobre os acontecimentos. Dessa forma, queremos associar o conflito a um período de transição internacional de ordens mundiais e de grandes dificuldades enfrentadas pelas nações emergentes.

A fase de prosperidade vivenciada pelo capitalismo nas primeiras décadas do pós-Segunda Guerra Mundial estimulou uma onda crescente de otimismo no mundo. A capacidade demonstrada pelo sistema econômico em manter o ritmo de crescimento em um marco de estabilidade levou ao consenso majoritário na crença que uma etapa histórica marcada por crises cíclicas estava encerrada (AYERBE, 2002: p. 149).

O Terceiro Mundo durante boa parte dos anos 50 e 60 apresentou grandes crescimentos econômicos, que justificaram o alinhamento com a superpotência capitalista no pós-1945. Na maior parte dos países emergentes, o Estado era responsável direto pela gerência das políticas de desenvolvimento nacionais, “salvaguardados” pelo largo processo de industrialização em vigor e pela consciência do êxito da associação automática com os EUA.

A extinção do sistema de *Bretton Woods*, pilar da ordem econômica global arquitetada pelos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70, levou a adoção de medidas de liberalização dos mercados que aprofundou a globalização econômica. Washington passou a partir desse momento a emitir mais dólares do que as suas reservas de ouro, desregulamentando completamente a economia mundial.

O ano de 1969 é considerado um divisor de águas para a economia mundial, visto que até esse momento o mundo conseguiu sustentar grandes crescimentos, estabilidade e controle de preços. A partir desse momento em diante, começaram a aparecer grandes desequilíbrios

principalmente vindos de pressões inflacionárias, oriundas dos grandes déficits na balança de pagamento dos Estados Unidos (ROJAS, 1997: p. 60).

Os Estados Unidos restringiram assim, drasticamente, o fluxo de sua moeda pelo mundo, que ao mesmo tempo passou a assumir um papel de “lastro” para as demais economias mundiais. Isso permitiria também um controle maior sobre o mercado financeiro internacional, além de possibilitar a liberalização das políticas monetárias internacionais, visto que a moeda da superpotência passaria a controlar os novos rumos da economia mundial.

Desde o começo dos anos 70, os Estados Unidos vinham apresentando crescentes déficits em sua balança comercial. A diminuição das atividades econômicas e as grandes despesas com a guerra do Vietnã, além da manutenção da corrida armamentista geraram um grande déficit no consumo e comprometeram a manutenção das políticas do “bem estar social”. A recessão, o desemprego e a inflação impulsionaram um conjunto de medidas dirigidas a reduzir o papel do Estado na economia e aliviar os seus volumosos déficits fiscais (AYERBE, 2002: p. 151).

Nesse momento, para um volume de reservas em ouro de US\$ 10,5 bilhões de dólares nos Estados Unidos, havia US\$ 53,3 bilhões em dólares espalhados pelo mundo (AYERBE, 2002: p. 154). A retração do consumo interno reduziu a arrecadação fiscal e colocaram os governos Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1976) em uma situação difícil, por vezes, responsáveis pelo recuo da superpotência em diversos episódios internacionais³⁴.

Para os norte-americanos, fazia-se necessário em um curto espaço de tempo atrair essa quantidade de dólares espalhados pelo mundo para a sua própria economia e assim reduzir a crise financeira que se aproximava. Desse modo, a política econômica da superpotência, consistiria nos anos seguintes em retirar sua moeda de circulação do mundo, usando para isso artifícios como arrocho nos financiamentos para nações emergentes e a elevação das taxas de juros. Esse movimento acabaria deixando os demais países mais dependentes do sistema na iminência de uma situação difícil e, com o passar dos anos, explosiva.

Para os países do Terceiro Mundo, a solução encontrada foi recorrer à grande liquidez que o mercado financeiro, que oferecia meios imediatos de contornar os efeitos dessa crise. Os grandes déficits externos a partir da primeira metade dos anos 70 eram patrocinados por meio

³⁴ A retirada das tropas norte-americanas do Vietnã em 1975 e a ascensão e fortalecimento de grupos pacifistas, por exemplo, inserem-se nesse recuo da superpotência na guerra fria, corroborado pela eleição de Jimmy Carter. Os EUA também estavam acuada também pelos grandes déficits econômicos verificados naquele momento.

do endividamento e permitia que os emergentes continuassem importando bens e equipamentos industriais para a manutenção de seus elevados crescimentos econômicos.

A situação econômica seria agravada pelo primeiro choque do petróleo em 1974, que levou a um grande aumento no preço de vários insumos básicos, elevando a inflação mundial e diminuindo o lucro de várias organizações internacionais, levando-as a empreender um crescente redirecionamento de recursos da “economia real” para o mercado financeiro (em especial para o mercado especulativo) ou para outros centros de poder como Japão e Europa.

Os Estados Unidos ainda tentaram, sem êxito, desvalorizar a sua moeda e aumentaram as taxas de juros, buscando aumentar a atratividade do seu mercado financeiro. Tal medida sacrificaria, entretanto, os mercados do Terceiro Mundo que passaram a perder espaço para os fluxos de capitais internacionais concentrados na “segurança” e no menor risco dos países ricos. As dívidas dos países emergentes, que estavam atreladas a essas variações dos juros, sofreram grandes elevações e ficaram carentes de financiamento.

O grande crescimento mundial até 1973 dera lugar a um período de crises e incertezas, que enfraqueceu as premissas ideológicas contidas na guerra fria. Em outras palavras, uma “nova ordem mundial” indicava o incremento da bipolaridade, opondo de um lado, as nações subdesenvolvidas do sul contra as superpotências desenvolvidas no norte, ao invés dos choques entre áreas de influência dos EUA e URSS³⁵ (LAFER e PEÑA, 1975: p. 10).

Substituíam-se assim a exclusividade do embate ideológico “simplista” entre soviéticos e norte-americanos por um contexto internacional muito mais complexo e dinâmico, visto que conflito leste-oeste já não satisfazia as necessidades dos países emergentes. Sobre esse assunto, Félix Peña e Celso Lafer, ainda em meados dos anos 70, afirmavam que:

Estamos em pleno trânsito de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial (...). O bipolarismo persiste em termos militares e estratégicos, mas o impasse do equilíbrio nuclear conduz a uma ampla neutralização ideológica do mundo passando a confrontação industrial-tecnológica a tomar o lugar da antiga guerra fria. O que importa agora é o acesso aos mercados e o seu domínio, bem como a inovação tecnológica e o controle da transferência de tecnologia (...). A confrontação econômica vai ocupar este espaço da bipolarização (...). O presente enredamento dos EUA em sua própria crise abre um espaço para uma manobra política e industrial que pode ser aproveitado pela América Latina com a possibilidade de cooperação entre os então Estados inimigos. (LAFER e PENA, 1975: pp. 10-11).

³⁵ Enfraquecimento demonstrado pela guerra das Malvinas, quando Argentina e Grã-Bretanha, dois países sob influências dos EUA, guerream entre si e não contra posições soviéticas.

A ruptura da bipolaridade econômica e política requeriam a superação parcial do conflito leste-oeste (pautado exclusivamente no confronto entre Estados Unidos e União Soviética) e a criação de novos mecanismos como o conflito norte-sul. Uma nova e duradoura fase recessiva substituiria a época do “financiamento fácil” dos anos 70, evidenciando a existência de novos centros de decisão, que na prática expressavam a existência de um sistema “multipolar”.

Esse enfraquecimento norte-americano fortaleceu alguns grupos de extrema-direita, que condenavam a política externa dos direitos humanos da administração Jimmy Carter (1977-1980), considerada débil e frágil do ponto de vista bélico. Os traumas da guerra do Vietnã e a ascensão de novos grupos sociais internacionais pluralistas, ligados à condenação aos direitos humanos e o desenvolvimento de novas agenda e reivindicações internacionais, haviam colocado a superpotência na defensiva no final dos anos 70.

A evasão de capitais dos EUA levou muitos investidores a aplicarem seus capitais em outras regiões do mundo como a Comunidade Européia e o Japão. Tal mudança gerou uma grave crise de hegemonia política e econômica para os EUA, que naquela altura, viam-se obrigados a não somente disputar o controle do mundo com seu então rival tradicional (a URSS), assim também como com novos atores emergentes do “Terceiro Mundo”.

O Terceiro Mundo, por sua vez, não aceitaria docilmente esse arrocho econômico das benesses adquiridas nos anos anteriores. Tais nações não aceitariam um regresso à sua antiga condição de “satélites” das superpotências e tratariam de se unir-se entre si para manter as benfeitorias adquiridas contra a possibilidade de ver as recentes conquistas econômicas em risco. Grandes investimentos produtivos dos anos anteriores tiveram de ser revisados e cortes orçamentários foram implementados, a contragosto dos emergentes. Expressões como instabilidade, autonomia, pragmatismo e insegurança passaram a ser termos recorrentes nos discursos dos líderes mundiais, principalmente das nações menos favorecidas, que ficaram a mercê de uma grande revolução conservadora que se construiria nos países ricos nos anos 80.

Diversos conflitos foram reativados e uma nova era de militarização das sociedades e normalização da violência ameaçava a estabilidade internacional. Uma nova era de dificuldades e instabilidades geraram um sentimento de ceticismo em todas as esferas da vida social entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80. Um período de euforias no cenário

internacional dera lugar a um período de grandes incertezas, reproduzindo fielmente os acontecimentos mundiais. De acordo com o professor da UFRJ Marcelo Coutinho (2008):

(...) O crescimento das dificuldades econômicas na segunda metade década de 70, após os choques do petróleo, a falência do intervencionismo estatal (Estados desenvolvimentistas e Welfare States), as desilusões com os partidos políticos dominantes e o ceticismo eleitoral forçaram mudanças de ânimo no pensamento político internacional. Todos esses processos em fluxo ajudaram a construir a antítese do período eufórico. Desenhou-se um mundo onde não cabiam mais as expectativas anteriores. A ordem [mundial] agora parecia mais complexa do que pressupunham alguns marxistas e menos legítima como pressupõe os pluralistas, proponentes do fim das ideologias. O consenso em torno da estabilidade havia enfim terminado e tal ambiente de insegurança exigiu uma reconfiguração completa de imagens do euforismo para o pessimismo (...). (COUTINHO, 2008: p. 38).

Politicamente, a passagem dos anos 70 para os anos 80 representou uma revitalização das antigas premissas da guerra fria. Os Estados Unidos e o sistema capitalista que pareciam enfraquecidos com a política dos direitos humanos de Jimmy Carter passaram à ofensiva em detrimento da URSS e dos movimentos nacionalistas e esquerdistas do Terceiro Mundo, que estavam em franca ascensão (VIZENTINI, 2005: p. 282). Os partidos políticos tradicionais, tanto europeus como norte-americanos, viam como esse vácuo de poder poderia ser ocupado por movimentos de esquerda e tratariam de adotar um *neo conservadorismo* interno, mas que teria reflexos diretos na condução das relações internacionais dos anos 80.

As eleições de Ronald Reagan nos EUA³⁶, de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e a escolha do Papa João Paulo II representaram o início de uma reação conservadora e só viriam a piorar a situação nas relações norte-sul. Os novos governos europeus de direita passaram a dificultar as benfeitorias concedidas nos anos 70, opondo-se a qualquer multilateralização nos foros internacionais e introduzindo novos arrochos nas relações norte-sul e leste-oeste.

O surgimento de novos grupos belicistas, com um suporte ideológico de partidos de direita, gerou uma vasta onda de preconceitos contra o Terceiro Mundo. A necessidade dos EUA de conter as revoluções surgidas nos países periféricos fora verificado no apoio a grupos

³⁶ Ronald Reagan fora eleito com grandes margens de intenção de votos nas suas duas eleições. Na primeira eleição, em 1980, por exemplo, Reagan ganhou do então presidente Jimmy Carter em 47 dos 50 Estados norte-americanos. A grave crise econômica que se abatia sobre o país e seu discurso austero e belicista que pressupunha a recuperação da hegemonia norte-americana sobre o mundo encontravam grande receptividade em todos os setores sociais do país. Na sua segunda eleição, em 1984, o placar seria ainda mais *acachapante*: 49 Estados vencidos por Reagan contra somente 1 do candidato democrata Walter Mondale.

insurgentes como os “contras” na América Central ou a guerrilhas como a UNITA, mesmo que isso significasse o apoio a regimes ditatoriais como o *apartheid* sul-africano.

A “nova guerra fria” ou “segunda guerra fria” na visão dos analistas sociais surgiu como resultado da desestabilização gigantesca e sincronizada do capitalismo periférico:

A nova guerra fria dos anos 80 consistiu no seguinte: os EUA desencadeiam uma corrida armamentista convencional e estratégica – cujo ponto máximo é a militarização do espaço (o projeto “Guerra nas Estrelas”) – que os põe em superioridade estratégica frente à economia soviética. A URSS, debilitada pelo aumento de gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA, vê-se obrigada a limitar seu apoio às revoluções do Terceiro Mundo. Dessa forma, Washington e seus aliados mais militarizados em cada região do globo em 1980 (Israel, Paquistão e África do Sul) poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior (VIZENTINI, 2005: p. 284).

No caso específico do presidente norte-americano Ronald Reagan, seu projeto de recuperação da hegemonia de seu país nas relações internacionais pressupunha uma valorização do dólar a níveis astronômicos, sendo que a dívida externa dos emergentes estava atrelada a essa moeda. O aumento do orçamento militar norte-americano e a recuperação da economia norte-americana eram custeados pelo arrocho dos investimentos nos países pobres.

O segundo choque do petróleo em 1979, sacramentadas pela revolução islâmica em Teerã no mesmo ano e a guerra Irã-Iraque em 1980 consolidaram de vez as dificuldades financeiras dos emergentes. Um novo aumento nos preços do petróleo acelerou os índices inflacionários internacionais e elevou ainda mais as dívidas externas das nações mais pobres. O mercado financeiro tornou-se hostil aos investimentos. A inflexibilidade de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, controlados pelas grandes potências, atuou para dificultar a rolagem da dívida (CERVO, 1994: p. 49). Países emergentes como México, Turquia e Polônia haviam declarado moratória de seus “compromissos” em 1981. O Brasil, por exemplo, no curso da guerra das Malvinas (1982), negociava um acordo emergencial com o FMI.

A militarização das sociedades norte-americana e européia criou uma difusão corriqueira da violência e gerou um ambiente de insegurança ao redor do mundo, corroboradas pelas situações financeiras delicadíssimas das economias emergentes. As dívidas externas do Terceiro Mundo nesse momento haviam aumentado de US\$ 130 bilhões de dólares em 1973 para US\$ 612 bilhões de dólares em 1982 (AYERBE, 2002: p.158):

O intervencionismo militar da superpotência em vários países do mundo nos primeiros anos da década de 80 demonstra bem a agressividade da política externa de Reagan em busca da hegemonia perdida³⁷. Os EUA insistiam em relegar os emergentes a uma secundária função de combate ao comunismo, em detrimento do embate norte-sul que se formara nos anos 70, e das oportunidades de aprimoramento econômico e estratégico de ordem “sul-sul”. A idéia de Terceiro Mundo, fortalecida nos anos 80, apresentava-se como um discurso capaz de proporcionar mais um foro de atuação aos emergentes em um rígido sistema internacional.

O desequilíbrio de forças no sistema internacional conduziu a uma certa ruptura das estruturas tradicionais e à criação de novos sistemas menos rígidos (JAGUARIBE, 1986). Essa reação conservadora do Primeiro Mundo gerou uma contra-revolução no Terceiro Mundo, em especial na América Latina. Essa inédita união de interesses, entretanto, fora prejudicada pelo grande conglomerado de interesses distintos implícitos nessa aliança tão heterogênea e pelas décadas de rivalidade regional, e corroboradas também pela falta de cultura cooperativa no sul. As dificuldades de diálogo e entendimento, mais uma vez, selariam o destino do Terceiro Mundo e marcaria a “deserção” de vários de seus membros como o Chile, segundo Gerson Moura (1989), “seduzidos” pelas facilidades concedidas pelos países ricos:

Em contraposição à rearticulação das economias capitalistas avançadas e aos esforços de reestruturação e reformas das sociedades do Leste europeu, o panorama de Terceiro Mundo apresenta diferenciação e desacordo, dados pela natureza díspar de suas economias e por diferentes inserções no sistema econômico internacional. Some-se a isso, a divisão política induzida pelo Primeiro Mundo mediante o conceito de “graduação”, isto é, a supressão do tratamento preferencial nas áreas comercial e creditícia para os países mais desenvolvidos da periferia capitalista. O resultado é que o Terceiro Mundo, por natureza um aglomerado heterogêneo, apresenta-se claramente dividido, sem uma agenda clara de reivindicações e sem uma estratégia definida de ação (MOURA, 1989: p. 129).

As dificuldades de cooperação duradoura e permanente entre Estados subdesenvolvidos, que não estão obrigados a cumprir à risca acordos internacionais que ameacem seus interesses militares locais e econômicos mais imediatistas, atuou como elemento reforçador da falta de coesão no sul e da falta de diálogo entre os emergentes nas relações internacionais, ambas oriundas da histórica ausência de coesão no Terceiro Mundo.

³⁷ Washington atuou diretamente em algumas intervenções militares no Suriname, Panamá, Nicarágua, Granada e El Salvador, para citarmos somente alguns exemplos na América Central, para derrubar regimes opositores.

Apesar dos problemas de curto e longo prazo, os grandes desequilíbrios da relação norte-sul possibilitaram praticamente, pela primeira vez, uma ação coordenada dos países de Terceiro Mundo não somente em busca de uma distribuição equitativa das riquezas mundiais, assim como também de maior representatividade e de maior controle no sistema internacional em substituição aos pólos centrais de poder como os Estados Unidos e Comunidade Européia, correlação de forças expostas nas Malvinas (JAGUARIBE, 1982).

A falta de sincronia no desenvolvimento de Brasil e Argentina, desde o século XIX, contribuiu para gerar imagens pouco equilibradas na visão que cada um dos países foi tendo de si mesmo e do outro. Em princípio da década de 1980, os dois países apresentam condições sensivelmente equilibradas, embora nenhum deles tenha então logrado um suficiente equacionamento de sua própria problemática (JAGUARIBE, 1986: p. 170).

Para Stephen Krasner (1989), a estratégia de discurso adotado pelo Terceiro Mundo nos anos 80 pautou-se no esforço em alterar as regras do jogo internacional, dado que a maioria dos países do sul não podia enfrentar as vulnerabilidades que se debatiam, a menos que se questionem os princípios, as normas e as regras impostas pelos países desenvolvidos: “La década de ochenta en la practica desembocó en la negociación de la deuda externa y vendría a desdibujar aquellas ideas de la autonomización y construcción de un nuevo orden económico internacional (COLACRAI, 2009: p. 42).

A América Latina se adequou à necessidade de pensar um regional-desenvolvimentismo claro em substituição a um nacional-desenvolvimentismo falido (SANTORO, 2005: p. 113). Assim, redobram-se os esforços no sentido de aumentar as exportações, diversificar suas pautas de vendas exteriores e afrontar o protecionismo do norte por meio de um comércio regional “renovado”. Surgia-se assim uma nova proposta de cooperação sul-sul, que seria verificada constantemente ao longo dos anos 80 e que teve na guerra das Malvinas um momento de comprovação dessa solidariedade (CERVO, 1994: p.49).

A balança de pagamentos da América Latina seria amplamente abalada pela crise da dívida externa. As exportações, que antes financiavam a industrialização dos países emergentes, iriam deteriorar completamente a capacidade dos países pobres na sustentação de seus crescimentos por meio do endividamento. Novas alianças sul-sul substituiriam o alinhamento incondicional com as superpotências e pareciam naquele momento criar uma perspectiva de estreitamento de vínculos entre o “Terceiro Mundo” no começo dos anos 80.

A existência da América Latina enquanto sistema geopolítico encontrava em risco no início dos anos 80, de acordo com Maurício Santoro Rocha (2006). O continente precisava superar o impasse desenvolvimentista e tal percepção amparava-se na idéia de que em uma incipiente ordem globalizada, as nações não poderiam se desenvolver sozinhas: elas necessitavam de suas regiões e justamente naquele momento as relações regionais passaram a ser vista com maior atenção por algumas diplomacias em especial como no Brasil.

A crise dos Estados Nacionais e o fim do “Welfare State” estavam intimamente ligada a um remodelamento do sistema internacional: uma grande “desordem” nas palavras de Gerson Moura (1992). O nível de avanços tecnológicos e de fluxos financeiros de cada país marcaria a inserção das nações de todo mundo em detrimento do antigo sistema de ideologias e a América Latina encontrava-se extremamente vulnerável nessa “nova” conjuntura, já dominada pelo neoliberalismo na visão do economista marxista francês François Chesnais (1990):

Quando o capitalismo neoliberal se impôs ao mundo? Na afirmação de um fenômeno dessa complexidade, sempre é muito difícil atribuir uma data precisa, apesar de considerarmos que a passagem dos anos 70 para os anos 80 tenha sido marcada por acontecimentos que comprovam a inserção dessa nova etapa fase do capitalismo como a elevação das taxas de juros pelos norte-americanos (não importando os custos dessa medida para os países do centro e da periferia). Nós denominamos essa decisão de o “golpe de 1980”, pois se tratou de uma grande violência política. O que se seguiu desde então: controle dos salários, erosão dos sistemas de proteção social, ondas de desemprego, crescimento lento [por vezes decrescente], elevação das tensões internacionais e um novo militarismo foi a formação de um novo mundo pós-moderno (CHESNAIS, 1990: p. 85).

A mesma visão de “novo mundo” é compartilhada pelo economista chileno Hector Rojas (1997): “a partir de los fines de los años 70, se ha preparado el escenario económico, político y social del próximo siglo. Cada nación se ha visto enfrentada a nuevos desafíos y perspectivas, generando una nueva revolución de todos los medios sociales (p. 47). A ruptura com o passado recente estava no auge das agendas de diversos países emergentes. De acordo com Colacrai (2009): “los años ochenta muestran diversos ejemplos como actuación el bloques regionales y formación de carácter multilateral consolidados (p.41).

Se o modelo desenvolvimentista baseado no endividamento externo se mostrou vulnerável com a reação protecionista das nações ricas e com a queda do crescimento mundial, a integração continental passou a representar uma possibilidade viável e prática de se conter tais

efeitos: “Quanto à relação da América Latina com os EUA, a década de 1980 proporcionou uma experiência contundente, mas também definidora de papéis diferenciadores entre alguns atores do sistema internacionais em uma nova ordem mundial” (VIZENTINI, 1992: p. 131).

As grandes desigualdades entre um sul pobre e um norte desenvolvido se evidenciaram de forma explícita durante a guerra das Malvinas e remodelariam definitivamente as prioridades de inserção internacional das nações emergentes nos anos 80. Diversas orientações de política externa ao longo do conflito anglo-argentinos estavam intimamente ligadas a estas demandas e serão importantíssimas para a compreensão dos acontecimentos da guerra de 1982.

A correlação de forças que se construía no mundo nos anos 80 foi exposta de maneira prática com o posicionamento dessas nações na guerra das Malvinas, principalmente no que diz respeito às perspectivas militares e geopolíticas implícitas nas transformações econômicas que se desenhavam desde meados dos anos 70: de um lado, ao grande apoio recebido pela Argentina por parte do Terceiro Mundo e dos latino-americanos, e por outro lado, ao grande apoio dado pelos países europeus e pelos Estados Unidos à Grã-Bretanha.

A formação de uma nova ordem mundial, oriunda do enfraquecimento da guerra fria e da crise da dívida externa, oferecia oportunidades para que os emergentes como Brasil e Chile se alinhassem da forma mais conveniente com os seus interesses, sem os embaraços ideológicos dos alinhamentos automáticos dos anos anteriores. Isso evidenciou que os países encontravam-se livres para adotarem as posturas e inserções internacionais que melhor se adequassem às suas estratégias mais imediatistas. A década de 80, mais conhecida pela América Latina com a alcunha de “década perdida” por uma série de fatores negativos (principalmente os que impediram a vigência de crescimentos econômicos verificados anteriormente), começava pelo menos no plano internacional com uma conjuntura e perspectiva de cooperação no continente.

A década de 80 representou o esfacelamento de um projeto de nação pautado no nacional-desenvolvimentismo. Para os países emergentes, a idéia de autonomia cede espaço a uma possibilidade de inserção mais efetiva com nações com vínculos históricos e adversidades em comum, resultante do advento do neoliberalismo que aprofundou as desigualdades entre Estados ricos e pobres. A severa crise econômica ocorrida nesta década acentuou o processo de interdependência das nações e evidenciou a necessidade de promoção de um renovado regionalismo na América Latina, bem diferente das fracassadas tentativas anteriores, condição *sine qua non* para a inserção destas nações nesse “novo” sistema internacional.

De acordo com Marcelo Carreiro (2009), o regionalismo latino-americano era “fechado” até 1980 (dominado ainda claramente pelos parâmetros da guerra fria). A partir desta data, esse processo ganha esforços “multilateralistas” e consistência prática, adquirindo um caráter definitivo que ainda permeia as atuais relações regionais. Essa noção ainda era muito recente e inconstante em 1982, ano do conflito pelas Malvinas, mas a percepção dessa vulnerabilidade internacional estava no auge da agenda dos países latino-americanos; a maioria deles já em vias de redemocratização (com exceção de Chile e Paraguai):

La América Latina se enfrenta con la falta de instrumentos e instituciones apropiadas para preservar sus intereses y valores ante el doble clivaje Este-Oeste y Norte-Sul que segmenta el mundo. También quedaron los países latinoamericanos bruscamente expostos a que su desguarnecimiento se hiciese visible, y cada uno de ellos tuvo que lidiar, aisladamente y en condiciones de gran vulnerabilidad con fuerzas mundiales poderosísimas. Tales fuerzas originalmente representadas por Estados Nacionales que continúan detentando un poder propio muy superior al de cualquier país latinoamericano se encuentran protegidas por sistemas colectivos (OTAN, CEE, OECD) extremadamente eficaces y que se multiplican por un alto coeficiente de sus potencialidades económico-militares (JAGUARIBE, 1982: p. 107).

Quando a Argentina invadiu as ilhas Malvinas em 2 de Abril de 1982, o mundo se daria conta de um nova dinâmica de forças que marcariam decisivamente o futuro das relações internacionais e demonstraria, de forma prática, a nova reprodução de alianças do sistema internacional (de ênfase no regionalismo e na superação da bipolarização) e evidenciaria um choque de interesses norte-sul que se formou desde os anos 70, mas no campo militar.

No conflito das Malvinas, a idéia de América Latina (e a própria sobrevivência do continente enquanto sistema geopolítico independente) estaria em evidência para o mundo, em confrontação contra um bloco econômico muito mais tradicional e poderoso como a Comunidade Européia. É nesse sentido, que a partir de agora, analisaremos o posicionamento na guerra de dois mecanismos importantes do *sistema* latino-americano: o Brasil e o Chile. Compararemos a partir de agora as posturas desses dois governos em relação à Argentina e Grã-Bretanha e, de um certo modo, em relação à América Latina.

2 - O posicionamento do governo brasileiro na guerra das Malvinas:

A partir de agora, faremos um estudo de todas as atitudes e posições tomadas pelo governo brasileiro durante a crise das Malvinas e que confirmem a preferência do governo Figueiredo pela Argentina. Buscaremos demonstrar de forma direta alguns acontecimentos que contestam claramente a posição “neutra” adotada oficialmente pelo Itamaraty.

O que estava em jogo para o governo brasileiro na crise das Malvinas era colocar em prática uma postura latino-americanista, desenvolvida desde o final dos anos 70. Dessa forma, buscaremos relacionar a eclosão da guerra das Malvinas com uma etapa importante para o Brasil no processo de aproximação e estabelecimento de confiança e superação de rivalidades não somente com a Argentina, mas também com a América Latina como um todo.

Os acontecimentos que serão descritos aqui demonstram uma grande preocupação do Brasil com a manutenção da estabilidade do continente e com o futuro do governo argentino, peça chave importante para o êxito das relações latino-americanas e para os projetos do Brasil, principalmente àqueles ligados à estabilidade e à consolidação de sua liderança na região.

O chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro, em seu livro de memórias (1992), lembra que não fora avisado pela Argentina quanto à possibilidade de invasão das ilhas. Recordara-se somente que o chanceler argentino Nicanor Costa Mendez o havia visitado em Brasília em Março de 1982 (um mês antes da ação militar) e mencionado o tema “Malvinas” de forma insistente, classificando-o como um assunto de prioridades urgentes para o seu país.

Em relação à Grã-Bretanha, Saraiva Guerreiro recordara-se que visitara Londres em 1981 e que o Secretário do *Foreign Office*, Lord Carrington, havia lhe dito, em caráter particular, que a opinião pública de seu país o pressionava contra qualquer solução para as ilhas que fosse favorável aos argentinos. O diplomata dizia que os habitantes das ilhas e a imprensa londrina exerciam forte pressão sobre a Câmara dos Comuns para que se mantivesse o *status quo* no arquipélago ou que os ilhéus fossem consultados previamente sobre qualquer alteração.

O Ministro brasileiro assumiu em suas memórias que, no momento da ação argentina, nem sequer desconfiava que Buenos Aires invadiria o arquipélago de forma tão precipitada³⁸, visto que a invasão, na realidade, era um ato “descarado” contra o Direito Internacional: “foi umas das raríssimas surpresas da minha carreira. Habituei-me a prever como os Estados se

³⁸ Saraiva Guerreiro lembrou-se, entretanto, que os argentinos não eram obrigados a informar ao Itamaraty sobre a possibilidade de invasão das ilhas, embora isso fosse recomendável para angariar apoios “à causa”.

comportariam na cena internacional com décadas de serviço ativo (...). Raras vezes, fui surpreendido e talvez em nenhuma ocasião como essa” (GUERREIRO, 1992: p. 101).

O chanceler lembrava-se da margem estreita de manobra que a diplomacia brasileira tinha em relação à nova crise desencadeada pela Junta Militar argentina. O tema era extremamente sensível, pois envolvia uma causa “sagrada” para os vizinhos. Todo esforço feito pelo Itamaraty nos anos anteriores para se aproximar dos argentinos estava em risco: “o essencial para o nosso governo era atravessar a nova tensão criada, sem destruir a nova fase de excelentes relações com a Argentina e nem criar um dano sensível com a Grã-Bretanha, país com o qual não possuíamos nenhuma questão própria³⁹” (GUERREIRO: 1992: p. 103).

Segundo o próprio Saraiva Guerreiro, a posição inicial brasileira na crise foi uma forma de reconhecer os direitos de soberania da Argentina e prestar certa solidariedade à Buenos Aires. Dessa forma, não se condenava publicamente a invasão gratuita de território estrangeiro praticada pela Argentina (e que fora responsável pela perda de boa parte dos apoios internacionais) e incentivava-se a busca por uma solução negociada e pacífica para a crise. Ao mesmo tempo em que o Brasil conciliava a sua postura pacifista e universalista que buscava consolidar, esquivava-se também de condenar uma invasão praticada por um vizinho.

Aproveitava-se assim para associar uma conveniência de momento (os grandes interesses brasileiros na Argentina no início dos anos 80) com uma posição histórica do Brasil (de apoio aos direitos argentinos às ilhas). Podia-se assim alegar-se que a posição brasileira era a mesma em relação à questão desde 1833, quando o governo na época (a Regência) fora avisado pelos argentinos sobre a invasão britânica das ilhas. Sendo assim, apoiava-se diplomaticamente os direitos argentinos, atribuindo-o à uma postura histórica adotada pelo Brasil, mas mantendo-se uma certa neutralidade e equidistância da crise que se iniciara:

Quando a Grã-Bretanha ocupou as ilhas em 1833, a Argentina protestou. Nosso Ministro Plenipotenciário em Londres foi instruído a apoiar a gestão de protesto argentina. A Argentina nunca aceitou a presença britânica nas ilhas. Para a Argentina, sempre houve uma ocupação *de facto*. O Brasil sempre apoiou o direito argentino. O Brasil também sempre disse que esperava que as partes

³⁹ Segundo o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (1992): “Um passo em falso nosso, em um momento de tanta sensibilidade, poderia estragar nossa boa convivência com a Argentina por uma geração” (p.104). Guerreiro lembrava-se que o tema era tão sensível no imaginário popular argentino que o Embaixador brasileiro em Buenos Aires, Carlos Bueno, recebera flores da população portenha após a retomada das ilhas.

resolvessem o problema por meios pacíficos. Agora que a Argentina praticou essa ação, a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deteriorem mais entre as duas nações amigas⁴⁰.

Grande parte da imprensa brasileira criticou o primeiro posicionamento do governo Figueiredo na crise. Alguns periódicos como a “Folha de São Paulo” e a “Revista Veja” argumentavam que Saraiva Guerreiro não havia sido explícito em relação à invasão argentina, procurando não se comprometer ou não se indispor com Buenos Aires. Em suas memórias (1992), o chanceler brasileiro admitia que estava se abstendo de condenar os argentinos na declaração, afinal, o Brasil se referia a invasão militar argentina como uma mera “ação”, sem nomeá-la ou emitir qualquer juízo de valor. Entretanto, Saraiva Guerreiro lembra-se que o próprio Figueiredo o parabenizara pela forma como o chanceler se pronunciou na crise.

No dia 3 de Abril, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 502⁴¹, que exigia a retirada de tropas argentinas das ilhas e a cessão das hostilidades. Naquele momento, o governo brasileiro não hesitou em apoiá-la, lembrando que a medida deveria ser cumprida integralmente e não de forma seletiva. Na verdade, a idéia que circulava nos bastidores do Itamaraty era que o cumprimento “integral” da medida beneficiaria os argentinos.

Saraiva Guerreiro lembrava-se em suas memórias que o *status quo* das ilhas seria alterado caso a Resolução 502 fosse cumprida “integralmente” (como os brasileiros sempre defendiam e recordavam nos seus discursos). Embora os argentinos tivessem que se retirar das ilhas, os britânicos também seriam obrigados a interromper a mobilização de sua força tarefa. A administração do arquipélago assim poderia ser entregue a um *bureau* de países neutros ou até a própria ONU, que trataria de achar uma solução pacífica relativa à questão jurídica que emperrava os entendimentos havia anos: a soberania das ilhas, questão de *honra* para ambos.

Assim, os argentinos já teriam condições de negociar em melhores condições, sem a presença britânica nas ilhas e sob forte pressão da comunidade internacional (EUA inclusive, já que também não lhes interessava à eclosão de um conflito entre dois aliados) e da própria

⁴⁰ Primeira declaração oficial do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro sobre a crise em 2 de Abril de 1982. O mesmo posicionamento seria mantido pelo Itamaraty, já que a crise das Malvinas ainda permanece aberta. O argumento brasileiro de apoiar a Argentina com base na invasão britânica de 1833 é usado até os dias atuais.

⁴¹ A Resolução 502 proposta pelos britânicos fora aprovada pelo Conselho de Segurança por 10 votos a favor (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Japão, Uganda, Togo, Jordânia, Zaire, Irlanda e Índia), 1 voto contra (o do Panamá, o único latino-americano no órgão) e 4 abstenções (Espanha, URSS, Polônia e China).

ONU, que historicamente era simpática à países com litígios territoriais com potências extra-hemisféricas como era o caso da Argentina com a Grã-Bretanha nas Malvinas⁴².

Dessa forma, além de colocar-se favoravelmente ao cumprimento de uma determinação direta da ONU e de saber que somente tal medida poderia evitar um conflito de grandes proporções (que o Brasil definitivamente não queria), o governo Figueiredo sabia que estaria auxiliando diplomaticamente os argentinos e dessa forma, prezando pela manutenção de seu sistema interamericano, foro que o Brasil em que o país também estava inserido e que ganhava crescente importância para os interesses do país nos anos 80. Assim sendo, o governo Figueiredo sabia que a crise poderia melhorar ou arranhar a imagem que o Brasil buscava consolidar internacionalmente: uma nação confiável e pacífica que, respeitava fielmente o Direito internacional, mas que, ao mesmo tempo, também tinha “obrigações” continentais a cumprir com o TIAR e com a OEA. Adequar essas duas posições em um único discurso era o grande desafio do Itamaraty na crise das Malvinas, de acordo com Saraiva Guerreiro (1992).

A invasão unilateral explícita e “descarada” conduzida pela Argentina, entretanto, dificultara essa ação, visto que o rótulo de “Estado Agressor” (ou aquele que ameaçara a segurança internacional) impediu até mesmo a URSS ou a China, países que apoiavam os argentinos e que tinham histórico “anti-colonialista” de vetarem qualquer resolução contrária a Buenos Aires no Conselho de Segurança da ONU. Posicionar-se de forma explícita a favor de um Estado que cometera uma “invasão gratuita” de território estrangeiro poderia abrir precedentes perigosos para a segurança internacional, já tão abalada naquele momento pela política intervencionista e pela “segunda guerra fria” de Ronald Reagan.

O governo espanhol, por exemplo, estava atento aos acontecimentos nas Malvinas e se absteve de condenar os argentinos no Conselho de Segurança da ONU, no momento da aprovação da Resolução 502, já que Madrid buscava um precedente para se posicionar melhor

⁴² Proposta nesse sentido seria apresentada à ONU pelo chanceler Saraiva Guerreiro em meados de Maio para terminar definitivamente com as hostilidades, respectivamente: 1º) retirada das tropas argentinas nas ilhas; 2º) retirada da força tarefa britânica do teatro de operações para o Oceano na mesma proporção da distância entre a Argentina e as ilhas, 3º) intervenção de um *bureau* de países neutros para a administração das ilhas e 4º) negociações mais “sérias” e “conclusivas” intermediadas pelo próprio secretário geral da ONU Javier Perez de Cuellar a respeito da questão da soberania, grande entrave nas negociações. O governo Thatcher sabia do risco dessa proposta (que alteraria o *status quo* de 2 de Abril), tanto que não aceitava qualquer solução para a crise que não fosse a restituição da bandeira inglesa nas ilhas. A Primeira Ministra refutava qualquer administração ou intervenção nas ilhas por parte da ONU, pois sabia que a organização era historicamente contrária às situações que envolviam casos explícitos de colonialismo, como ocorria nas Malvinas. Internamente, Thatcher sabia também que somente uma “postura dura” (militarista) poderia remediar a “afronta” inicial cometida pela Argentina.

a respeito de Gibraltar, possessão britânica cuja soberania também era contestada há mais de 2 séculos. Já a Venezuela, por sua vez, buscando reativar o imbróglio de Essequibo com a Guiana, apoiou enfaticamente a Argentina, também procurando dividendos para si próprio.

Apesar destes interesses, o que se verificara logo após a invasão argentina, é que grande parte do continente, inclusive nações sem qualquer tipo de inimizades com a Grã-Bretanha, como Uruguai, Equador, Brasil, Paraguai ou até mesmo Panamá, Costa Rica e Honduras respaldaram diplomaticamente os argentinos, apesar dos apoios mais enfáticos (oferecimento de armamento e auxílio financeiro aberto) terem partido de Lima, La Paz, Quito e Caracas.

Entre alguns diplomatas e militares do governo brasileiro, algumas ponderações foram levadas em consideração com a crise: defender explicitamente os argentinos, como alguns Estados latino-americanos fizeram durante a crise poderia arranhar a imagem pacifista e isenta que o Itamaraty buscava consolidar no cenário internacional com o *universalismo*. O apoio dos brasileiros aos argentinos se fosse preciso deveria ser meticulosamente bem calculado, sem qualquer manifestação explícita de força ou de indisposição com os britânicos, de forma a evitar que nem um canal diplomático do mundo fosse fechado para o Brasil.

O conflito pelas isoladas ilhas prometia alcançar proporções astronômicas. Desde o início da crise, os governos de Bolívia e Peru ofereceram de forma explícita os “serviços” de suas respectivas Forças Armadas aos argentinos. Logo após estes apoios, Londres convocou seu Embaixador em Lima para consultas e congelou relações diplomáticas e econômicas com La Paz. A Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, membros da Commonwealth, romperam relações diplomáticas com a Argentina após a invasão, assim como alguns países europeus como a Suécia e a Irlanda. Já o Uruguai expulsou o Embaixador norte-americano em Montevideo, considerando-o *persona non grata*, após Ronald Reagan ter dado demonstrações de que se posicionaria a favor dos britânicos. Os governos de Quito e Caracas ameaçaram fazer o mesmo gesto (expulsão das delegações norte-americanas e britânicas), caso houvesse agressão “desproporcional” contra os argentinos. Nunca antes, a atuação dos blocos regionais foram tão importantes e estiveram tão em evidência como na guerra das ilhas Malvinas. O presidente uruguaio Gregorio Alvarez afirmara que “tememos que esse conflito se alastre e desemboque em uma Terceira Guerra Mundial” (Jornal do Brasil, 16/04/1982).

Fazia-se necessário deixar, entretanto, caso as hostilidades fossem irreversíveis, que o sistema geopolítico latino-americano não sofresse grandes alterações ou ficasse extremamente

vulnerável. Naquela altura (início dos anos 80), o Brasil já havia consolidado sua liderança política e econômica no continente e, como toda grande nação continental, não poderia deixar de atuar para preservá-la contra qualquer ameaça de mudança em seu *status quo*, visto que a Argentina naquele momento já era considerada um Estado sob a órbita e influência do Brasil.

Apesar de apoiar diplomaticamente a Argentina, o governo brasileiro, assim como praticamente todos os países do mundo, não queria que a crise realmente chegasse “as vias de fato” (“tínhamos problemas mais sérios para nos preocupar” na visão de Saraiva Guerreiro). Dessa forma, o Brasil agiria em todos os foros internacionais possíveis para evitar a guerra, apelando-se sempre para a busca por uma solução honrosa, “sem vencidos ou vencedores”. Somente se a crise se estendesse, o Brasil teria que optar por uma solução “latino-americana”: essa fora a fiel orientação de Guerreiro para todos os diplomatas brasileiros pelo mundo.

A orientação dada pelo Itamaraty aos Embaixadores brasileiros na OEA e na ONU, no início da crise, consistia em defender os direitos argentinos, mas dando ênfase na utilização de meios pacíficos e repudiando todo e qualquer ato de força que viesse a acontecer. Sem saber ainda se realmente haveria hostilidades no Atlântico Sul, o Brasil mantinha-se “em cima do muro”, assim como praticamente todos os países do mundo, esperando a intervenção da ONU e as mediações de paz geridas pelo secretário de Estado norte-americano Alexander Haig⁴³.

De acordo com o “Jornal do Brasil” de 10 de Maio, o secretário Haig discutia com Galtieri sobre a possibilidade de formação de uma força internacional nas ilhas composta por uma nação européia, uma nação latino-americana e pela ONU enquanto as negociações sobre soberania se desenrolassem entre Buenos Aires e Londres. O que vale destacar é que a Argentina só aceitava tal proposta se um dos países europeus fosse a Espanha ou a Itália (o único país europeu que não participou do boicote da CEE) e o que o latino-americano em questão fosse o Brasil, apesar de tal proposta ter sido rechaçada por Margareth Thatcher.

A melhor hipótese para Saraiva Guerreiro era de que não houvesse guerra entre Argentina e Grã-Bretanha e que a crise pudesse ser gerida diplomaticamente. Por conta disso, o Brasil agiu energeticamente para conseguir chegar à um acordo entre as duas partes, enviando inclusive correspondências ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, Kamanda Wa Kamanda, para pressioná-lo quanto a isso, em diversos momentos da crise das Malvinas.

⁴³ O governo Figueiredo sabia que se a crise se prolongasse o Brasil não poderia ficar tão neutro como no início da disputa: teria que se posicionar a favor da Argentina. Postura semelhante ocorreu com os Estados Unidos, mas de forma inversa: se a crise se prolongasse e chegasse às “vias de fato”, Reagan teria que optar pelos britânicos.

No Itamaraty, temia-se que um possível conflito anglo-argentino poderia trazer um grau maior de instabilidade ao Atlântico Sul, região estratégica para o Brasil e por onde eram escoados mais de 90% de seu comércio exterior, necessário para o ingresso de valiosos dólares para as contas externas do país. Alguns diplomatas se lembravam que diversos navios mercantes brasileiros encontravam-se próximos à região das ilhas e que o trânsito de mercadorias por aquela região poderia ser seriamente afetado ou interrompido por completo.

Preocupava-se também com as dificuldades de conviver com um conflito de grandes magnitudes. Para os militares, a possível ocorrência de ações de hostilidades, relativamente próximas à costa brasileira, poderia facilmente ameaçar o frágil dispositivo de segurança nacional. O sucateamento das Forças Armadas já era uma grande realidade naquele momento e evidenciavam a vulnerabilidade do país em caso de “guerra aberta”⁴⁴.

Já os membros da equipe econômica, como o Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, falavam também em uma certa hostilidade dos credores internacionais frente aos países emergentes. O novo foco de instabilidade internacional no Atlântico Sul poderia gerar, conseqüentemente, dificuldades em obter-se recursos urgentes para a rolagem da dívida externa brasileira (de cerca de US\$ 91 bilhões em 1982) e que venciam no final daquele ano.

As condições de *swap* (trocas de títulos antigos por novos, mediante o pagamento de altos juros) poderiam ser arrojadas para todos as nações emergentes do mundo por conta da “aventura” argentina, gerando assim o risco que a ação militar de 2 de Abril alterasse o “bom humor” dos investidores estrangeiros que possuíam títulos brasileiros.

Havia também o risco de que a frágil economia argentina fosse à bancarrota com a crise e ameaçasse o já famigerado fluxo de capitais para a América Latina. A situação financeira da Argentina era dramática, de acordo com a Revista “Veja” de 14 de Abril: a dívida de Buenos Aires beirava os US\$ 35 bilhões no momento da invasão, enquanto somente a operação militar de retomada das ilhas já havia consumido US\$ 100 milhões dos combalidos cofres argentinos.

Nesse cálculo, deveria-se levar em conta também o congelamento de US\$ 5 bilhões de dólares em ativos argentinos em território britânico feito pelo governo Thatcher logo após o

⁴⁴ A situação das Forças Armadas brasileiras, naquele momento, era descrita como “dramática” na visão de um graduado militar do Exército, que dissera à imprensa, na época da guerra, que: “a crise arrebentaria de vez com a gente”. A penúria da Marinha e da Força Aérea era admitida publicamente até mesmo por seus Comandantes, que comprova a desmilitarização do Brasil e as grandes dificuldades econômicas naquele momento.

anúncio da invasão e os US\$ 3 bilhões anuais que a Argentina deixou de exportar para toda a Europa após o embargo comercial promovido pela CEE (20% de todo o seu comércio).

De acordo com a mesma Revista “Veja” na edição 710 de 14 de Abril, se a Argentina fosse economicamente ou militarmente arrasada pelos britânicos, Brasília poderia perder um grande comprador para os seus produtos, visto que, pela primeira vez em vários anos, o saldo comercial com Buenos Aires era positivo para o Brasil. A balança comercial entre os dois países havia atingido a cifra recorde de US\$ 1,5 bilhão em 1981, mais do que o dobro do valor apresentado em 1978 (US\$ 700 milhões). O número de vendas para a Argentina em 1982 superava em muito as vendas do Brasil para a Grã-Bretanha (cerca de US\$ 900 milhões), sendo que este comércio era instável (influenciado pelo protecionismo adotado por Londres).

Se as esquadras britânicas bloqueassem todo o território continental argentino, o Brasil poderia sofrer sérias dificuldades para vender seus produtos ao seu maior vizinho. O comércio por terra era oneroso e demandava esforços que os vendedores brasileiros buscavam evitar.

Corria-se o risco também de que tal excedente de produtos brasileiros não pudesse ser direcionado para outros mercados (por conta do protecionismo nos outros países ricos principalmente para os Estados Unidos), dificultando ainda mais o fluxo de capitais para o país, necessários para que o Brasil obtivesse urgentemente US\$ 12 bilhões de dólares até o final de 1982 para que as suas contas externas não apresentassem déficit pior do que o previsto e, assim, o país pudesse rolar a sua vultuosa dívida externa sem maiores sobressaltos⁴⁵.

Temia-se também no Itamaraty que o Brasil pudesse sofrer um grande calote dos compradores argentinos que, com a crise e o bloqueio econômico feito pelo governo Galtieri para evitar uma fuga em massa de dólares do país, poderiam deixar de pagar à vista pelas compras feitas junto ao Brasil. O Ministro do Planejamento, Delfim Neto, lembrara-se ainda que o Brasil possuía US\$ 150 milhões em títulos argentinos, que poderiam sofrer grande desvalorização caso a economia portenha fosse à bancarrota (Jornal do Brasil, 15/4/1982).

Uma Argentina enfraquecida em demasia pela derrota junto à Grã-Bretanha poderia debilitar de vez também a integração do continente (com fôlego renovado com a ALADI de 1980) e inviabilizar os grandes esforços da política latino-americanista do Itamaraty. Os formuladores da política externa do governo Figueiredo sabiam que Buenos Aires se inseria como alicerce primordial para o advento da integração latino-americana (e que o Brasil atuava

⁴⁵ Sem condições de “rolar” a sua dívida no final de 1982, o Brasil teve de recorrer ao FMI em Janeiro de 1983.

como grande patrocinador dessa união). Como maior vizinho do país, Brasília sabia que a Argentina era importante peça-chave do dispositivo geopolítico e estratégico do continente.

Entre os diplomatas do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, comentava-se no início da crise sobre o risco de que a Argentina ficasse “a deriva” politicamente caso a derrota militar fosse “humilhante”⁴⁶. Especulava-se também no Itamaraty que isso podia colocar em suspensão todos os tratados de cooperação assinados com o Brasil nos anos anteriores, caso algum governo “oportunista” ou “ultra-radical” assumisse o poder na Argentina no pós-guerra.

Para hipóteses mais radicais como a falta de alimentos na Argentina ou à própria intervenção econômica da União Soviética no país vizinho, o Brasil levantava a hipótese de auxiliar prontamente e de forma direta à Argentina para interromper qualquer acontecimento que gerasse mais instabilidade. Atuando como liderança na região, já em 1982, apesar da difícil situação econômica daquele momento, o governo brasileiro não poderia ser conivente com qualquer situação de “desordem interna” ou possibilidade de “anarquia” no continente.

Alguns empresários brasileiros e meios de comunicação do país favoráveis aos britânicos, logo após a invasão de 2 de Abril, exerceram grandes pressões e lobbies no Palácio do Planalto para que o governo João Figueiredo se aproveitasse momentaneamente das dificuldades argentinas durante a crise para desembolsar pelo menos US\$ 200 milhões de dólares, ocupando o espaço deixado por Buenos Aires no comércio exterior com a Comunidade Européia, que encontrava-se bloqueado⁴⁷. Tal hipótese fora levantada por alguns membros da intelectualidade brasileira, embora não tenha sido efetivada na prática.

A mudança abrupta e repentina de perspectivas do governo e da sociedade brasileira para com a Argentina não tardou em aparecer. Muitos setores da sociedade civil brasileira criticaram o posicionamento inicial do governo Figueiredo, lembrando que a Argentina, historicamente, sempre se opusera os interesses brasileiros na América Latina. Alguns mais radicais diziam que: “a oportunidade de liquidá-los era agora ou nunca” (Vicente de Souza, presidente da montadora Ford no Brasil, *Jornal do Brasil*, 13/05).

⁴⁶ O governo brasileiro, desde o começo da guerra, não tinha dúvidas de que a Argentina sairia derrotada caso houvesse enfrentamento com os britânicos. Discutia-se apenas sob que formas ou condições, a rendição se daria. Uma Argentina rebelde ou instável poderia prejudicar o processo de integração por anos ou décadas.

⁴⁷ Tanto a Comunidade Européia como a Commonwealth, por pressão da Grã-Bretanha, adotaram um severo boicote comercial contra os argentinos no início da crise das Malvinas. O item no qual os argentinos foram mais penalizados foi o comércio de armas, já que a Europa era uma tradicional fornecedora de armas para Buenos Aires. Com a inevitabilidade da guerra, a Argentina procurou desesperadamente outros fornecedores, em especial na América Latina, visto que o preço final das armas nas indústrias argentinas era praticamente inviável.

Os senadores Luís Fernando Freire e Paulo Brossard, ambos do PDS do Maranhão (partido do presidente Figueiredo), afirmaram no plenário do Senado Federal, em 10 de Abril de 1982, que o Brasil deveria lembrar-se (quando fosse se posicionar na crise das Malvinas) que: “enquanto nossos navios mercantes eram torpedeados na Segunda Guerra Mundial, os argentinos vendiam carne e trigo para os nossos inimigos” (DUARTE, 1986: p. 135).

Entre alguns formadores de opinião do Brasil, destacamos um interessante artigo do cientista social e político Hélio Jaguaribe no periódico “Jornal do Brasil” de 7 de Abril de 1982. Nele, o acadêmico cobrava uma postura favorável à Argentina do governo brasileiro, lembrando que estrategicamente nosso vizinho estava inserido no mesmo sistema geopolítico que garantia a independência e que também eram peça-chave para a sobrevivência econômica e estratégica do Estado brasileiro. O texto de Jaguaribe expõe de forma simples as razões para a preocupação do Brasil com a crise e de seus desdobramentos para a “sobrevivência” do foro interamericano, principal mantenedor do *sistema* latino-americano até 1982:

O Brasil não poderá assistir passivamente à liquidação militar e econômica da Argentina, ao qual estamos extremamente vinculados por não menos profunda solidariedade (...). Os países latino-americanos – notadamente o Brasil - por sua condição de grande nação e de grande vizinho da Argentina, não poderá aceitar o arrasamento militar e econômico do país irmão. Se não for interrompida a escalada do conflito britânico-argentino, não se poderá deter a escalada de apoio nacional a um país irmão ameaçado, na sua própria sobrevivência, por uma grande potência extra-regional, independentemente das circunstâncias que levaram o conflito e das iniciais margens de nossos amigos argentinos em seu desencadeamento (...). Nenhum país pode aceitar a destruição de outro com quem mantém ativos vínculos de solidariedade. O sistema latino-americano deixará de existir no momento em que seus membros assistirem inermes à liquidação total da Argentina (...). O Brasil não existiria no plano internacional sem o respaldo de seu sistema latino-americano (...). É da existência desse sistema que depende a preservação de nossa própria independência (...). O mundo deve se tornar ciente de que a América Latina (à semelhança do ocorrido com os Estados Unidos, relativamente à Grã-Bretanha), tomará o partido da Argentina, se uma solução pacífica não for prontamente adotada pelas Nações Unidas (JAGUARIBE, 1986: pp.202-203).

Saraiva Guerreiro lembrava-se, em suas memórias, que os brasileiros não tinham nada contra os britânicos (o secretário do *Foreign Office*, Lord Carrington, havia visitado Brasília em 1980 procurando estreitar laços comerciais com o país), mas recordava-se que o Brasil tinha mais interesses na América Latina e maiores “questões próprias” junto aos argentinos.

Na iminência de um conflito, o Brasil deveria tomar um partido favorável à Buenos Aires, visto que a possibilidade de “liquidação” argentina era inadmissível para o Itamaraty.

O Brasil não poderia perder a oportunidade de se posicionar a favor de seu sistema econômico e geopolítico interamericano caso as hostilidades fossem inevitáveis. Na visão do general Octávio Medeiros, chefe do SNI: “Se os confrontos realmente ocorressem (“embora honestamente não quiséssemos isso”), que as diferenças fossem resolvidas o mais rapidamente possível, com o menor risco para a estabilidade da região e com o menor grau de desdobramentos econômicos e militares para a Argentina, nosso maior vizinho”.

O agravante da crise das Malvinas (a presença de uma poderosa esquadra de um país extra-hemisférico no Atlântico Sul, a poucos quilômetros da costa brasileira) era apontado como um fator que poderia abrir precedentes perigosos para a própria existência da América Latina na visão do Contra Almirante Mário César Flores. Na visão do graduado militar brasileiro: “infelizmente, assim como no passado, continuamos sob a influência das grandes potências intercontinentais”. Mário César Flores ainda dissera que “todo o modelo econômico brasileiro dependia da tranquilidade do Atlântico Sul” (Jornal do Brasil, 17/04/1982).

Alguns indícios apontavam que o governo brasileiro fez de tudo para se abster das discussões sobre a crise, porque sabia que a invasão argentina poderia criar precedentes perigosos em vários litígios fronteiriços ao redor do mundo, o que poderia ser um ânimo para se recorrer corriqueiramente à força para resolver problemas territoriais. Posicionar-se explicitamente em favor dos argentinos poderia passar a idéia de convivência do Brasil com tais atitudes. Ao mesmo tempo, o Brasil não poderia virar-se contra a Argentina, seu maior parceiro geoestratégico. Isso demonstra como o raio de manobra do Itamaraty era estreito: o país possuía compromissos maiores com Buenos Aires, mas temia se indispor com Londres e com o mundo de uma forma geral, daí a necessidade de uma oficial neutralidade pragmática.

A política externa do presidente Figueiredo via com grande ceticismo a possibilidade de militarização do Atlântico Sul com uma guerra que poderia adquirir proporções incalculáveis. Insere-se nesse sentido, o fato de que o comércio brasileiro, fonte importante para o ingresso de importantes dólares para o país, poderia ficar asfixiado ou até mesmo ser interrompido. Qualquer ação de guerra que restringisse a movimentação de embarcações brasileiras seria desastroso para o todo país, assim também como para toda a América Latina.

As mensagens de moderação enviadas pelo governo brasileiro para os dois líderes, ao longo da crise, apesar estarem contidos a vontade genuína de que a crise não atingisse níveis de violência, estavam repletas de “simbolismos” pró-Argentina. Em ambas as notas, enviadas simultaneamente à Buenos Aires e Londres, reconheciam-se os dois países como aliados, mas claramente dava-se um tratamento preferencial aos argentinos. Isso evidencia como o Brasil demonstrava, mesmo que por vezes retoricamente, inclinado-se a favor da Argentina na crise:

Dirijo-me com grande emoção meus pensamentos ao povo irmão da Argentina, ao qual a nação brasileira se sente para sempre ligada pelos laços da mais profunda e indestrutível amizade. Renovo o compromisso do Brasil para fazer de tudo para contribuir com uma solução que preserve os melhores interesses dos povos das Américas e do mundo. Faço um apelo em favor da conciliação e da busca de uma solução através de negociações. Recordando os históricos e inesquecíveis momentos da amizade brasileiro-argentina, desejo aos argentinos paz, concórdia e fraternidade.⁴⁸

Com profunda preocupação pelos graves riscos que pesam sobre a paz, renovo o apelo feito ao governo do Reino Unido no sentido de que encontre uma solução para a presente crise. Tendo em vista os esforços ora em curso e a disposição do governo brasileiro já manifestou publicamente, oferecemos fazer o que estiver ao nosso alcance para a busca de uma solução satisfatória. Assinalo ser particularmente importante a efetiva moderação das partes envolvidas a fim de assegurar tempo suficiente para que se explorem os caminhos da conciliação.⁴⁹

A orientação oficial do governo Figueiredo era, portanto, demonstrar simpatia pública pela causa argentina, sempre recordando-se, entretanto, da posição “neutra” do Brasil no conflito, da necessidade de busca por um entendimento pacífico para a crise e da solução de controvérsias por meio de negociações. Saraiva Guerreiro lembra que essa posição fora constantemente mantida nos discursos de diversas autoridades do país no decorrer da crise.

Com a aproximação da força tarefa britânica das ilhas, em meados de Abril, o governo argentino adotou uma medida previsível: levou a questão para o Conselho de Consultas Permanentes da OEA com base no princípio de que a provável agressão contra as ilhas

⁴⁸ Telegrama do presidente João Figueiredo ao líder da Junta Militar Argentina Leopoldo Galtieri em 10 de Abril de 1982. Tal mensagem fora respondida pelo próprio Galtieri no dia 14 de Abril. Nesta réplica, o mandatário agradecia o reconhecimento da soberania argentina sobre as ilhas pelo Brasil e a preocupação de João Figueiredo com os rumos da Argentina e da América Latina durante a crise. A mensagem argentina continha diversas expressões semelhantes às utilizadas pelo Brasil como “inquebrantable espíritu de amistad” e “honor increíble”.

⁴⁹ Telegrama do presidente João Figueiredo à Primeira Ministra Margareth Thatcher em 10 de Abril de 1982. Não houve nenhuma mensagem de resposta do governo britânico e nem da Embaixada do país em Brasília.

representaria uma grave ameaça contra a segurança continental. Buenos Aires alertava para a ameaça de um ataque iminente contra as ilhas e evidenciava a necessidade de os países da região formarem uma força coletiva, com base nos princípios de solidariedade continental e amparado no artigo 3º, item F, Parágrafo 28 da Carta da OEA (DUARTE, 1986: p. 192).

Sobre o pedido de consultas à OEA feitas pela Argentina em meados de Abril de 1982 para buscar amparo diplomático e sobre a possibilidade de convocação de uma reunião emergencial para discutir a crise, os países da região teriam que se decidir entre votar “sim” (pelo aceite ao pedido de Buenos Aires) ou “não” (pela não-convocação da reunião).

Se a Argentina alcançasse 2/3 dos votos, o pedido de amparo diplomático da OEA contra os britânicos poderia ser invocado. Naquela ocasião, o Brasil votou “sim” pela consulta, assim como a maioria dos países do hemisfério (com exceção de EUA, Colômbia e Chile). Para justificar esse voto, o representante brasileiro naquele órgão, Marcos César Meira Naslausky, afirmou que o seu governo tinha uma posição “de apoio ao direito argentino sobre as ilhas e que sempre favoreceu a solução pacífica das controvérsias” (DUARTE, 1986: p. 198). Tal posição refletia a fiel orientação de Guerreiro para todos os diplomatas brasileiros na crise.

Convocada em 19 de Abril de 1982 (aprovada por 18 votos a favor), a reunião de consultas da OEA ocorreria em Washington no dia 26 de Abril. O encontro contou com a presença do chanceler Saraiva Guerreiro que fez um discurso onde fez uma explicação geral sobre o posicionamento do governo brasileiro na crise (claramente favorável aos argentinos), além de manifestar-se preocupado com os rumos do conflito para o sistema interamericano:

Para nós, a situação das ilhas foi desde o começo vista como uma ocupação *de facto*. Com o passar do tempo, nenhum laudo arbitral, nenhuma sentença judiciária internacional ou tratado veio dar validade jurídica à ocupação britânica. Nem o decurso do tempo revestiu o fato do valor jurídico, posto que o país prejudicado, no caso a Argentina, jamais cessou de reiterar seu protesto desde 1833 (...). Foi assim que apoiamos as Resoluções adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas no quadro do grande tema da descolonização em 1965, 1973 e 1976 e que recomendavam a negociação entre ambas as partes. É de se lamentar que esse processo de quase 17 anos [1965-1982] não tenha dado frutos e que uma engrenagem de violência esteja pondo em risco a paz da América. Não podemos afastar-nos do mesmo objetivo, do mesmo esforço de encontrarmos uma solução pacífica, dentro da solidariedade e da cooperação interamericana, na qual estamos “obrigados” e de que somos todos defensores (...). Não poderia deixar de dar o meu apoio à sugestão do chanceler peruano no sentido de cessar as hostilidades com a aplicação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança, que deve ser cumprida em

todos os seus aspectos e não de forma seletiva (...). Deploro também as medidas unilaterais adotadas pela Comunidade Econômica Européia contra a Argentina, as quais não decorrem da Resolução 502 e não tem base na carta da ONU ou no GATT. Espero que tenham breve duração e que seus efeitos possam ser superados (...). Ninguém ganhará com a deteriorização da situação⁵⁰.

Esse texto fora elaborado conjuntamente entre Guerreiro e o chanceler paraguaio Nogués e contava com alguns aspectos que evidenciam a posição pró-Argentina adotada pelo Brasil: não se mencionava a ação militar inicial argentina (geradora das hostilidades), reconhecia-se a soberania de Buenos Aires sobre as ilhas, pedia-se moderação aos britânicos e condenava-se o boicote europeu contra os argentinos. Qualquer medida mais extrema como a formação de uma força militar coletiva, prevista no artigo 8º do TIAR, corria o risco de ser derrotada na votação (os pequenos países anglófilos das Américas como Bahamas Antilhas e Trinidad e Tobago podiam exercer pressão contra a aprovação de uma “resolução extrema”). Se a Argentina fosse derrotada na OEA, o país portenho poderia ficar completamente desmoralizado e Buenos Aires não podia correr esse risco. Segundo Saraiva Guerreiro, esse texto era a melhor forma de ajudar os argentinos.

O resultado daquela reunião foi a aprovação de uma Resolução favorável à Argentina, onde se defendiam a soberania de Buenos Aires sobre as ilhas, condenava-se o boicote comercial adotado contra os argentinos e exortava a Grã-Bretanha a interromper o fluxo de suas esquadras em direção às ilhas. Apesar dos poucos efeitos práticos dessa determinação, registrara-se, mais uma vez, que todos os países do continente americano votaram favoravelmente à Argentina, com exceção de Estados Unidos, Trinidad e Tobago e Chile.

Saraiva Guerreiro encontrara-se com o chanceler argentino Costa Mendez na Embaixada de Buenos Aires em Washington por ocasião da Reunião de Consultas da OEA. Na ocasião, o Ministro brasileiro recomendou que Costa Mendez levasse o caso para o ONU, visto que a Grã-Bretanha era Estado-membro daquela organização, enquanto os foros interamericanos eram “viciados” e “inócuos” para obrigar-lhes a seguir alguma determinação. Costa Mendez lhe dissera que temia que a Argentina perdesse o controle das ilhas para a própria ONU ou para um grupo de países neutros. Apesar do receio, verificou-se que Mendez seguiu o conselho do brasileiro e investiu a maior parte de suas “cartadas” desde então na ONU.

⁵⁰ Discurso do chanceler Saraiva Guerreiro na Comissão Geral da 20ª Reunião de Consultas da OEA em Washington em 26 de Abril de 1982.

No dia 23 de Abril, diversos empresários brasileiros emitiram um comunicado conjunto à imprensa condenando o embargo de produtos da Comunidade Européia contra os argentinos. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio do Brasil), João Francisco Camargo, aproveitando-se da oportunidade que se abria com a abertura de um novo mercado para os produtos brasileiros, dissera que:

É preciso ver em que medidas o Brasil poderá transferir para a Argentina as compras que eles faziam no exterior quando foram sancionados injustamente (...). Damos total apoio à iniciativa privada argentina, diante da medida descabida do bloco europeu. Como aconteceu agora com a Argentina, podia ter acontecido com o Brasil, por isso temos que aproveitar a oportunidade para fortalecermos de uma vez por todas a integração latino-americana. Em outras palavras, temos condições de trocar figurinhas entre nós mesmos (DUARTE, 1986: pp. 225-226).

Em 30 de Abril, o Itamaraty, através de seu porta-voz Bernardo Pericás, também tornou claro que o Brasil era contrário a qualquer tipo de sanção adotada tanto pela Comunidade Européia como pelos Estados Unidos contra a Argentina. Sanções unilaterais, na visão de Pericás, não contribuiriam para a resolução de soluções por meio de negociações. Com a escalada dos acontecimentos, o governo Figueiredo começaria a se alinhar efetivamente com os argentinos, diferentemente de alguma moderação que adotara no mês que se encerrava.

As sanções econômicas adotada pelos EUA contra a Argentina prejudicavam também o Brasil, já que muitos dos contratos boicotados faziam referência à interesses brasileiros como por exemplo, a rolagem da dívida externa. Ao ser indagado pelos jornalistas, se a guerra das Malvinas não estava se encaminhando para um conflito entre nações desenvolvidas contra países em desenvolvimento (a reprodução no campo militar de um conflito norte-sul), o porta-voz Bernardo Pericás afirmara que a pergunta era muito pertinente e válida, mas que se fosse respondida, só prejudicaria as tentativas de se evitar a guerra como o governo Figueiredo queria fazer acima de tudo naquele momento (“Jornal do Brasil”, 01/05/1982).

Em 1º de Maio, com o fracasso das mediações conduzidas pelo Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig e pelo Secretário Geral da ONU Javier Perez de Cuellar, a Inglaterra iniciou o primeiro bombardeio contra a capital das ilhas, Port Stanley, dando início também ao primeiro de uma série de vários “mal-estares” entre Brasília e Londres na crise.

O Itamaraty emitiria uma nota diplomática, no dia seguinte ao bombardeio, condenando a ação britânica e afirmando que a Resolução 502 da ONU não havia dado mandato para os britânicos recuperarem as ilhas por meio de “uma ação armada”. Na visão da diplomacia brasileira, a ocupação argentina do arquipélago não dava direito à Grã-Bretanha de usar a força para retomá-las, o que na prática era um meio de solidarizar-se com Buenos Aires. Ao condenar a atitude britânica, o governo brasileiro alegara que a ação militar britânica “reduziu muito a margem de manobra para a obtenção de um acordo” (Jornal do Brasil, 03/05/1982).

A Embaixada britânica em Brasília, por sua vez, fez circular no mesmo dia, na imprensa brasileira, uma declaração oficial do *Foreign Office* em que os ingleses se lembravam da “grande oportunidade” que o Brasil perdera de condenar a invasão argentina de 2 de Abril e da “conivência” do governo brasileiro com a “aventura” promovida pelo general Galtieri.

Em 5 de maio de 1982, o Embaixador britânico em Brasília, George Harding, em entrevista concedida a “jovem” repórter Miriam Leitão, do jornal carioca “O Globo”, afirmou que o seu país tinha “indícios irrefutáveis” de que o governo João Figueiredo estava oferecendo aeroportos brasileiros para o envio de armas de Cuba e da Líbia com destino à Argentina, formando uma espécie de “comércio triangular” para burlar o bloqueio feito pelos britânicos por mar. O diplomata britânico cobrava publicamente uma postura neutra e isenta do Brasil na crise, lembrando que “Sua Majestade sempre prezara as relações com Brasília”⁵¹.

Com o início das hostilidades, o governo brasileiro adotou uma medida comum a países neutros em conflitos: proibiu a escala de aviões ou navios envolvidos no conflito em portos brasileiros a não ser em “casos de emergências”. Na realidade, a medida do Brasil só prejudicaria os britânicos, visto que o grande deslocamento e os possíveis problemas com o transporte de aeronaves e embarcações não ocorreriam na prática com a Argentina.

A adoção de uma “zona de exclusão aérea” em torno das ilhas Malvinas e o bloqueio do litoral argentino pela força tarefa britânica (em um raio de 12 milhas náuticas), no começo de Maio, também causou grande insatisfação por parte do governo brasileiro, que temia pelo fluxo de suas embarcações mercantes por aquela região. O Brasil (assim como o restante da América Latina) também condenou os britânicos, quando estes decidiram expandir suas atividades bélicas para a Região do Prata, como parte integrante “do teatro de operações”.

⁵¹ O Itamaraty emitiria uma nota diplomática, através do seu porta-voz Pericás, para contestar a declaração de Harding, negando veementemente a cessão de aeroportos do país para o envio de armas aos argentinos. O MRE solicitou à Representação do Reino Unido que se mostrasse os “indícios irrefutáveis”, mas não obteve resposta.

Nos primeiros dias de Maio, o chefe do Gabinete Militar do presidente Figueiredo, General Danilo Venturini, confirmou publicamente indícios de que o Brasil havia cedido 2 aviões de patrulha EMB-111 aos argentinos por US\$ 7 milhões de dólares cada. Tais aparatos já estavam incorporados à FAB e foram repintados às pressas, com as insígnias argentinas, para atender um pedido urgente feito por Buenos Aires (BANDEIRA, 1995: p. 266).

Moniz Bandeira (1995) vai além da cessão de tais aparelhos, quando afirma sobre a possibilidade de militares brasileiros terem participado diretamente da guerra das Malvinas, apesar de esta tese ser difícil de ser comprovada⁵². Para defender tal idéia, o autor lembra-se que os argentinos não haviam recebido treinamento adequado e satisfatório para manejar os dois EMBs-111 cedidos pelos brasileiros, o que demoraria no mínimo 2 anos para ocorrer:

(...) Era evidente que, inclusive, os próprios oficiais brasileiros tiveram que pilotar tais aparelhos [os EMBs 111] em seus vôos de rastreamento uma vez que não houve tempo para treinar uma tripulação argentina. Em outras palavras (...), militares brasileiros envolveram-se sigilosamente na guerra das Malvinas [em favor da Argentina] (BANDEIRA, 1995: p. 266).

O fornecimento de material bélico tupiniquim também envolveu operações secretas de cessão de aviões Xavantes, foguetes balísticos ar-terra e tanques leves, fornecidos secretamente pela indústria de armamentos “Cascavel” ao longo da crise (BANDEIRA, 1995: p. 266). Alguns autores como Bandeira (1995) defendem a idéia de que mais de 10 caças tucanos foram cedidos aos argentinos gratuitamente, apesar de que um número mais razoável aponte para somente 4 aeronaves desse tipo. Os tanques leves da “Cascavel” foram testados na 1ª Brigada de Blindados da cidade argentina de Magdalena e despachados posteriormente para as ilhas Malvinas, onde desempenharam papel fundamental (DUARTE, 1986: p. 421).

Quando questionados pela Embaixada britânica sobre esses fornecimentos, o general Danilo Venturini e o seu colega Octávio Medeiros, chefe do SNI, limitaram-se a afirmar que o Brasil “vendeu e continuará vendendo armas aos argentinos”⁵³. A presença de material bélico brasileiro fora corroborada pelo próprio Exército argentino no dia 7 de Maio e confirmadas

⁵² Reportagens do Jornal do Brasil em 30 de Abril de 1982 confirmam a vinda de 10 militares argentinos à fábrica da Embraer em São José dos Campos para treinamento e manejo dos EMB-s 111 vendidos à Buenos Aires.

⁵³ Trecho contido no Documento 011650 do Serviço Nacional de Informações (SNI) que trata da correspondência secreta entre o Ministério das Relações Exteriores e o gabinete do presidente Figueiredo.

pelo MRE do Brasil: “A Argentina poderá contar de imediato com bombas e mísseis que serão fornecidos pelas empresas brasileiras Avibrás e D. F. Vasconcelos” (DUARTE, 1986: p. 426).

O governo brasileiro também incentivou a ida do ministro da economia peruano Manuel Ulhoa à uma reunião da Comunidade Européia em Berlim para pressioná-los a respeito do fim do boicote econômico contra os argentinos em 14 de Maio. Na ocasião, Figueiredo escrevera uma carta pessoal ao chanceler (primeiro ministro) alemão Helmut Schmidt, pedindo que usasse sua influência junto à Thatcher para pedir moderação e “bom senso” aos britânicos.

A situação internacional oriunda da crise tornaria-se ainda mais aguda para o Brasil, visto que um encontro bilateral entre Reagan e Figueiredo estava marcado para meados do mês de Maio em Washington. O mal-estar e o embaraço do presidente brasileiro João Figueiredo com o seu colega norte-americano eram visíveis desde o início da crise das Malvinas. Dizia-se na imprensa brasileira que Figueiredo, pessoalmente, preferiria o cancelamento do encontro com Reagan, mas pressionado por Saraiva Guerreiro, que temia que as relações entre Brasil e EUA se deteriorassem mais, preferiu comparecer ao encontro, apesar do grande constrangimento com a posição de Reagan, que àquela altura já era abertamente favorável ao Reino Unido.

Em uma interessante reportagem daquela época, intitulada “Graças às Malvinas, Reagan recebeu Figueiredo com os ouvidos afinados para ouvir e ouviu...”, a Revista “Veja”, edição 715 de 19 de Maio de 1982 “cobriu” o evento, lembrando que todas as festividades do encontro foram canceladas e que a visita da comitiva brasileira fora abreviada em dois dias, por iniciativa do próprio Figueiredo, em um tom claro de boicote ao posicionamento dos EUA nas Malvinas. A reportagem lembra bem que Figueiredo deixou claro para o seu colega que, apesar de ser um país do Ocidente (vínculo atrelado ao conflito leste-oeste e a confrontação contra a URSS), o Brasil era, acima de tudo, uma nação latino-americana e de Terceiro Mundo, vínculos mais prioritários (conflito norte-sul) para a política externa do país:

Reagan estava super satisfeito por ter conseguido trazer a Washington o líder da mais importante nação da América Latina num momento em que as relações entre os EUA com o resto do continente estão em frangalhos (...). O presidente norte-americano saudou Figueiredo com um discurso salpicado de expressões como “regozijo”, “impressionante”, “grandioso” e “potência”. Sisudo, sem olhar diretamente para Reagan ou dirigir-lhe um único sorriso, Figueiredo abriu sua réplica falando da “dura realidade”, das “divergências”, dos “impasses”, dos “problemas” e mencionando as “desesperanças”, “as crises” e a “falta de progresso” (...). Visivelmente contrariado com o seu anfitrião, o presidente brasileiro lembrou a Reagan que a política externa nacional é diversificada e que as relações com os

EUA não são prioritárias, apenas importantes. E acrescentou que embora o Brasil faça parte do Ocidente, antes de tudo, também faz parte do Terceiro Mundo, assim como também é um país latino-americano e marcado pela herança africana (...). No seu alvo, as três principais críticas da política exterior brasileira junto à superpotência: as barreiras que dificultam o ingresso de produtos brasileiros no mercado norte-americano, as tentativas dos EUA em impedir que o Brasil receba empréstimos em condições suaves do Banco Mundial e do FMI e o alinhamento de Washington com os ingleses na crise das ilhas Malvinas (...). (Revista *Veja*, edição 715 de 19/05/1982: pp. 22-23).

A intervenção de Figueiredo junto ao presidente Reagan pode ter gerado dividendos favoráveis à Argentina durante o desenrolar da guerra. O mandatário brasileiro, como líder da maior nação do continente, atuou como uma espécie de porta-voz da América Latina junto aos EUA durante a visita, exercendo pressão para que as hostilidades, se fossem inevitáveis, se restringissem pelo menos ao entorno das ilhas Malvinas e não gerassem maior instabilidade regional, como a ampliação do teatro de operações para todo o Oceano Atlântico.

Esse também fora um dos pedidos feitos pelo chanceler Saraiva Guerreiro junto aos EUA em caráter privado: que os argentinos não fossem “humilhados” demasiadamente pelos britânicos e que o conflito não desestabilizasse ainda mais a “abalada” segurança hemisférica da América Latina, preocupação que também era igualmente compartilhada por Reagan. O chanceler brasileiro recorda-se, em suas memórias, de outras “recomendações” importantes feitas por João Figueiredo ao secretário Alexander Haig durante a visita à Washington como a manutenção da segurança da “região” a todo e qualquer custo:

Era de toda conveniência [deixar bem claro aos EUA] que se eles não conseguissem parar a frota britânica para negociar, pelo menos, a Grã-Bretanha evitasse bombardear cidades argentinas ou praticar qualquer ato de agressão contra o território continental americano. Se houvesse algum ataque a tal território, os latino-americanos que estavam dando apoio à Argentina em suas reclamações, mas evitando agir explicitamente, seriam obrigados a reagir muito além de nossas intenções. Repeti isso ao Haig durante a visita a Washington. Parece-me que [por conta disso] Reagan telefonou para a Sra. Thatcher para pressioná-la, mas sem obter qualquer garantia ou promessa. Felizmente, as circunstâncias excluíram na prática a ocorrência da pior hipótese. (GUERREIRO, 1992: p. 106).

O chanceler argentino Nicanor Costa Mendez (o mesmo que durante a presidência de Onganía acusou o Brasil de querer implementar um sub-imperialismo no continente) agradecería especialmente a intervenção pessoal de Figueiredo junto à Reagan em defesa da

Argentina, lembrando na ocasião que o apoio “ilegal” dado pela superpotência à Grã-Bretanha “foi claro e indiscutível” e que seria levado em conta quando juntos “planejarmos o futuro da América Latina” (DUARTE, 1986: p. 215). Ao ser informado por Guerreiro que a Argentina podia contar com o voto dos brasileiros e dos demais latinos na ONU, Costa Mendez lembrou-se que “a Argentina estava redescobrendo a América Latina” (BOSOER, 2005: p. 107).

O presidente venezuelano Luis Herrera Campins, pelo mesmo motivo exposto por Saraiva Guerreiro (suspeitas de que a Grã-Bretanha planejava um grande ataque militar contra o continente americano), ameaçou cortar relações diplomáticas com os britânicos e com os norte-americanos. Em caso de maior escalada militar contra bases continentais argentinas, Campins prometera liberar, em um curto espaço de tempo, o fornecimento de caças *Mirage* aos argentinos. Após as declarações de Campins, o secretariado geral da OTAN afirmou que em caso de ingresso maciço de países latino-americanos no conflito [a favor dos argentinos], a organização militar tomaria todas as medidas necessárias para auxiliar “de todas as formas possíveis” à Grã-Bretanha (Jornal do Brasil, 21/05/82).

Moniz Bandeira (1995) lembra que o bloqueio do Atlântico Sul pelas esquadras britânicas, em meados de Maio, trouxe grandes problemas ao escoamento dos produtos argentinos para o exterior. Nesse sentido, lembra-se o autor, o Brasil ofereceu também os portos de Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS) no decorrer da crise para que o seu vizinho aliviasse suas dificuldades econômicas mais imediatas, sem ganhar praticamente nada em termos financeiros com a medida, a não ser estreitar laços de confiança com Buenos Aires.

O governo brasileiro também reclamou, em carta endereçada ao secretário geral da ONU Javier Perez de Cuellar em 18 de Maio, da passividade da comunidade internacional diante do conflito e da carência de recursos de poder disponíveis no sistema internacional para a solução justa da controvérsia das Malvinas “sem vencidos e nem vencedores” (LAFER, 1982: p. 127).

Em fins de Maio, a Argentina, completamente acuada, recorreria novamente à OEA alegando novamente que a agressão britânica requeria a formação de uma força coletiva para a defesa da segurança hemisférica (artigo 8º do TIAR). Apesar de não concordar com tal premissa (a adoção de medidas de grande magnitude ou vulto como mobilização de tropas), o Brasil votaria favoravelmente à aprovação de uma nova Resolução, que pedia moderação na crise para os britânicos e que defendia, mais uma vez, a soberania argentina sobre as ilhas.

No discurso que justificava o seu voto nessa reunião, o Embaixador brasileiro na OEA, Alarico da Silveira Júnior, afirmava que o interesse de seu governo era salvar de qualquer maneira o TIAR ou pelo menos “mantê-lo como fachada” (DUARTE, 1986: p. 340). Esse acordo ainda era tido como instrumento importante de coesão do continente em 1982, apesar da inabilidade do acordo para tratar dos problemas surgidos no conflito das Malvinas.

No final de Maio, surgia a notícia de que a Argentina tinha “luz verde” para comprar novos tipos de armamento do Brasil como foguetes ar-terra para serem utilizados principalmente em seus aviões. As negociações àquela altura já estavam adiantadas e eram intermediadas pelo próprio Ministério das Relações Exteriores brasileiro, junto às empresas fornecedoras de armas como a Avibrás (DUARTE, 1986: p. 467).

A partir de Junho, com a inevitabilidade da derrota argentina e dos desdobramentos fatídicos dos acontecimentos no *front*, os discursos das autoridades brasileiras tornaram-se ainda mais sombrios, alguns preocupados com o esfacelamento do sistema interamericano e com as conseqüências da guerra nas relações internacionais, outros preocupados com as implicações de tamanhas transformações nas concepções estratégicas do país.

Em sabatina realizada no Senado brasileiro no final do mês de Maio de 1982 para discutir a guerra, Saraiva Guerreiro se referia ao esfacelamento do TIAR e da OEA: “não queremos dramatizar, mas houve uma séria deteriorização do sistema interamericano que nunca mais será o mesmo que foi antes” (DUARTE, 1986: p. 213). Entre os militares brasileiros, uma completa decepção com os EUA tomou conta dos quartéis: “os tradicionais aliados hemisféricos e parceiros incontestáveis do país [os EUA], deixaram bem claro que a Europa era muito mais importante do que a América Latina” (Jornal do Brasil, 02/06/1982).

O Ministro da Marinha brasileiro, Almirante Maximiano da Fonseca, perplexo com a postura dos EUA na crise, com a fragilidade dos equipamentos militares brasileiros (alguns deles de tecnologia muito semelhantes aos usados pelos argentinos na derrota) e com o súbito redirecionamento de ameaças, dissera na ocasião: “ninguém pode confiar em ninguém. Confie em si mesmo. É claro que se vier uma guerra mundial, você não vai entrar sozinho. Mas pensar que vão lhe proteger? Protegem coisa nenhuma” (MOREIRA, 2008: p. 192).

O Comandante e Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, afirmou em Junho que o conflito das Malvinas traria grandes ensinamentos às Forças Armadas Brasileiras: mudaria a concepção dos inimigos em potencial nas “escolas de guerra” do país, ampliaria o intercâmbio

militar entre as nações latino-americanas com vistas a estabelecer um desenvolvimento bélico autônomo, além de reforçar a presença militar brasileira na Amazônia, visto que a Região do Prata (limítrofe à Argentina), desde o conflito das Malvinas, estava praticamente pacificada⁵⁴.

A Argentina viu-se isolada no cenário internacional quando tentava desesperadamente comprar armamento para enfrentar os ingleses. Somente a América Latina ofereceu-lhe equipamentos, o que evidenciou a necessidade de estreitamento de vínculos e intercâmbios de tecnologias na região. Lembra a Revista “Veja” de 16 de Junho de 1982 que até a guerra das Malvinas: “as Forças Armadas Argentinas não possuíam um único parafuso brasileiro” e que a guerra permitiria “a produção autônoma de material bélico no continente” podendo o Brasil, como grande produtor, atuar como “fornecedor confiável de armas para os seus vizinhos”.

Nomes “históricos” da ditadura militar brasileira expressaram apoio aos argentinos. O próprio Embaixador do Brasil em Londres, o ex-ministro da Fazenda Roberto Campos, chegou a cobrar publicamente do governo brasileiro uma postura mais ativa em apoio à Argentina. A Representação de Brasília em Londres assumiu os interesses diplomáticos argentinos durante a crise das Malvinas, quando as relações anglo-argentinas foram rompidas, a pedido do governo argentino. A Suíça, por outro lado, assumiu os interesses britânicos em Buenos Aires.

O Embaixador brasileiro na ONU, Sérgio Correa de Castro, criticou a Grã-Bretanha por ter desrespeitado a Resolução 502 ao invadir as ilhas, lembrando-se que o Conselho de Segurança não havia dado mandato para a recuperação do arquipélago “à força”. O diplomata lamentou “a interrupção dos esforços de paz por parte do Reino Unido” e disse ainda que “a questão das Malvinas tocava muito de perto aos brasileiros”. Castro lembrou-se também “da passividade da ONU para interromper de vez o conflito⁵⁵” (DUARTE, 1986: p. 182).

O porta-voz da missão britânica na ONU, Roderic Lyone, em nome do Embaixador do Reino Unido, Anthony Parsons, também não tardou em manifestar descontentamento com as declarações do brasileiro Correa de Castro, ao afirmar que o bombardeio das ilhas foi necessário para cumprir a Resolução 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, antes de mais nada, pedia a retirada dos argentinos do arquipélago. Os brasileiros, por sua vez,

⁵⁴ Entre os novos cenários de guerra idealizados pelos militares brasileiros, destacam-se aqueles envolvendo uma correlação de forças semelhantes ao conflito das Malvinas: o Brasil sozinho teria que se defender de uma potência extracontinental ou uma coligação delas em uma região de “crescentes ambições internacionais, cada vez mais carentes de recursos naturais” (em referência clara à Amazônia).

⁵⁵ Ao criticar a passividade da comunidade internacional em resolver o conflito, o Brasil poderia abrir um precedente para que as instituições como a ONU fossem reformadas com maior participação para os emergentes.

argumentaram que a proposição pedia primeiramente o fim das hostilidades, posteriormente negociações e somente depois, a retirada argentina poderia ocorrer ou não ocorrer.

O então senador Tancredo Neves (MG), futuro Presidente da República eleito, veio a público demonstrar sua grande satisfação com a “brilhante” forma com que o governo brasileiro conduzia a crise das Malvinas. Neves qualificou a ação militar britânica como “uma atitude totalmente desbaratada que serve de profunda lição para os povos sul americanos” e disse ainda que “a tese da soberania argentina sobre as Malvinas [utilizada pelo governo Figueiredo] é historicamente e juridicamente perfeita”. Para o senador, a “Doutrina Monroe (1823) tornou-se uma nefasta poeira no passado” (Jornal do Brasil, 03/06/1982).

No começo de Junho, faltando poucos dias para a derrota argentina, diversas propostas de cessar fogo foram encaminhadas ao Conselho de Segurança por países neutros (Japão e Índia) no sentido de cessar as hostilidades. Tais resoluções foram aprovadas por uma grande maioria dos votos, mas foram vetadas por Estados Unidos e Grã-Bretanha, que naquela altura não concebiam outro cenário que não fosse à derrota incondicional argentina e a restituição da “Union Jack” sobre as ilhas. Tal postura fora amplamente condenada pelo governo brasileiro, que condenava qualquer possibilidade de “derrota incondicional” para os argentinos.

O último incidente direto envolvendo o Brasil configurou-se como um dos mais famosos e célebres da guerra das Malvinas. Em 4 de Junho, a 10 dias do final do conflito, um bombardeiro inglês *Vulcan* voltando de uma missão de bombardeiro nas Malvinas invadiria o espaço aéreo brasileiro (mais precisamente na altura do litoral do Estado do Rio de Janeiro) alegando “problemas mecânicos” durante o reabastecimento em voo. Detectado pelo sistema de vigilância *Cindacta* e interceptado por caças da FAB F-5, o aparato fora conduzido à Base Aérea do Galeão, gerando um grave incidente diplomático entre Brasil e Reino Unido.

Logo após o incidente, a Grã-Bretanha invocou o artigo 23 da Convenção de Genebra e o artigo 46 da Convenção de Haia, argumentando que por ser um país “neutro” no conflito, Brasília deveria restituir sua aeronave imediatamente, logo após os pedidos de desculpas formais e devidamente paga a indenização pelos danos causados. O país europeu possuía poucas aeronaves desse tipo e elas eram importantes para desativar, por meio de munições bombardeiros, radares argentinos ao redor da capital das ilhas, Port Stanley.

O governo brasileiro, entretanto, considerou que juridicamente não havia formalmente uma declaração de guerra entre Argentina e Grã-Bretanha para a aplicação da Convenção de

Genebra e de Haia. Dessa forma, o país poderia “agir livremente conforme seus interesses”, não sendo obrigado, à luz do Direito Internacional por não se tratar juridicamente de um país “neutro”, a adotar as posições de neutralidade que prejudicassem a Argentina.

Na ocasião, Brasília reteve o avião em solo brasileiro por quase três dias, contrariamente ao pedido dos britânicos que pediam a liberação imediata da aeronave. Os brasileiros utilizaram alguns artifícios jurídicos para que, com base nos pedidos encaminhados pelo Embaixador argentino Hugo Caminos ao Itamaraty, adotasse uma posição favorável à Buenos Aires com base na Resolução pró-Buenos Aires votada na OEA no final do mês de Maio.

O caso fora um dos mais esclarecedores da guerra, pois envolveu um posicionamento adotado pelo governo brasileiro baseado em documentos oficiais e fatos. Os britânicos alegaram que o avião não estava em missão de bombardeiro, apenas de reconhecimento. Já os argentinos buscavam provar o contrário (que a aeronave realizava bombardeiro), o que caracterizaria uma agressão contra um país hemisférico (o que justificaria juridicamente sanções mais efetivas contra os britânicos com base nos artigos de defesa coletiva do TIAR).

A preocupação era que isso poderia descaracterizar a posição neutra e a imagem pacifista que o Brasil sustentava a duras penas na crise. A correspondência secreta trocada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Gabinete Militar do presidente Figueiredo, a respeito do incidente, consta do documento 011650 do Serviço Nacional de Informações, o SNI:

Se atendêssemos ao pedido argentino, a Grã-Bretanha poderia exigir-nos a aplicação do estatuto da neutralidade também em relação à Argentina, o que seria incompatível com as diversas formas de apoio que temos dado ao nosso vizinho. Nas circunstâncias, parece-me necessário procurar uma solução *sui generis*, de caráter prático, que atenda ao máximo à Argentina e sem caracterizar uma neutralidade formal, que não sirva de argumento ao Reino Unido para outras questões.⁵⁶

Com base no artigo 7º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que proibia o Brasil de adotar qualquer medida que prejudicasse os argentinos, a restituição do aparato fora adiada por vários dias (a pedido do Embaixador portenho Hugo Caminos) e só fora atendida em condições que não poderiam ser mais benéficas para os argentinos.

A decisão final do Brasil para o caso era a de que o avião seria entregue aos britânicos, desarmado (inutilizado para o combate) e com a promessa, feita por escrito e publicamente, de

⁵⁶ Trecho do Documento 011650 do Serviço Nacional de Informações, o SNI

que a aeronave não seria utilizada novamente no conflito. Na prática, não haveria necessidade, visto que o conflito seria resolvido na semana seguinte, em 14 de Junho de 1982.

Irritadas com a solução do episódio dada pelo governo Figueiredo, as autoridades britânicas deixaram claro que a relação bilateral com o Brasil corria sério risco, acusando Brasília de continuar oferecendo aeroportos do país aos argentinos sem mostrar prova alguma:

À luz das antigas e amistosas relações entre a Grã-Bretanha e o Brasil, o governo de Sua Majestade Britânica acredita ter o direito de esperar tratamento equilibrado na atual situação de crise. O governo de Sua Majestade lamenta ter que deixar claro ao governo brasileiro que esta decisão, se mantida, acarretaria sérias conseqüências para as amistosas relações de que a Grã-Bretanha e o Brasil têm desfrutado ininterruptamente há tanto tempo e às quais atribuí grande valor. Nesse contexto, tivemos também conhecimento de que aviões militares argentinos e outras aeronaves civis continuam utilizando aeroportos brasileiros ao transportarem equipamento militar para uso pela Argentina⁵⁷.

A recorrência novamente ao caso do oferecimento de aeroportos brasileiros para o transporte de armas rumo à Argentina novamente se fez presente. A Inglaterra estava atuando firmemente para evitar que Buenos Aires se armasse cobrando dos governos “neutros” que não oferecessem suas instalações para o transporte dessas armas. Os fornecedores em potencial para os argentinos eram dos mais diversos: Cuba, Líbia e África do Sul; todos eles nações que não estavam participando do boicote comercial “adotado” pelos britânicos.

Durante a última viagem do então quase demissionário chanceler argentino Costa Mendez à uma reunião de países não-alinhados em Havana⁵⁸, a poucos dias do final da guerra, registrou-se um interessante encontro entre o Ministro argentino e Saraiva Guerreiro, durante escala técnica do avião de Costa Mendez na base aérea do Galeão. Perplexo com a “traição” de Washington, o argentino aconselhava-se com o brasileiro a respeito dos ensinamentos da recém crise. Saraiva Guerreiro dissera que “em nenhum momento” tivera dúvidas sobre o posicionamento norte-americano em um hipotético conflito entre uma nação da América Latina contra um país da Comunidade Européia, para o espanto do seu colega argentino.

A desmoralização dos argentinos perante o mundo já era amplamente repercutida com a humilhante derrota militar nas Malvinas. A Argentina entrava em uma grave crise institucional (a pior dos seus 166 anos de história republicana na visão dos periódicos brasileiros) e que

⁵⁷ Trecho do Documento 011650 do Serviço Nacional de Informações, o SNI

⁵⁸ Os países não-alinhados apoiaram as reivindicações argentinas na guerra das Malvinas.

ameaçava a existência e o futuro do próprio Estado argenino. Nesse momento político ultramente conturbado para Buenos Aires, o último documento oficial emitido pela chancelaria brasileira na crise das Malvinas chegava no Palácio San Martín, dois dias após a rendição da guarnição argentina nas ilhas. A “dureza” a que os brasileiros tratavam os norte-americanos na crise era contrabalanceado pelo tom ameno do documento oficial enviado por Saraiva Guerreiro, que não poderia ser mais conciliador e solidário para com Buenos Aires:

Neste momento, o Brasil não pode deixar de expressar ao país-irmão sua mais profunda solidariedade e a convicção de que, assim como o povo argentino tem o direito e o dever de honrar-se com o patriotismo dos seus filhos saberá igualmente, unido e fortalecido, superar dificuldades ocasionais e dar fundamental contribuição à paz e ao progresso próprio e de toda a região. Desde 1833, a Argentina jamais cessou de reivindicar a soberania sobre as Malvinas. O Brasil em todos os momentos reconheceu o justo título dessa reivindicação. (...) Acreditamos assim que nenhuma controvérsia internacional [como a das Malvinas] pode ser sufocada pela força das armas (...).⁵⁹

De acordo com o chanceler Saraiva Guerreiro, o balanço da crise das Malvinas não poderia ter sido mais benéfico aos brasileiros: “Atravessamos os acontecimentos em posição delicada, com estreita margem de manobra, mas sem danos significativos para nós (...). As relações com a Grã-Bretanha sofreram um pouco, superficialmente (...). Tal cuidado pôde ser pouco a pouco abandonado nos anos seguintes” (GUERREIRO, 1992: p. 113).

Guerreiro lembra-se que o Brasil, em nenhum momento da crise, desrespeitou o Direito Internacional e que sempre pautou sua atuação com base na parcimônia e na coerência. O pragmatismo do governo brasileiro, entretanto, não evitou que o governo se posicionasse da forma como mais lhe convinha (apoiando a Argentina), relacionando-o com os interesses prioritários latino-americanistas que permeavam a política externa naquele momento.

O sub-chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército brasileiro, general Octávio Costa, dissera, no final da crise, que o conflito das Malvinas fora o acontecimento militar mais importante para a formulação do pensamento estratégico das Forças Armadas brasileiras em toda a segunda metade do século XX. Basta lembrar que a Revista brasileira “Veja” de 16 de Junho dedicou uma edição inteira sobre as “lições” do conflito para o Brasil.

⁵⁹ Nota diplomática do Itamaraty em 16 de Junho de 1982 ao governo provisório argentino, que àquela altura, já era comandado pelo general Alfredo Saint Jean em substituição ao deposto Leopoldo Galtieri.

De acordo com esta mesma edição da Revista “Veja”, os Ministros da Marinha, Exército e da Aeronáutica passaram em média 16 horas por dia, discutindo os ensinamentos diretos da guerra para as Forças Armadas brasileiras. Os militares brasileiros preocuparam-se com o produto da grande coalizão militar mobilizada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, em um curto espaço de tempo, para dominar de forma relativamente fácil à Argentina.

O conflito precipitaria uma “importantíssima” modificação de prioridades para os brasileiros, necessárias para que o país se adaptasse às novas condições do “novo” mercado de armas⁶⁰. Entre as mais diversas áreas que foram incrementadas nas relações bilaterais, destacamos o novo intercâmbio de tecnologias militares entre Brasília e Buenos Aires que fora desenvolvido no conflito: “A guerra do Atlântico mostrou a vantagem de ter um fornecedor de armas próximo como o Brasil. Antes da guerra, os argentinos preferiam comprar de outros fornecedores, material idêntico produzido pelo Brasil”. (DUARTE, 1986: p. 386).

Na Revista brasileira “Istoé”, de 14 de Junho de 1982 (edição 290), Saraiva Guerreiro afirmava que “la posición de Brasil no fue tan marginal en la guerra; ninguna actitud que tomamos puede ser vista como irrelevante. Sabemos que cuando tomamos una posición, ella tiene gran repercusión política y diplomática para el mundo (LAFER, 1982: p. 127). O Ministro Saraiva Guerreiro, na verdade, tinha em mente como tal posição contribuiria decisivamente para reafirmar a identidade latino-americana e reforçar a coesão do continente, em um momento importante de transição internacional para a valorização da “região”.

O posicionamento do Brasil refletiu uma grande valorização de seu contexto regional, que ao mesmo tempo, expôs na prática uma abertura coerente em relação ao mundo. A realidade de um país latino-americano e de Terceiro Mundo estava explícita nas posturas adotadas pelo governo Figueiredo durante a crise. A política regionalista adotada pelo Itamaraty no conflito das Malvinas representou uma importante etapa para um grande estreitamento de vínculos bilaterais que seriam uma constante prática durante os anos 80.

A relação com a Argentina fora sem dúvida extremamente supervalorizada na crise das ilhas Malvinas e demonstrava como Brasília, já em uma condição de liderança regional, não poderia aceitar que seus redutos fossem arrasados e que seu sistema geopolítico fosse abalado

⁶⁰ O último comunicado oficial sobre a guerra emitido pelo governo militar argentino (o de número 166 do dia 16 de Junho de 1982) dizia que a derrota se atribuía “a los medios ingleses, muchos de los cuales eran totalmente nuevos e desconocidos aún en el mercado de armas mundiales. Las Malvinas convirtieron en una área de experimentación y pruebas”. O mesmo comunicado argentino alegava que era impossível sustentar uma guerra contra uma coligação que envolvia os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a OTAN.

em demasia pelo ataque militar ao hemisfério de uma potência extra-continental, com o agravante de contar com um grande respaldo diplomático oferecido pelos Estados Unidos.

A guerra das Malvinas iniciou assim uma tendência de cooperação e complementaridade entre Buenos Aires e Brasília, levando ambos a reverem suas doutrinas militares e inserções internacionais, principalmente com base na decisão norte-americana, naquele momento, de respaldar abertamente uma potência extra-hemisférica em detrimento da América Latina. A guerra de 1982 definitivamente fortaleceu a idéia de região no continente para o Brasil.

3 - O posicionamento do governo chileno na guerra das Malvinas:

A partir de agora, assim como fizemos com o Brasil, analisaremos os acontecimentos mais importantes do conflito que comprovem o posicionamento pró-Londres adotado pelo governo Pinochet, apesar da neutralidade “oficial” alegada pela chancelaria do país andino. Desse modo, buscaremos associá-los ao distanciamento histórico de Santiago nas relações sul-americanas, com o modelo econômico neoliberal chileno e com as rivalidades regionais com a Argentina que impediram a associação do país com o resto da América Latina nos anos 80.

O posicionamento do governo chileno no conflito de 1982, na visão de historiadores, cientistas políticos e analistas militares do país andino eram um dos seus segredos mais bem guardados dos últimos anos da República do Chile e obviamente um dos mais “assedados” na História das Relações Internacionais do país. As opiniões públicas de Argentina e Chile cobravam transparência para o assunto e pressionavam os sucessivos governos chilenos pós-redemocratização para que se disponibilizassem os documentos que responderiam à avidez da população argentina por respostas imediatistas às questionamentos sociais “traumáticos” como o conflito das Malvinas tanto para a sociedade argentina como para a chilena, ainda profundamente abalada pelos expurgos provocados por Augusto Pinochet em seu país⁶¹.

Todos os interessados no assunto, entre acadêmicos, pesquisadores ou jornalistas, sabiam que Santiago tendia a apoiar os britânicos no conflito de 1982; pelas conveniências econômicas, políticas e as dificuldades crônicas de relacionamento com a Argentina e com a América Latina, mas não havia comprovação documental para a comprovação documental

⁶¹ As Malvinas, obviamente como um assunto nacional ainda “pendente” e em “aberto”, continuam sendo um assunto extremamente sensível e ainda muito recorrente para a opinião pública argentina e chilena.

desses “indícios”. Um deles dizia, por exemplo, da predisposição histórica do Chile para manter a todo custo sua unidade além sua cultura de distanciamento do continente e de que o pensamento de formulação de política externa do país era amplamente baseada “na guerra”:

As Forças Armadas chilenas foram as primeiras da América Latina a terem treinamento orientado por missões militares estrangeiras. O exército chileno foi treinado e orientado basicamente por uma missão militar britânica [a Royal Navy]. É uma coisa curiosa porque o Chile é certamente o único país da América Latina que tem uma cultura marcial, uma cultura profundamente ancorada na guerra. É uma percepção de um país feito pela guerra. O norte do Chile foi conquistado da Bolívia e do Peru; o sul do Chile, que era o território araucano, logo depois da Guerra do Pacífico, nos anos 80 do século XIX, foi conquistado pelos exércitos vitoriosos que marcharam sobre a região. No fim da década de 1970, numa dissertação de mestrado no Instituto de América Latina, em Paris, um chileno trabalhava um tema muito interessante, a percepção oferecida às crianças do curso primário em livros didáticos chilenos. Não havia livro didático de esquerda, de centro, de direita, que não tivesse essa visão de um Chile feito pela Guerra. O lema nacional chileno era constantemente lembrado: “Por la razón o la fuerza”⁶²

Uma vasta áurea de tensão e constrangimento marcam até hoje as relações Argentina e Chile no que diz respeito aos acontecimentos que se desenrolaram na guerra de 1982. As chancelarias de ambos os países preferem abrir um “hiato”, procurando associar (isolar) esses acontecimentos à atuação exclusiva das ditaduras militares dos dois países. Os acontecimentos de 1982 eram desagradáveis até mesmo para o atual bom momento das relações bilaterais, pois poderiam gerar um novo ambiente hostil e de rivalidade aberta entre os dois países⁶³.

O Chile localizava-se bem próximo do teatro de operações por onde as atividades bélicas se desenrolavam e não poderia ficar tão alheio como a sua posição de neutralidade pressupunha. Desde o começo da crise, os chilenos sabiam que a invasão argentina às ilhas Malvinas poderia alterar por completo o mapa geopolítico da “instável” região sul do país.

Os depoimentos do comandante da Força Aérea chilena entre 1980 e 1990 e membro da Junta Militar de seu país durante 1982, Fernando Matthei, configura-se como principal fonte

⁶² <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=832> às 23 horas do dia 13 de Setembro de 2010.

⁶³ O chanceler argentino no governo Kirchner (2003-2007) Jorge Taiana, assumiu que se o posicionamento chileno no conflito de 1982 se tornasse alvo de análise pública na opinião pública argentina, as relações com o Chile poderiam ser prejudicadas, visto que além de tentar se aproximar mais do Chile de Michele Bachelet, o seu governo vinha tentando reativar o litígio das Malvinas, que na atualidade conta com o apoio e respaldo chileno. A questão das ilhas hoje é respaldada por unanimidade da América Latina seja na Unasul, na OEA ou no Mercosul, organismos que assim como em 1982 oferecem legitimidade diplomática para os reclames argentinos..

para nossa pesquisa⁶⁴, além de alguns depoimentos de Margareth Thatcher em seu livro de memórias, mas de forma secundária. Utilizaremos também os relatos do general Martín Balza (2003), comandante da guarnição militar argentina nas ilhas Malvinas em 1982.

No capítulo de seu livro de memórias (1994) a respeito da “campanha das Falklands”, a ex-Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher assumiu a grande contribuição do Chile para o esforço de guerra britânico, sem, porém, atrever-se a revelá-los. No seu relato, Thatcher lembra-se constantemente da atuação de Fernando Matthei na crise, “sem nomeá-las”. De todo modo, a antiga mandatária confirmava, pela primeira vez, que o Chile apoiou os britânicos e que o Comandante da Força Aérea chilena era um dos principais articuladores desse apoio. Assim, Thatcher comprovava a validade dos depoimentos de Matthei, feitos 11 anos depois:

Chile es nuestro viejo amigo en Sudamérica. Nuestros vínculos son muy estrechos desde que el Almirante Cochrane ayudó a libertar Chile del opresivo dominio español. Pinochet fue un incondicional amigo de nuestro país cuando la Argentina invadió las islas Falklands. Pinochet, mismo con el alto riesgo político para su inserción en el continente sudamericano, nos prestó valiosa asistencia. No puedo revelar todos los detalles, pero déjenme narrales al menos un episodio (...). Durante la guerra, la Fuerza Aerea chilena estaba comandada por el padre de la actual senadora chilena Evelyn Matthei (...). Él nos entregó oportunas alertas de inminentes ataques argentinos que permitieron a la flota británica tomar medidas defensivas (...). En total, unos 250 miembros de las fuerzas armadas británicas perdieron sus vidas en las Falklands. Sin el general Pinochet las víctimas hubieran sido muchas más⁶⁵.

Voltemos para a análise dos acontecimentos na guerra para retomarmos posteriormente os novos pronunciamentos das “testemunhas da guerra” como Fernando Matthei. O tom desafiador adotado pelo governo chileno, desde o início da crise, pode ter relação com a preocupação de ver uma Argentina fortalecida em demasia naquela região. Assim, o Chile naturalmente viu-se propenso a extrair dividendos das dificuldades argentinas na crise, promovendo uma associação com a Grã-Bretanha, um país extra-hemisférico, mas que possuía, assim como Santiago, problemas de fronteira com Buenos Aires:

⁶⁴ Em 2005, insatisfeito com a prisão domiciliar de Augusto Pinochet, Fernando Matthei decidiu expor ao mundo os “segredos” íntimos da união anglo-chilena no conflito, que nem a “dura” Thatcher teve coragem de contar.

⁶⁵ Trecho do livro de memórias de Margareth Thatcher traduzido para o espanhol. O conteúdo do capítulo que trata sobre a guerra das Malvinas está presente para consultas em: BALZA, Martín. *Malvinas, Gesta e Incompetencia*, Buenos Aires: Atlántida, 2003.

Quite apart from the policy shifts driven by Thatcherite ideology there was also the question of the way in which British relations with Argentina impinged upon those with Chile. At the time of the Falklands conflict both Britain and Chile went to great pains to refute the idea that they might have a common interest in the military defeat of Argentina. The idea that there have been specific collaboration was of course dismissed even more summarily. But the evidence suggests otherwise (LITTLE, 1990: p. 157).

Diferentemente do Brasil, que havia adotado a caminho da transição democrática em 1979, o Chile, em 1982, ainda não possuía nenhuma perspectiva de abertura política para um regime democrático e o governo Pinochet ainda se baseava em uma “Doutrina de Segurança Nacional” para a região assim como o governo Leopoldo Galtieri, líder da Junta Militar Argentina. Dessa forma, diferentemente do Brasil, os pronunciamentos dos chilenos na crise refletiriam um ambiente de insegurança que permeavam as relações do Chile com a Argentina América Latina, não demonstrando qualquer tipo de ponderação, moderação ou pragmatismo.

Devido às poucas vinculações da economia chilena à América Latina, (oriunda do maior atrelamento das vendas do país ao mercado externo) o Chile encontrava-se com suas participações suspensas na Comunidade Andina de Nações (CAN) e na ALALC. O governo Pinochet também pouco participara dos esforços de “reconstrução” do comércio regional através da ALADI (1980), apesar de ter sido membro fundador do acordo.

A possibilidade de guerra com a Argentina fez aumentar consideravelmente os gastos do Chile com defesa nos anos anteriores ao conflito das Malvinas: em relação à participação do Chile da compra de armas em relação ao seu PIB, observamos a seguinte proporção: 3,5% em 1976, 4,1%, em 1979, 4,6%, em 1980 e 5,2% em 1982. Para efeitos de comparação, no Brasil sob a égide do “universalismo pragmático” do governo João Figueiredo, esse gasto representou somente 1,2% do PIB brasileiro em 1981 (MELLO, 1996: p. 187).

O fator “dívida externa” não contava consideravelmente para a formulação da política externa, como pesava, por exemplo, para a diplomacia brasileira. Para Fernando Matthei, membro da Junta Militar chilena e Comandante da Força Aérea de seu país, a orientação da diplomacia chilena, seguindo o modelo económico adotado por Pinochet era: “a principal junta's efforts to maintain power and legitimacy in the eyes of the U.S. and the U.K.”⁶⁶.

O governo argentino superestimou também um “pequeno” litígio territorial entre Chile e Grã-Bretanha que ocorria desde o século XIX: a disputa pela soberania das ilhas Shetland do

⁶⁶ http://en.wikipedia.org/wiki/Fernando_Matthei às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

Sul na Antártica. Galtieri e os principais estrategistas da Junta Militar argentina imaginavam que esse imbróglio (paralisado desde 1961, quando um acordo permitiu a ocupação das ilhas por diversas delegações) fosse atuar na balança como *neutralizador* da balança geopolítica da região e fazer o Chile pensar mais um pouco na “associação automática” com os britânicos. De todo modo, os argentinos mais céticos já contavam com a “deserção” chilena, apesar de não esperar que ela fosse se refletir em apoio militar direto como ocorreria:

[O Ministro] Costa Mendez offered a strategy no less tough, though ostensibly far less painful (...) there was to be a reassertion of Argentina's regional supremacy (...). Galtieri, as army commander in 1981, had already put his weight behind rejecting the Vatican arbitration (by the dispute with Chile over a group of island in the Beagle Channel). Costa Mendez formally repudiated Argentina's 1972 treat with Chile. Troops detachments were moved to the southern border area and relations between the two nations reached an unprecedented low. Throughout the Falklands war, Argentina was afraid of a Chilean opportunist attack on her rear and kept some of her best winter-trained commando troops away from the Falklands near the Chilean frontier as a precaution (HASTINGS e JENKINGS, 1983: p. 63).

Alguns membros do governo Pinochet lembraram que a política econômica do Chile convergia com os modelos econômicos e políticos adotados por Reagan e Margareth Thatcher internamente pelos mandatários e que pretendiam “exportar” para o mundo, O “trio” que adotavam uma experiência econômica semelhantes entre si, além de serem regimes políticos de direita, baseados em governos fortes e autoritários. Os três líderes, de forma pioneira no mundo, descartaram o “keynesianismo” enquanto lógica de atuação dos Estados Nacionais capitalistas, o que demonstrava assim haver grande compatibilidade ideológica entre ambos.

Diferentemente da abordagem brasileira, teremos que analisar a difícil situação das relações entre Chile e América Latina. No momento da invasão argentina, o Chile via-se pressionado por históricos problemas de fronteira envolvendo Lima, La Paz e Buenos Aires; ou seja, com todos os seus vizinhos com os quais tinham fronteiras terrestres. Essas reivindicações “múltiplas” colocavam Santiago em uma posição delicada no continente, correndo o risco de sofrer múltiplas fraturas territoriais.

Peru e a Bolívia na verdade tinham em mente que a vitória argentina nas Malvinas poderia abrir precedentes para que ambos pudessem se arriscar militarmente na tentativa de recuperação dos territórios em litígio com o Chile. No caso boliviano, recuperar a saída para o mar que lhe fora retirada por Santiago no século XIX (na guerra do Pacífico). Nesse sentido,

Argentina e Bolívia haviam assinado um tratado secreto em 1979, no qual Buenos Aires reconhecia o direito boliviano ao porto de Antofagasta, no norte do Chile.

Em relação ao Peru, o governo de Buenos Aires lhe reconhecia o direito às províncias chilenas de Aricas e Tacna tomadas na guerra do Pacífico. Em caso de sucesso nas Malvinas, além do risco da Argentina lançar-se militarmente sobre Beagle, os governos de Lima e La Paz poderiam facilmente invadir as regiões litigiosas com Santiago, abrindo três frentes de combate contra as quais dificilmente o país andino teria chance de defesa em caso de guerra.

Mesmo se levados em conta os interesses financeiros recíprocos, a associação econômica entre Santiago e Buenos Aires reproduzia as dificuldades nas relações políticas. Os níveis de intercâmbio entre Chile e Argentina eram extremamente tímidos em 1982, visto que a balança comercial entre os dois países alcançou somente US\$ 300 milhões de dólares, um valor muito aquém de dois países que possuem fronteiras terrestres de mais de 4 mil quilômetros podia apresentar. No ano da guerra das Malvinas (1982), a Argentina vendeu somente US\$ 151 milhões para os chilenos, enquanto os chilenos venderam US\$ 150 milhões aos portenhos. Para efeito de comparação, em 1978 (antes da crise de Beagle), o comércio bilateral havia atingido a cifra de US\$ 400 milhões de dólares (ORREGO, 1990: p. 77).

De acordo com Oscar Gomá (2003), os números da economia chilena durante 1982 justificavam a associação do país andino com os “apoiadores” do direito britânico sobre as ilhas. Os investimentos estrangeiros diretos no país alcançaram a cifra de mais de US\$ 500 milhões de dólares anuais entre 1979 e 1982, um recorde histórico. Para efeitos de comparação, em 1973, (no auge da crise do governo Allende), a média de investimentos no Chile alcançou somente US\$ 45 milhões (GOMA, 2003: p. 291).

Em termos de comparação entre números militares, as Forças Armadas Argentinas possuíam um poder de fogo muito maior do que o Chile em 1982. Por esse motivo, “o Chile encarava a presença britânica no Atlântico Sul como um freio às ambições navais argentinas e opunha-se de todas as maneiras à devolução das Malvinas (...)” (MELLO, 1996: p. 110).

A Revista brasileira “Veja”, edição 710 do dia 14 de Abril, (a primeira sobre a crise das Malvinas) lembrara-se de um grande exercício militar realizado pelo Chile, algumas semanas antes da invasão argentina nas Malvinas, na região do canal de Beagle. A “simulação” envolveu grande parte da Marinha e da Força Aérea chilena e tinha como inimigo em “potencial” um país com características semelhantes à da Argentina.

O interesse geopolítico dos militares chilenos na região das ilhas se baseava também no recém firmado Tratado Antártico de 1980. Na visão de Santiago, o controle das Malvinas pelos argentinos oferecia argumentos jurídicos para que Buenos Aires reclamasse territórios mais extensos no “continente gelado” com base no princípio da ampliação de sua projeção continental que era aumentada com a incorporação do arquipélago ao território argentino. Se os argentinos reconquistassem as ilhas de Beagle juntamente com as Malvinas, o Chile teria suas pretensões territoriais na Antártica drasticamente reduzidas para um grande rival.

Enquanto a euforia tomava conta das ruas de Buenos Aires por conta da ocupação das ilhas em 2 de Abril, alguns gritos entusiasmados de populares presentes à Praça de Maio se destacavam entre os demais: “Paredão para os ingleses e amanhã para os chilenos” (DUARTE, 1986: p. 435). Sobre tais manifestações dos populares argentinos, Fernando Matthei, Comandante da Força Aérea chilena e um dos membros da Junta Militar de seu país em 1982⁶⁷, dissera que o presidente argentino Galtieri já havia dito que os chilenos seriam os seguintes. Na visão de Matthei, o presidente argentino: “parecia Mussolini. Nos preocupó que después las islas Malvinas apuntarán hacia acá.” (BALZA, 2003: p.41).

Já no Palácio La Moneda, um “constrangedor” silêncio marcou os primeiros dias da crise das Malvinas. A postura inicial do governo Augusto Pinochet se resumiu a uma nota diplomática inócua emitida pelo porta-voz do regime militar, em nome do chanceler René Rojas, onde se afirmava que o seu governo “estava analisando os últimos incidentes na região com grande atenção”. A surpresa chilena pela invasão argentina às Malvinas (na realidade um choque para todos os países do mundo), entretanto, é confirmada por Fernando Matthei: “En primer lugar, debo decir que la guerra de Las Malvinas nos tomó a todos por sorpresa. Me enteré de ello leyendo *El Mercurio* por la mañana. Jamás pensé que los argentinos serían tan locos (...). Nunca en mi vida pensé que podían ser tan idiotas”⁶⁸.

O governo Augusto Pinochet via com grande desconfiança e tensão os primeiros posicionamentos adotados pelo Peru e pela Bolívia na crise que se instalara nas Malvinas. O enfático apoio dado pelos governos de Lima e La Paz aos argentinos na crise, inclusive com aceno de ajuda militar maciço à Buenos Aires, tinha origem com a possibilidade de reativação

⁶⁷ O Chile, oficialmente, era comandado por uma Junta Militar, formada pelos Comandantes das Três Forças Armadas, apesar da figura central exercida por Augusto Pinochet, mas que monopolizava todas as decisões.

⁶⁸ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

desses antigos problemas de fronteira com o Chile, caso a invasão argentina fosse “premiada” ou passasse sem punições “exemplares” da comunidade internacional.

O silêncio em torno da crise das Malvinas era um importante indicativo apontava de que Pinochet utilizou-se o censura da imprensa do país para esconder informações e indícios evidentes de que os chilenos cooperariam com os britânicos. Tal “mordaza” (amparadas por um grande constrangimento) estava sendo conduzida com a conivência da imprensa inglesa em estreita cooperação com o Ministério das Comunicações do país.

À pedidos de membros do governo Thatcher como o chanceler Francys Pim, a rede BBC de Londres divulgava de forma contínua notícias que eram veiculadas em Santiago de que os chilenos eram inimigos abertos dos argentinos, explorando da melhor forma possível essa rivalidade. Lembravam-se detalhadamente dos últimos incidentes na região desde 1978, afirmando reiteradamente que o conflito ainda não havia sido superado. Destacamos por exemplo o fato de que os três maiores jornais britânicos se referirem ao líder da Junta Militar Leopoldo Galtieri como um “ditador fascista”, enquanto Augusto Pinochet era tratado como “um dos maiores presidente da História do Chile” (TERRAGNO, 2002: p. 59).

Alguns analistas militares chilenos na época lembravam-se das feridas “não cicatrizadas” em torno da questão das ilhas do Canal de Beagle, que se localizavam a poucos quilômetros das ilhas Malvinas. Na visão de um deles: “A nosotros no nos convenía que los argentinos les pegaran a los ingleses, porque entonces seríamos los siguientes” (BALZA, 2003: p.41).

Alguns apontamentos confirmam essa “tese”: se os argentinos tivessem êxito nas ilhas Malvinas e a invasão passasse impune contra uma potência militar (a Grã-Bretanha), imaginava-se naturalmente que o pior poderia se esperar em um curto espaço de tempo para um país muito menor e com muito menos chances de defesa como o Chile.

Os chilenos também devem ter levado em conta que o linha-dura Leopoldo Galtieri, promotor da aventura nas Malvinas, quando era Comandante do Exército antes de assumir a presidência em 1981, mandara pessoalmente fechar as fronteiras de seu país com o Chile somente como represália à prisão de um casal de argentinos acusados de espionagem, contra uma ordem direta dada pelo então presidente Roberto Viola (1981).

Perguntavam os chilenos mais atemorizados com a invasão de Buenos Aires nas Malvinas: “O que o “ousado” general argentino não poderia fazer contra o Chile para manter o

furor nacionalista sobre o país e fortalecer ainda mais a sua Junta Militar?⁶⁹ Não somente Galtieri ameaçava diretamente o Chile, mas também uma Junta composta pelos elementos mais radicais das Forças Armadas Argentinas sem nenhum pudor ou senso de coerência quanto ao respeito ao Direito Internacional ou às determinações dos organismos como a ONU.

Nessa conta, deveria levar-se em conta também que o governo chileno cultivava boas relações com o Primeiro Mundo, e em especial com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, desde o começo dos anos 80. O chanceler René Rojas com certeza deve ter se lembrado, por exemplo, que o laudo arbitral favorável aos chilenos na questão da soberania das ilhas do Canal de Beagle em 1978 fora expedido pela Rainha Elizabeth II.

Como o Brasil já havia adotado uma postura internacional independente e pragmática desde o governo Geisel (1974-1979) e a Argentina perdera grande credibilidade junto às potências do norte após a invasão das Malvinas, o governo chileno viu uma grande oportunidade de se sobressair na crise como aliado mais confiável e dócil dos EUA e da Grã-Bretanha na região, ao longo dos anos 80, o que lhe renderia dividendos oriundos do *status* de aliado preferencial das duas potências na região, sobressaindo-se o papel de coadjuvante dado pelos seus vizinhos, com base sobre seu escasso território, população e PIB do país.

Os primeiros dias da crise das Malvinas esconderiam na verdade contatos preliminares de autoridades do Chile e do Reino Unido de segundo escalão (na maioria, adidos militares de suas respectivas Embaixadas) realizados em caráter emergencial. Tais reuniões de trabalho estavam cercadas da mais estrita confidencialidade, visto que o Chile possuía “obrigações de solidariedade” com a Argentina e com o continente como, por exemplo, o cumprimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947).

Um dos postulados mais importantes do governo Pinochet era o de intangibilidade (cumprimento) aos acordos assinados. O não cumprimento do TIAR naquela crise era uma hipótese que atemorizava alguns membros mais pragmáticos do governo chileno e que gerou grande mal-estar entre os defensores de uma “estrita” neutralidade chilena na crise.

Os chilenos encontravam-se na realidade diante de um grande dilema: sabiam que se aliando aos britânicos estariam traindo a “solidariedade hemisférica” em um momento internacional de grande valorização da idéia de “região”, podendo ser acusados posteriormente

⁶⁹ O general Galtieri, em entrevista concedida à Revista brasileira “Veja” durante a ocasião de sua posse na presidência argentina, em Dezembro de 1981, disse que o Chile “devia saber até onde podia esticar a corda”.

de não atuarem a favor da preservação da unidade e de seu próprio “sistema” internacional no qual estavam inseridos e do qual na prática deveriam lutar pela sua manutenção.

Na realidade, os chilenos encontravam-se constrangidos somente com a possibilidade de não respaldarem uma posição histórica da diplomacia, visto que o país andino possuía uma postura tradicional de apoio aos direitos argentinos sobre as Malvinas manifestadas publicamente e interruptamente, desde os anos 40 até o governo Allende (1970-1973). Se esta posição fosse alterada radicalmente, uma grande incongruência poderia permear a diplomacia chilena e justificar para os mais cétricos que, por conveniências de momento, Pinochet aliara-se à Grã-Bretanha, sendo acusado posteriormente de incoerência diplomática.

Desde a invasão argentina, um acordo ultra-secreto entre Pinochet e Thatcher já estava sendo arquitetado com base no que os chilenos mais poderiam oferecer de utilidade aos britânicos no esforço de guerra: o oferecimento de suporte logístico e envio de informações preciosas para as operações militares que se desencadeariam em um curto espaço de tempo⁷⁰.

[En el caso chileno], las afinidades ideológicas y económicas con Gran Bretaña (y las dificultades limítrofes con Argentina) hicieron muy difícil la mantención de la neutralidad y aún más difícil la participación de Santiago en una solidaridad regional ya que (...) en ámbito local, los militares chilenos han enfatizado la necesidad de contar con armamento que les permita disuadir potenciales amenazas territoriales por parte de los vecinos. El equilibrio con Peru y Argentina há sido fuente de preocupación constante (...). En la percepción de los grupos nacionalistas y de los geopolíticos argentinos, Chile siempre fue considerado un país expansionista que ha sido necesario contener (ORREGO, 1990: p. 45).

O mais grave do episódio era que a iniciativa de oferecimento de bases militares para os britânicos partiu dos próprios chilenos, segundo o Comandante da Força Aérea do país, Fernando Matthei. A Grã-Bretanha deixou claro que contentava-se com o apoio diplomático ou até mesmo com a cessão de informações referentes à composição das Forças Armadas Argentinas. Acertou-se também que os chilenos repassariam códigos secretos de alguns armamentos argentinos e colaborariam de maneira pontual com os acontecimentos nas ilhas.

No dia 3 de Abril de 1982, os embaixadores de Peru, Bolívia, Panamá, Honduras, Paraguai, Brasil, Uruguai, Equador, Costa Rica e Venezuela nas Nações Unidas assinariam

⁷⁰ Vale lembrar que o principal problema dos britânicos no conflito era de ordem logística. As ilhas se localizavam a mais de 10 mil quilômetros da Inglaterra e a mais de 6 mil quilômetros da base militar de Ascensão, ponto de apoio britânico mais próximo do teatro de operações.

uma moção de apoio aos direitos argentinos na crise das Malvinas, amparados no princípio de “solidariedade continental”. Tal atitude representaria a primeira das diversas medidas de apoio da América Latina à Argentina, mas que não receberiam respaldo dos chilenos.

No mesmo dia 3 de Abril, um dia após a invasão militar às Malvinas, o governo chileno fechou suas fronteiras terrestres com a Argentina como “medida de precaução”. O governo Pinochet sabia que seu raio de manobra diplomático era estreito, por isso, decidiu por adotar uma postura “oficial” de neutralidade (assim como o governo brasileiro) buscando não se indispor com nenhum dos dois lados e mostrar para a opinião pública sua isenção na guerra.

No dia 10 de Abril, uma semana após a invasão argentina, o Embaixador britânico em Santiago, John Heath, fora convocado ao Palácio La Moneda para conversas preliminares a respeito da crise. Na verdade, segundo Martin Balza (2003), os motivos do encontro foram a preparação para um pedido de apoio dos britânicos aos chilenos, enviado através de carta pessoal enviada pelo Comandante da Royal Air Force, Sir David Great a Augusto Pinochet.

Um dos momentos mais importantes da crise das Malvinas diz respeito ao encontro secreto entre o Comandante da Força Aérea chilena Fernando Matthei e o capitão da Royal Air Force, Sidney Edwards, realizado em Santiago. Naquele momento, já se discutiam sob quais aspectos o Chile prestaria seus serviços para os britânicos, de acordo com Walter Little: “within a week of the argentine invasion of the Falklands, a tacit agreement had been reached between Great Britain and Chile” (LITTLE, 1990: p. 157).

Augusto Pinochet havia dado o seu consentimento sobre o acordo e pedido a mais estrita confidencialidade sobre o tema (BALZA, 2003: p. 41). Se a cooperação com o Reino Unido se tornasse pública, causaria protestos dos latino-americanos e grande embaraço ao seu governo.

Fernando Matthei confirma o encontro: “Dos días más tarde se presentó mi oficial de inteligencia, el general (Vicente) Rodríguez (ex jefe del Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea) informándome que había llegado un oficial inglés enviado por el jefe del Estado Mayor de la Real Fuerza Aérea británica. Le dije que lo recibiría. Se trataba del Wing Commander (comandante de escuadrilla) Sidney Edwards”⁷¹. Continua Matthei:

Edwards me dijo que tenía plenos poderes para negociar, y que lo que a ellos más les apremiaba era información de inteligencia. Los ingleses no se habían preocupado para nada de Argentina. Sabían todo

⁷¹ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

lo inimaginable sobre Unión Soviética, pero de Argentina no sabían nada. Edwards me preguntó en qué podíamos ayudarlos. Le contesté que no me mandaba solo y que hablaría con el general Pinochet⁷²

Sobre a conversa que tivera com Augusto Pinochet posteriormente, Fernando Matthei recordara que: “Conversé con él en términos muy generales, informándole que teníamos una gran oportunidad (...). Pinochet estuvo de acuerdo en que yo trabajara con los ingleses, siempre que no se supiera, y ambos estuvimos de acuerdo en que por ningún motivo debía enterarse de ello ni siquiera el Ministerio de Relaciones Exteriores”⁷³:

Con el general Augusto Pinochet quedamos en mantener esto en absoluto secreto, y luego volví a reunirme con Sidney Edwards, informándole que tenía carta blanca en el asunto y que operaríamos de acuerdo con mis criterios. Edwards me dijo que tanto el agregado de Defensa inglés -un marino- como la Embajada Británica no sabían de su existencia y que no debían enterarse. Edwards viajó entonces a Inglaterra para analizar qué podíamos hacer nosotros y a su regreso trajo autorización para que les diéramos información de inteligencia.⁷⁴

Questionado se Pinochet sabia com riqueza de detalhes do conteúdo das operações anglo-chilenas, Matthei dissera que: “Nunca le contaba nada [embora soubesse da ajuda prestada]. Empecé a no contarle por una sola razón: si “saltaba la liebre”, quería que Pinochet estuviera en condiciones de jurar que él no sabía nada. De esa forma, podría decir que el culpable era el imbécil de Matthei y que lo echaría de inmediato. Nosotros siempre vamos a ser vecinos de Argentina, por eso no podíamos echar a perder para siempre esas relaciones”⁷⁵.

Na segunda semana de crise, Matthei assumiu que o Chile mobilizou 20 mil homens para as fronteiras mais críticas com a Argentina, principalmente àquelas situadas ao longo de Río Negro e Neuquen, para distrair efetivos argentinos e obrigá-los a se mobilizar para acompanhar os movimentos de “despiste” dos chilenos: “La ayuda chilena incluyó ciertamente la Armada y al Ejército. La flota de guerra de esse país zarpó, en Abril de 1982, del puerto de Valparaíso com rumbo sur, operando con estricto silencio de radio, en un esfuerzo por obligar a los argentinos a distraer recursos militares de las islas” (BALZA, 2003: p. 43).

⁷² <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

⁷³ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

⁷⁴ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

⁷⁵ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

A atitude chilena de deslocar tropas para as regiões consideradas mais tensas com a Argentina envolveu grandes efetivos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Algumas manobras militares eram “inéditas” na História chilena, o que indicavam que foram propositais:

La actitud de Chile, que por primera vez en su historia, concentró durante el conflicto de Malvinas la totalidad de su flota en Bahía Oceano, a la vista de las islas “fueguinas”, Además de despalazarse por completo hacia el sur, Chile también mobilizó 20000 efectivos terrestres y concentró en Punta Arenas el grueso de su Fuerza Aérea (VERBITSKY, 2002: pp. 218-219).

À pedidos do governo argentino, concentrado em seu esforço de guerra contra os britânicos, o governo peruano mobilizou homens para a sua fronteira com o Chile para que essa mobilização obrigasse Pinochet a transferir soldados da guarnição próxima à fronteira sul com a Argentina, diminuindo-se assim as pressões exercidas por Santiago contra regiões como a Patagônia e a Terra do Fogo. Os soldados despachados por Pinochet para essas regiões foram enviados para a fronteira com o Peru para conter a “possível” ameaça vinda de Lima.

O general argentino Ernesto Gugliamelli, um dos militares mais respeitados em seu país, afirmara em um artigo da Revista “Estrategia” que a ocupação das Malvinas fora um enorme erro de cálculo da Junta Militar Argentina, não somente pelo fato de enfrentar-se diretamente uma grande potência nuclear, mas também pela grande expectativa de enfrentamento iminente com o Chile que predominara durante toda a primeira metade dos anos 80:

Encarar militarmente as Malvinas com a questão pendente do Canal de Beagle podia fazer com que eles [os chilenos] nos atacassem pelas costas. O problema com o Chile impôs a retenção de considerável força argentina no continente. A guarnição das ilhas Malvinas ficou praticamente isolada, porque os oficiais gerais, em sua maioria, tiveram que permanecer em terra (DUARTE, 1986: p. 371).

O Embaixador chileno em Buenos Aires, Sergio Onofre Jarpa, dissera no início da crise, em um tom desafiador, que “en lo que se refiere a Chile, la Argentina tiene las espaldas cubiertas” (BALZA, 2003: p. 41). Segundo Martin Balza (2003), Fernando Matthei, membro da Junta chilena, confirmaria o discurso belicista adotado pelo Chile contra a Argentina afirmando: “que el enemigo de mi enemigo es mi mejor amigo” (BALZA, 2003: p. 42).

Sem dúvida, uma intensa campanha psicológica fora desempenhada na imprensa chilena para pressionar os argentinos. Controlada pelo governo Pinochet, jornais e revistas oficiais

chilenas se referiam à invasão das ilhas Malvinas como “reivindicaciones territoriales argentinas en desmedro de los intereses chilenos” (BALZA, 2003: p. 42).

Na reunião de consultas da OEA pedida pelo governo argentino em meados de Abril para pressionar diplomaticamente os britânicos, enquanto 11 países do continente votaram “sim” pela consulta de Buenos Aires (Argentina, Brasil, Bolívia, Peru, Uruguai, Paraguai, Equador, Honduras, Panamá, Venezuela, El Salvador, Nicarágua e Guatemala); tanto os Estados Unidos quanto o Chile se abstiveram de votar, em claro posicionamento de boicote aos argentinos.

Na declaração oriunda daquele encontro em 26 de Abril (documento claramente favorável às aspirações da Argentina), o Chile se absteve de votar (juntamente com os EUA e Trinidad e Tobago). O chanceler chileno René Rojas dissera na ocasião ser inoportuna e incondizente a invocação do TIAR para a crise das Malvinas, visto que a primeira agressão partiu da Argentina (exatamente a mesma posição adotada pelos Estados Unidos de Haig).

Registrara-se que o chanceler chileno argumentou na reunião que o artigo 2º do TIAR obrigaria os argentinos a cumprirem primeiramente as determinações ditadas pelas Nações Unidas e nesse sentido, os portenhos teriam que cumprir primeiramente a Resolução 502 do Conselho de Segurança e se retirarem das ilhas para, somente depois, os argentinos levarem o caso para um foro interamericano e argumentação de Buenos Aires ser válida. Os chilenos sabiam na verdade que os militares argentinos não podiam cumprir a determinação da ONU.

O Chile também desestimulou as tentativas de cessar fogo geridas pelo presidente peruano Fernando Belaunde Terry, por saber que o mandatário era simpático à causa argentina. Pesava também o fato de que o que interessava para Santiago era ver a Argentina sempre na defensiva diplomaticamente e que os desdobramentos da guerra colocassem um ponto final definitivo nas antigas e históricas aspirações territoriais de Argentina, Peru e Bolívia.

De acordo com Martin Balza (2003), o Chile viu na Guerra das Malvinas uma grande oportunidade para reforçar sua Força Aérea, ampliando sua presença na região austral, recebendo importantes dividendos materiais e políticos, além de evidentemente enfraquecer a Argentina, obrigá-la a cumprir o laudo britânico de 1978 que concedia a soberania do Canal de Beagle para Santiago e desestimular a investida de Peru e Bolívia sobre seus territórios.

O governo Pinochet, durante o curso do conflito, obteve dos britânicos 6 aviões “Camberra” e 4 caças “Hawk Hunters” para supervisionar a movimentação de tropas

argentinas na área do conflito. No final da guerra, os militares chilenos receberiam alguns aparatos como “premiação” e alguns outros a preços bem menores do que o preço de mercado.

A operação ultra sigilosa envolvendo aparatos britânicos consistiu no envio de 6 bombardeiros Camberra da Inglaterra para o sul do Chile, via Belize⁷⁶, ex-colônia britânica e base militar importante para a Grã-Bretanha. No pequeno país da América Central, as aeronaves foram repintadas com as insígnias da Força Aérea chilena (FACH). Dali, os aviões seguiriam para a base chilena de Punta Arenas, no extremo sul do continente americano.

O Camberra era um grande avião capaz de realizar reconhecimento fotográfico a baixas altitudes, despistando os radares argentinos. Juntamente com tais aeronaves, um avião civil britânico “Moondrop” (similar a um “707” de passageiros) fora despachado para a mesma base militar, mas adaptado para missões de inteligência, infiltração e guerra eletrônica.

No final de Abril, a base militar de Punta Arenas recebera grande contingente de pessoal especializado britânico. Aproveitando-se do fato de que a região era rota de vôos comerciais, os aviões espões britânicos camuflados (operados por chilenos e ingleses, mas com insígnias chilenas⁷⁷), repassavam informações estratégicas sobre tudo o que acontecia no continente, principalmente em solo argentino, diretamente para o comandante da força tarefa britânica Almirante John “Sandy” Woodward⁷⁸. Acontecimentos como esse demonstravam a grande importância que o Chile exerceu no desenrolar dos acontecimentos e para a vitória britânica.

Tais movimentações de inteligência faziam com que os britânicos soubessem previamente quais aparatos argentinos estavam se dirigindo para atacar as esquadras inglesas. Dessa forma, os militares da força tarefa britânica tinham melhores condições de se defender dos ataques dos *Mirages* argentinos, já que eles eram “telegrafados” com certa antecedência.

Tal prática fora confirmada pela senadora chilena Evelyn Matthei: “La Fuerza Aérea informaba instantáneamente a un comandante de La Royal Air Force, quien por medio de una conexión satelital alertaba a la flota británica” (VERBISTZKY, 2002: p. 220). Os britânicos aproveitavam-se assim de toda uma estrutura de espionagem já montada desde 1978 que o Chile mantinha para vigiar os movimentos militares argentinos na região da fronteira sul.

A base militar de Punta Arenas serviu como uma espécie de receptora de informações para a Grã-Bretanha em solo americano. Tais dados eram obtidos ilegalmente por meio de

⁷⁶ Belize também era membro da Commonwealth, organização que respaldava diplomaticamente os britânicos.

⁷⁷ Prática condenada pelas leis de guerra como a Convenção de Genebra.

⁷⁸ Os aviões argentinos saíam das bases continentais do país para atacar posições britânicas nas ilhas.

frequências de rádio clandestinas instalados pelos chilenos e que por vezes interferiam na comunicação entre os argentinos, confundindo-os e exercendo forte pressão psicológica:

La acción psicológica contra la Argentina en las radio chilenas comerciales, las interferencias insultantes de voces chilenas en las transmisiones de radio aficionados argentinos y la reiterada mención a las islas como “Falklands islands” en la prensa andina son indicios de que hubo una gran falta de amistad con los argentinos (VERBITSKY, 2002: p. 219).

O jornalista argentino Rodolfo Terragno (2002) destaca que os melhores jornalistas ingleses, incluindo câmeras e outros técnicos de televisão foram deslocados prontamente para Punta Arenas e que não haveria outros motivos para que ali se estabelecessem a não ser mandar notícias sobre o grande número de militares britânicos destacados naquela base⁷⁹.

Max Hastings e Simon Jenkins (1983) lembram que Santiago também serviu como ponto de importante apoio para o abastecimento das aeronaves britânicas: “The RAF’s C-130 Hercules could not be refuelled in the air, and the only hope for us was perhaps to route them via a unique friendly Latin American country: Chile (p. 88).

Os chilenos forneceram combustível, suprimentos e informações para os britânicos instalados no país andino a partir de Abril. O governo Pinochet havia respondido, desde o início da crise, com um espírito de grande amizade e colaboração irrestrita a todos os pedidos feitos pela Grã-Bretanha durante a guerra (VERBITSKY, 2002: p. 219). Segundo Hastings e Jenkins (1983): “the chileans themselves maintained close links with London throughout the war, through a continuous shuttle of military attaches between the two capitals” (p. 168).

Um desses pedidos diz respeito à outro caso célebre diz respeito: a cessão sem qualquer tipo de ônus do petroleiro chileno *Tidepool* de 14 mil toneladas à força tarefa britânica. Ao decorrer do conflito, os britânicos faziam requisição de embarcações civis para o esforço de guerra como transatlânticos e demais aeronaves ou embarcações civis de bandeira inglesa, principalmente àqueles que o auxiliassem a transpor as dificuldades logísticas.

O *Tidepool* era uma antiga embarcação britânica (civil), que acabara de ser vendida para os chilenos, mas que requisitada pelos britânicos, teve sua transferência de bandeiras adiada

⁷⁹ Vale destacar que os jornalistas britânicos eram extremamente bem recebidos no Chile, tendo ampla liberdade de atuação, sendo que a maioria deles preferia cobrir a guerra daquele país do que na Argentina, onde eram hostilizados e perseguidos não somente pelo governo como pela população.

para satisfazer a um pedido pessoal feito por Woodward. Os chilenos concordaram que a entrega fosse adiada e a embarcação pudesse compor a força de combate britânica nas ilhas.

O general argentino Martin Balza (2003), comandante da guarnição de seu país nas ilhas confirma que, ao longo de diversas batalhas da guerra das Malvinas, os chilenos interferiam propositalmente nas comunicações entre os seus comandos, desmotivando-os a prosseguir na luta: “soy testigo de alguna de ellos, los chilenos proferían insultos y comentarios hirientes hacia nuestras tropas” (BALZA, 2003: p. 43).

No dia 20 de Maio, a queda de um helicóptero britânico Sea King nas proximidades da base de Punta Arenas gerou mais suspeitas do posicionamento chileno no conflito. A queda do aparato deu-se em pleno território continental daquele país e o motivo alegado fora a de que o aparelho apresentou problemas técnicos no ar e buscou a base para um pouso de emergência.

Isso na verdade demonstrava como os britânicos já estavam com suas atividades militares avançadas em continente americano. Como a autonomia máxima de tal aeronave era de somente 450 quilômetros e a distância da base até as ilhas Malvinas era de 770 quilômetros, conclui-se que outros navios e aviões da força tarefa britânica estavam dando-lhe suporte e apoio nas proximidades do território chileno, obviamente com a conivência de Pinochet.

Após o Embaixador britânico em Santiago, John Heath, “lamentar” o incidente, o chanceler chileno René Rojas decidiu considerar satisfatórias as explicações e rapidamente encerrou o caso sem maiores explicações, reclamações ou punições aos seus tripulantes: “deberían quedar internados aç sí, porque esa es la ley internacional, pero les propuse otra salida”, assume Fernando Matthei (BALZA, 2003: p. 46).

O chanceler René Rojas deixou claro que os 3 tripulantes britânicos, encontrados 6 dias após o acidente, não sofreriam qualquer tipo de punição pela invasão de espaço aéreo chileno e seriam entregues à Embaixada britânica em Santiago sem nem mesmo os “protocolares” pedidos de desculpas. O caso, entre 1982 e 2005, nunca fora devidamente esclarecido.

O que vale lembrar é que em tal episódio, os 3 tripulantes britânicos deram explicações para o caso diferentes daquelas dadas pela chancelaria chilena. Enquanto os militares diziam que haviam procurado o Chile para o “pouso forçado” de sua aeronave, a chancelaria chilena alegou oficialmente que os militares imaginavam ter caído em território argentino; o que revelava uma grande desconexão de informações para o episódio e que na verdade escondia um grande mistério revelado por Fernando Matthei somente em 2005.

Segundo os relatos estarrecedores e assustadores de Fernando Matthei, nenhuma dessas hipóteses acima, entretanto, configurou-se como o que realmente aconteceu no caso:

“La única prueba tangible de que Chile algo tuvo que ver con Inglaterra durante el conflicto fue el episodio de un helicóptero británico que cayó a tierra cerca de Punta Arenas, y cuyos tripulantes fueron rescatados por uniformados chilenos. Ellos organizaron una operación -no de comandos, sino de "súper" comandos- para destruir los aviones Super Etandard franceses de la Marina argentina, que eran los que portaban los misiles Exocet. Los ingleses sabían que los argentinos tenían seis Exocet y ya habían comprobado su efectividad: con uno solo liquidaron al destructor Sheffield, un día después de que ellos hundieron al Belgrano. Pero los comandos que habían mandado para allá se perdieron, sin encontrar nada mejor que aterrizar en Chile. Lo hicieron al oeste de Punta Arenas, cerca de un camino, en el claro de un bosque. En seguida, decidieron incendiar la nave y aunque nadie los había visto descender, el humo se propagó en dos minutos, llegaron los carabineros, en fin. Tras quemar el helicóptero desaparecieron, comunicándose con Sidney Edwards por radio para saber qué hacían. Le contesté que llegarán hasta un determinado punto de nuestra base aérea, donde los esperaba un oficial de inteligencia nuestro. Allí les darían una tenida de civil y los pondrían a bordo de un avión Lan Chile o Ladeco hacia Santiago, para que desde aquí tomaran otro hacia Inglaterra. Eso fue exactamente lo que se hizo. Nosotros tuvimos que darles largas explicaciones [aos argentinos], jurando “de guata” que nada sabíamos. No sé si nos creyeron o no, pero la verdad es me enojé muchísimo con los ingleses y tuve que poner la cara con Pinochet, diciéndole: “Mire lo que hicieron estos imbéciles”. El general tuvo que llamar al Ministerio de Relaciones Exteriores y el Ministro Rene Rojas tuvo que dar explicaciones”⁸⁰.

O episódio do *Sea King* evidenciou que as atividades britânicas já haviam chegado em solo americano e também gerou graves suspeitas de que o governo militar argentino não tinha conhecimento da cooperação anglo-chilena, acreditando que o Chile ainda permanecia neutro. O comunicado oficial de número 67 emitido pela Junta Militar argentina em 21 de Maio de 1982 confirma que o governo Galtieri ainda acreditava na “isenção chilena”:

El Estado Mayor conjunto comunica que en la fecha 20 de Mayo de 1982, el gobierno chileno informó que había sido encontrado nas proximidades de Punta Arenas, um helicóptero *Sea King* britânico matrícula 2A-290, quemado y sin tripulantes. Las autoridades chilenas han ordenado la correspondiente investigación y efectuado la presentación pertinente ante el embajador de Gran Bretaña, ratificando así la posición adoptada en relación al presente conflicto [neutralidade] (TERRAGNO, 2002: p. 357).

⁸⁰ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

A infiltração de militares britânicos em território argentino para fins de sabotagem de aviões em solo era um fator ultramente complicador para as relações interamericanas, de acordo com general Martín Balza (2003), pois abalava completamente o princípio de “segurança hemisférica” com a conivência do governo chileno que alegava oficialmente não saber de nada e mais uma vez reafirmar a postura “neutra” do Chile na crise.

A visita secreta do embaixador “itinerário” do presidente dos EUA Ronald Reagan, general Vernon Walters, à Santiago, em meados de Maio de 1982, sugeria que o governo chileno estava em estreita conexão com os Estados Unidos na crise. Naquela altura, os Estados Unidos já haviam saído da “neutralidade oficial” e já apoiavam abertamente os britânicos (cooperação iniciada em 1º de Maio). Na realidade, os equipamentos eletrônicos cedidos pelos norte-americanos para os britânicos, para o seu uso efetivo na guerra, passavam pela colaboração chilena: “American electronic facilities in south of Chile were made available to Britain” (HASTINGS e JENKINS, 1983: p. 168).

Na segunda reunião de consultas da OEA convocada pela Argentina em fins de Maio para a obtenção de respaldo diplomático, o governo chileno se absteve de votar favoravelmente a uma Resolução que defendia Buenos Aires da agressão britânica e que pedia moderação por parte dos britânicos. Mais uma vez, a orientação de Pinochet consistia em não respaldar diplomaticamente os argentinos, apesar de 18 dos 21 participantes do continente votantes defenderem os “direitos” de Buenos Aires sobre as ilhas e pedirem moderação para os britânicos (abstenções de EUA, Chile e Trinidad e Tobago).

A segunda fase da cooperação entre Chile e Grã-Bretanha começou em fins de Maio e consistiu na instalação de uma base provisória para a instalação de militares britânicos. De lá, os ingleses poderiam realizar ações de sabotagem e infiltração em território argentino, principalmente contra bases aéreas que abrigavam os aviões “Super Etendart” e que levavam os “temíveis” mísseis Exocet, responsáveis pelos grandes estragos feitos pela Força Aérea Argentina à força tarefa britânica: “Chile received access to Punta Arenas air base for intelligence gathering along with Chilean naval intelligence” (LITTLE, 1990: p. 157).

No começo de Junho, a Grã-Bretanha se preparava para o desembarque maciço de tropas contra a capital das ilhas, Por Stanley. O plano inicial consistia em bombardear bases militares argentinas em continente a partir do território chileno, mas o intuito fora desmotivado pessoalmente pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, preocupado com a

repercussão de tal ação para as relações interamericanas, visto que os demais latino-americanos não aceitariam passivamente a invasão de território argentino (DUARTE, 1986: p. 539). O Chile, entretanto, alegava que o artigo 51 da Carta das Nações Unidas dava o direito de defesa a um país agredido de retaliar o agressor, independentemente das circunstâncias.

Diversos aparatos britânicos estavam prontos em território chileno, aguardando ordens para desencadear uma ofensiva terrestre contra os argentinos em Comodoro Rivadavia e Rio Gallegos. À muito custo⁸¹, o Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, conseguiu convencer os chilenos e os britânicos a abortarem tal “missão”. De acordo com a rede BBC de Londres, o diplomata teria “subido pelas paredes” quando soube dos planos dos dois países de conjuntamente invadir a Argentina, o que representaria o fim do sistema interamericano e a ampliação do conflito a proporções “incalculáveis” como a superpotência refutava⁸².

Mesmo assim, com a iminência da derrota argentina em Junho de 1982, o Chile deslocou mais efetivos da sua Marinha e da Força Aérea para a zona austral para acelerar a rendição de Buenos Aires e pressioná-los a desocupar militarmente à região próxima de Beagle. O governo Pinochet desestimulava qualquer tentativa de cessar fogo que fora proposta na Assembléia Geral da ONU, visto que qualquer acordo entre comunidade internacional e Argentina impediria o que o Chile esperava do conflito: uma derrota incondicional dos vizinhos que colocasse um final definitivo às aspirações territoriais portenhas sobre território chileno.

Ao término da guerra, todos os aparatos utilizados na guerra das Malvinas nas missões de infiltração e espionagem seriam cedidos gratuitamente pelos britânicos e incorporados às Forças Armadas chilenas, principalmente à Força Aérea do país (FACH). Com a cessão desses aparelhos e com as severas perdas militares dos argentinos no conflito com o Reino Unido, Pinochet esperava assim finalmente “equilibrar” o número as Forças Armadas de seu país com as da Argentina e manter-se em condições de conter qualquer ameaça em potencial.

Com o final da guerra, discutia-se como a cooperação anglo-chilena poderia continuar na região. De acordo com o deputado trabalhista britânico Michael Foot, o Chile podia oferecer alguns de seus portos para os navios ingleses que necessitassem permanecer no Atlântico Sul,

⁸¹ Os EUA prometeram ceder mais armas e informações de satélites aos chilenos e britânicos, caso eles declinassem da idéia de praticar algum ato de hostilidade aberta contra o território continental argentino.

⁸² Apesar do apoio enfático dos EUA ao Reino Unido no conflito, Alexander Haig (1999), em suas memórias, lembrara-se que se surpreendera com a grande disposição do Chile e do Reino Unido em humilhar os argentinos com uma derrota “incondicional” por meio de ações de grande magnitude ou vulto contra Buenos Aires.

depois do final das hostilidades das Malvinas, para garantir a segurança das ilhas e o cumprimento do cessar fogo com Buenos Aires.

Os chilenos foram “premiados” também com parte de todo o armamento argentino que ficou abandonado nas ilhas após a rendição de Buenos Aires. O antigo cruzeiro *Glamorgan* da Armada britânica, que seria desativado após o final do conflito, também fora incorporado à Marinha chilena (BALZA, 2003: p. 43). Fernando Matthei confirma essa cooperação: “Nosotros nos quedamos con el avión, con los radares, los misiles y los aviones. Ellos recibieron a tiempo la información y todos nos quedábamos felices”.⁸³

No pós-guerra, o Chile se configurou como o maior aliado britânico e norte-americano na América Latina. Os acontecimentos verificados durante a guerra das Malvinas inauguraram uma etapa fértil e produtiva nas relações anglo-chilenas. Para o governo Thatcher, que afirmara corriqueiramente que tinha ampla repulsa por regimes ditatoriais (“não satisfazemos a ditadores e nem depreciamos os direitos humanos”), era improvável que o regime conservador da mandatária desconhecesse os graves delitos cometidos por Pinochet.

Sobre as vantagens oferecidas pelos britânicos aos chilenos após a guerra das Malvinas, Walter Little (1990) afirmara que: “Chile received further easing of restrictions on sensitive deliveries included enriched uranium and an offer of Magnox technology (utilizada em reatores nucleares)” (p. 157). Dessa forma, com a colaboração britânica, Augusto Pinochet poderia assim realizar um de seus antigos sonhos: reativar o programa nuclear chileno.

Em uma entrevista concedida à Rede BBC de Londres em meados de Junho de 1982, Margareth Thatcher reafirmava a repulsa de seu governo com regimes ditatoriais, em clara referência à Argentina. Embaraçada quando questionada se essa opinião se referia também ao regime de Pinochet, Thatcher passara a palavra ao Ministro do Comércio britânico, Peter Rose, que dissera que o governo de Santiago era: “a moderating and stabilizing force and we looking forward to deepening and strengthening political relations” (LITTLE, 1990: p. 157).

Tal declaração acima se ampara, por exemplo, na postura cúmplice e na indiferença tanto de Estados Unidos quanto de Grã-Bretanha na ONU no que diz respeito às denúncias de desrespeito dos direitos humanos do regime Pinochet. Em diversos momentos de 1982, utilizando seu poder de veto, os dois países derrubaram Resoluções de boicote militar e embargo ao comércio de armas no Conselho de Segurança contra o Chile.

⁸³ <http://www.elchenque.com.ar/his/arg/malvinas/clavsec.htm> às 13 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

Algumas sanções econômicas adotadas pelos Estados Unidos de Jimmy Carter contra o governo Pinochet foram levantadas após a guerra das Malvinas pelo governo Ronald Reagan, logo após final da guerra. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha passaram a conceber o Chile como um dos seus aliados políticos e militares mais confiáveis na América do Sul, fazendo vista grossa à qualquer tentativa de desestabilização do governo Pinochet.

Alguns autores como Max Hastings e Simon Jenkins (1983) vão além e condicionam a derrota argentina diretamente à atuação chilena: “We suggest that Argentina might have won the war had she been allowed to employ the elite VI th and VIII th Mountain Brigades which remained sitting up in the Andes mountain chain guarding against Chile”.

Terminada a guerra, a TV estatal britânica se encarregou de revelar o papel determinante do Chile no desfecho da guerra das Malvinas. A grande quantidade de informações repassadas à inteligência britânica a respeito da tecnologia, do tamanho e da disposição dos argentinos para a luta foram decisivas para que os britânicos. O governo Pinochet teria sido conivente com a instalação de uma grande central de espionagem britânica próximo à fronteira com os argentinos que continuou suas atividades até 1988 (VERBITSKY, 2002: p. 219).

O próprio Ministro do Comércio britânico de Margareth Thatcher, Peter Rose, visitou Santiago dois meses após o final da guerra oferecendo grandes reduções tarifárias para o cobre chileno. Naquela conjuntura, enquanto os países ricos sobretaxavam as exportações de matérias-primas dos países emergentes como Brasil e Argentina, Santiago obteve diversos privilégios alfandegários da Comunidade Européia (LITTLE, 1990: p. 159). De acordo com a agência de notícias “Telam”, em meados de Junho de 1982, o presidente francês François Mitterrand, por pressão de Margareth Thatcher, vendeu radares e mísseis de longo alcance aos chilenos por preços “irrisórios”, bem abaixo dos valores de mercado (13/6/1982).

Na visão de Fernando Matthei, o Chile se aproveitou das dificuldades da Argentina na crise das ilhas Malvinas para se fortalecer militarmente e economicamente perante os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, suas principais prioridades econômicas naquele momento. Aproveitava-se assim de uma aliança que se construía a partir dos anos 70, mas que fora bastante aprofundada durante a guerra. Segundo Walter Little: “by 1982, bilateral relations were so cordial that there was taken of sales of even more technologically advanced weapons systems such as Jaguar aircraft and the carrier Hermes” (LITTLE, 1990: p. 157).

O relacionamento entre Chile e Grã-Bretanha fora tão íntimo ao longo da crise das Malvinas e nos anos posteriores, que preocupou inclusive os Estados Unidos. Desde a guerra, os britânicos ofereciam qualquer respaldo diplomático necessário que legitimasse o governo Pinochet e não os isolasse diante da comunidade internacional, apesar das crescentes denúncias de desrespeito aos direitos humanos cometidas pelo regime militar chileno.

Walter Little (1990) critica essa “nova” aliança de conveniências entre Thatcher e Pinochet: “Of course neither publicly acknowledged this element of realpolitik, but it serves as an interesting illustration of the commonplace contradiction between national security interests and commitment to human rights” (p. 149). Para Fernando Matthei: “Nosotros necesitábamos reforzar la fuerza Aerea y en ese momento no podíamos comprar en ninguna parte. Estábamos embargados por todos lados. Entonces, ahí tuvimos la posibilidad de adquirir material a muy bajo precio, que era del que teníamos en la FACH (Força aérea chilena)”⁸⁴.

A popularidade adquirida por Pinochet, diante dos EUA e da Grã-Bretanha, abriu portas importantes para que o Chile consolidasse algumas de suas políticas econômicas internas. Vale lembrar que naquela conjuntura, os Estados Unidos já começavam a exercer forte pressão pela redemocratização das nações latino-americanas, apesar da superpotência manter irrestrito respaldo diplomático às políticas econômicas adotadas por Pinochet.

A Grã-Bretanha fora o único país do mundo que concedeu abrigo político ao general Augusto Pinochet no final dos anos 90. Margareth Thatcher lembrara-se na ocasião, que “muitas vidas britânicas foram salvas por Pinochet e que o seu país lhe devia grande e eterna gratidão”. A antiga mandatária conservadora pressionou o governo trabalhista de Tony Blair para que este concedesse salvo conduto irrestrito ao ditador. O então Ministro da Justiça, Jack Straw, garantiu que o ditador não seria extraditado nem para o Chile nem para a Espanha, países onde respondia a processos por assassinatos, genocídios e massacres, dentre outros.

Na ocasião da morte do ditador chileno, em Dezembro de 2006, Margareth Thatcher afirmara, através de seu porta-voz, que se encontrava “profunda triste com a perda de um grande amigo”, mandando inclusive “sinceras condolências à viúva e aos filhos”⁸⁵. De acordo

⁸⁴ http://www.luisvargas.5u.com/6politica/matthei_malvinas.html às 12 horas do dia 17 de Setembro de 2010.

⁸⁵ <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1382124-5602,00.html> às 16 horas do dia 16 de Setembro de 2010.

com a reportagem, desde a época da guerra das Malvinas, os dois haviam se tornado amigos pessoais, tendo ambos inclusive tendo suas figuras associadas no cenário internacional⁸⁶.

A guerra consolidou uma dinâmica união entre Chile e Grã-Bretanha nos anos 80, apesar das distâncias e das incongruências que separavam ambos no sistema internacional: “To a large extent this way precisaly because of Chile was marginal to core British interests whether in respect of trade, history or military strategy but the same time seemed to be culturally comprehensible. This combination of insignificant with relevance goes some way to explaining why these relations became so cordial (LITTLE, 1990: p. 149).

Apesar do Chile hoje ser membro efetivo da América Latina e atuante nos acordos regionais, a postura claramente “oportunista” adotada pelo Chile atrasou o ingresso do país junto à América Latina, consolidando uma postura que seria constante ao longo dos anos 80 e confirmando a tendência histórica de alinhamento chileno com as nações extra-hemisféricas.

Capítulo 3: As implicações desses posicionamentos para as relações interamericanas.

A guerra das Malvinas apresentou ao mundo uma América Latina unida em torno da acuada Argentina, apesar dos poucos efeitos práticos dessa fusão. Desse modo, o conflito contribuiu decisivamente para fortalecer a idéia de “região” e dar argumentos irrefutáveis para a necessidade de promoção de cooperação e, posteriormente, integração sul-americana. Essa cooperação Brasil e Argentina seria catapultada pelos desdobramentos do conflito de 1982, atingindo níveis que redundariam no aprofundamento maior das agendas dos dois países.

O universalismo proposto pela chancelaria do último governo militar brasileiro seguiria como orientação básica da diplomacia nos anos seguintes. Desse modo, Brasília tratou de aprofundar a idéia nos anos de que o desenvolvimento nacional do país estava atrelado intimamente ao desenvolvimento regional e de que ambas não poderiam estar isolados e indissociáveis. Entre os militares brasileiros, surgiu uma importante percepção de que se um importante dispositivo geopolítico e econômico do continente como Argentina fosse arrasado, o próprio Brasil poderia sofrer efeitos catastróficos internos, que atrasariam permanentemente os grandes esforços do país para a estabilidade da região. O conflito representou a formação de

⁸⁶ Os dois mandatários saíram do poder no mesmo ano (1990). Seus regimes políticos foram muito duradouros (Pinochet, 17 anos e Thatcher, 11 anos) e as grandes transformações que cada um deles realizou não somente em seus países (“lideranças refundadoras”), mas também para o futuro das relações internacionais nos anos 80.

interesses em comum entre as nações da região; “ponta pé inicial” para o advento dos processos cooperativos e integracionistas que se desenrolariam na região nos anos 80.

Diferentemente do Chile que priorizava a formação de zonas exclusivas bilaterais, Brasília compreendia que o seu interesse nacional somente se daria em um processo de integração abrangente. Enquanto Santiago prezava o conceito de alinhamento da região com premissas extra-hemisféricas, o governo brasileiro passou a se pautar na autonomia como alicerce das políticas integracionistas conduzidas durante a redemocratização.

O conflito das Malvinas fora um grande aprendizado até mesmo para as orientações do Itamaraty no pós-1985. O evento bélico no Atlântico Sul demonstrou como noções como “regionalismo”, “autonomia”, “pragmatismo” e “universalismo” poderiam ser, além de concomitantes, condizentes com a formulação da política externa brasileira após o final do regime militar. A postura do Brasil na crise, preocupado com todos os foros com os quais possuía compromisso, mas antes de tudo, com a preservação da paz fora elogiada até mesmo pelo Secretário Geral das Nações Unidas, o peruano Javier Perez de Cuellar.

Para Celso Lafer (2004), chanceler do governo FHC (1994-2002), a universalização da política externa, que teve origem no governo Figueiredo (1979-1985), era o melhor tipo de credencial para o país, visto que “estava associada às próprias características geográficas, étnicas e culturais da nação” (...). “Representaria a pluralidade de interesses do Estado e da sociedade, as afinidades históricas e políticas, simbolizaria a preocupação em diversificar ao máximo as relações externas do país, pluralizar, ampliar e dilatar os canais de comunicação com o mundo” (VIGERANI, 2008: p. 12). As lições da guerra foram das mais diversas para as relações Brasília e Buenos Aires. De acordo com Túlio Vigerani: “após a guerra das Malvinas, as relações com a Argentina ganharam proeminência efetiva para a estratégia internacional do Brasil, mantendo um enorme significado ao longo dos anos 80 e 90 (VIGERANI, 2008: p. 9).

A postura do Brasil na crise das Malvinas, de grande preocupação com o seu entrono geográfico e com a estabilidade da região, fora pautada por uma lógica de ganhos e de usufruto de grandes vantagens que o apoio a uma “causa sagrada” para os argentinos poderia render para Brasília em um curto prazo de tempo, mais do que qualquer outra hipótese de alinhamento com os britânicos. O respeito ao Direito Internacional (ou um embasamento jurídico para todas as medidas tomadas pelo Brasil) também fora amplamente enumerado como um dos fatores mais positivos do posicionamento do governo Figueiredo.

O governo argentino fora vítima de um severo isolamento diplomático durante boa parte dos anos 80 e que era contrabalanceado somente pela maioria da América Latina, pelos países não-alinhados e pelas nações de Terceiro Mundo, que apesar das boas intenções, eram tidas como alianças que não rendiam resultados práticos de curto prazo. Apesar deste apoio não redundar em uma, a guerra possibilitou o reforço da confiança mútua entre os apoiadores do direito argentino sobre as Malvinas, visto que a questão das ilhas continua em aberto nos dias atuais. As mesmas nações que respaldaram Buenos Aires na crise de 1982 continuaram oferecendo importante apoio diplomático para os sucessivos governos portenhos.

A posição pragmática e coerente do governo brasileiro na guerra das Malvinas foi fundamental pra consolidar os laços de confiança e aprofundar os vínculos com a Argentina. O desarmamento das tensões com Buenos Aires, após a guerra, não permaneceu em nível meramente político, mas que migrou sobre todas as formas para um mecanismo cooperativo permanente que acompanharia os dois países durante a redemocratização (CERVO, 1994: p. 50). O restabelecimento da Ordem de Direito nos dois países em meados dos anos 80, possibilitou que essa cooperação fosse adiante e alcançasse níveis ainda maiores de interação.

A presença inusitada do então ultra-ortodoxo general argentino Reynaldo Bignone em uma reunião de cúpula dos não-alinhados em Nova Déhli no final de 1982 comprova de que maneira a guerra das Malvinas redirecionou as prioridades da política externa argentina. Acuados pela opinião pública internacional, Buenos Aires trataria de abandonar prontamente a sua posição de satélite dos Estados Unidos de Reagan na região (cultivada por Galtieiri) e excluir definitivamente a postura preventiva nas suas relações com a América Latina⁸⁷.

O mesmo general Reynaldo Bignone, sucessor de Leopoldo Galtieri na presidência argentina e último líder militar do país, agradeceriam com palavras efusivas a atuação do presidente brasileiro João Figueiredo na crise das Malvinas durante uma visita de Estado a Foz do Iguaçu (PR) em Janeiro de 1983. O apoio brasileiro aos argentinos no conflito recém-encerrado seria lembrado de forma constante e dominaria grande parte do encontro⁸⁸. Dois

⁸⁷ A Argentina, até a guerra, era conhecida por não compartilhar de muitos dos pressupostos ou não aceitar sua realidade de país periférico e subdesenvolvido. Noções corriqueiras na opinião pública internacional como a de que a Argentina era a “Suíça da América Latina” e de que o país não pertencia ao “Terceiro Mundo” foram definitivamente abandonadas pelo governo justamente pela humilhante derrota no conflito de 1982. Para Hastings e Jenkins (1983): “the Falklands defeat was probably the best thing to happen to Argentina in a half of a century”.

⁸⁸ Os dois mandatários lembrariam que o apoio do continente à causa argentina uniu a América Latina como em nenhum outro momento da História ocorrera até então. O apoio dos latino-americanos à Argentina na questão das

anos mais tarde, em 1985, na mesma cidade limítrofe, José Sarney e Raul Alfonsín assinariam as Atas de Integração de Iguazu, precursoras do Mercosul (CORTES, 2009: p. 121).

A postura dos Estados Unidos de Ronald Reagan se tornou contraditória, pois desmereceu a própria política da superpotência, de reativar questões militaristas, com bases no fortalecimento do TIAR e da guerra fria contra os soviéticos. Isso deu uma grande margem de manobra para que os latino-americanos revissem seus alinhamentos com Washington e promovessem, desde então, a busca por um desenvolvimento um pouco mais autônomo.

O professor Gerson Moura, em um artigo denominado “O anel que tu me deste era de vidro e se quebrou; o fim de uma era”, presente na edição de 4 de Julho de 1982 do periódico “Jornal do Brasil”, dava um panorama sobre a grave crise que se abatera sobre o sistema interamericano desde então. A perda de credibilidade da superpotência junto aos países latino-americanos se justificava pelo fato dos EUA terem ignorado o TIAR no episódio e deste acordo ter se tornado obsoleto nos anos seguintes à crise.

Na visão de Hélio Jaguaribe (1982), a guerra das Malvinas expôs de forma explícita a inconsistência do sistema interamericano, lembrando que a OEA perdeu legitimidade com o posicionamento norte-americano: o TIAR, apesar de não haver oficialmente terminado, perdeu muito de seu sentido de ser, após a postura dos EUA na crise das Malvinas. Para Brasil e Argentina, a ineficácia dos antigos mecanismos cooperativos fez com que ambos pensassem em novas formas de cooperação como as que marcaram as relações bilaterais nos anos 80 e que afastariam os Estados Unidos dos rumos ditados pelas duas nações.

A guerra das Malvinas atuou como mais um episódio de estabelecimento de confiança entre Brasília e Buenos Aires. O processo de redemocratização praticamente concomitante de Brasil e Argentina facilitaria o processo de integração bilateral, visto que criou no continente a importante conscientização de que nenhum processo de regionalização efetivo possuiria êxito prático sob a vigência de regimes de exceção ou governos politicamente instáveis. Daí a preocupação constante do Brasil com o seu “espaço vital”: a manutenção da estabilidade e da ordem em países limítrofes, verificada pioneiramente durante o conflito das Malvinas (1982).

A estabilidade da América Latina e o compromisso mútuo no desenvolvimento regional permearam as novas relações bilaterais pós-ditaduras militares e estavam atrelados

Malvinas ainda é uma prática constante até os dias atuais, visto que Buenos Aires continua reclamando nos foros interamericanos (até hoje, os que lhe dão mais respaldo diplomático para continuar brigando pela “causa”).

permanentemente ao processo duradouro de construção de confiança nos governos civis que se iniciariam a partir de 1985⁸⁹, três anos após o final do conflito das Malvinas. Luiz Alberto Moniz Bandeira (1987) comprova como o conflito ofereceu um importante legado para o fortalecimento das relações Brasil e Argentina nos anos 80:

Os entendimentos entre Sarney e Alfonsín em meados dos anos 80: “embora desdobrassem as primeiras negociações iniciadas por Figueiredo e Videla no início dos anos 80, evoluíram para uma dimensão cooperativa sem precedentes, não apenas econômica, mas, sobretudo geopolítica, em contraponto aos Estados Unidos e a Comunidade Européia, na medida em que os países emergentes se propuseram a construir um novo pólo de gravitação para descongelar o sistema internacional de poder (...). A guerra das Malvinas provocara um dissenso político tanto com a Comunidade Européia quanto com os Estados Unidos, em virtude da ativa solidariedade que ambos deram à Grã-Bretanha no conflito. Só restava a Argentina o caminho da associação com o Brasil”. (BANDEIRA, 1987: p. 67).

A crise econômica dos anos 80, portanto, também acentuou o processo de interdependência entre nações regionais. Propunha-se, a partir de então, a transferência de prioridades das relações inter estatais para as relações entre os seus povos, fator que a priori reduziria as tensões *causus belli*, justamente porque reduziria o papel do Estado e dos homens dele nas relações estatais. A nova ênfase das relações bilaterais nos anos 80 e 90 recairiam sobre a sociedade civil e suas multifacetadas formas de organização e interação, frutos dos processos de dinamização entre as nações que permeiam desde então as relações inter-estatais.

O espaço geográfico sul americano, desde a guerra, tornou-se mais um elemento estável do que um fator ameaçador nas relações brasileiras com o mundo. A correlação de forças envolvidas no conflito de 1982 expôs uma América Latina unida, porém isolada, e um Estados Unidos desmoralizado perante e pouco confiável diante do continente⁹⁰. Para Brasília, a guerra das Malvinas reforçou a acertada decisão do governo Figueiredo em cortar laços umbilicais com a superpotência capitalista e diversificar as inserções internacionais do país:

⁸⁹ Durante a guerra das Malvinas, um importante cientista político argentino afirmava que, com o conflito das Malvinas, a Argentina corria o risco de se democratizar antes do Brasil, apesar de Brasília estar em processo de abertura política desde 1979. A Argentina se democratizaria em 1983 e o Brasil somente em 1985.

⁹⁰ Confirmando as palavras da Embaixadora norte-americana na ONU, Jeannie Kirkpatrick, importante membro da Casa Branca e conselheira do governo Reagan que previra “one hundred years of animosity in Latin America” Segundo a diplomata, a união latino-americana durante a crise não tinha precedentes (DUARTE, 1986: p. 485).

Independentemente dos rumos que levam às relações Brasil e Argentina na atualidade, a necessidade de aproximação bilateral se tornou um caminho irreversível a partir dos anos 80. De “rivais históricos” a “aliados tradicionais”, as relações adquiriram caráter permanente e prioritário. Esse processo tornou-se natural e inevitável para Brasília e Buenos Aires, visto que cada um deles passou a ocupar um lugar central nas relações exteriores do vizinho.

Esse momento permanente de cooperação, oriundo em parte do posicionamento pró-Argentina na guerra de 1982, da adversidade da conjuntura internacional nos anos 80 e da péssima situação econômica de ambos, inaugurou uma fase de consultas permanentes entre os dois países, de valorização das relações bilaterais e da própria América Latina, motivos pelos quais as rivalidades históricas e as desconfianças militares foram devidamente superadas.

Moniz Bandeira (1995) lembra que o projeto do Itamaraty em relação à Argentina nos anos 80, pela primeira vez na História das relações bilaterais, continha iniciativas e premissas não somente permanentes e definitivas, assim como também perspectivas de longo prazo: “o que interessava ao Brasil [na crise das Malvinas] não era ganhar alguns milhões de dólares exportando trigo, carne ou soja para a Comunidade Européia no lugar de Buenos Aires, mas suprimir definitivamente o sentimento de rivalidade, ganhar confiança e fomentar a integração econômica argentina ao seu espaço vital” (BANDEIRA, 1995: p. 266).

A continuidade de um mesmo projeto de política externa implementado na primeira metade dos anos 80 ainda permeia a atual inserção internacional de Brasília (HIRST, 1998: p. 13). De acordo com Hirst (1998), apesar deste projeto ter sofrido algumas alterações de acordo com a ênfase do governo ou das conjunturas internacionais, a busca por essa autonomia e universalismo, inauguradas por Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Esses princípios “orientadores” da ação internacional do país, ancorados na valorização constante do papel da “região”, como área de influência do Brasil, se tornou permanentemente necessária para a consolidação da figura do país como “global player”.

A integração se concretiza a partir do momento em que os nacionalismos dos países envolvidos no processo arrefecem. O fim dos regimes de Segurança Nacional, juntamente com os acontecimentos nas Malvinas, propiciou assim novas perspectivas de cooperação bilateral.

O modelo econômico do Chile, incompatível com os modelos de integração da América Latina que se construíram nos anos 80, a íntima aproximação econômica de Augusto Pinochet com os países do Primeiro Mundo (principalmente a convergência ideológica com os regimes

de Reagan e Thatcher) e as grandes disputas locais com os seus vizinhos confirmaram a tendência histórica do Chile de afastamento de uma agenda comum de ênfase ao regionalismo.

O posicionamento chileno na guerra das Malvinas comprovaria esta dificuldade de relacionamento de Santiago com os vizinhos e, mais uma vez, confirmaria mais um episódio onde a histórica falta de coesão e de consenso no continente prevaleceriam, apesar da então inédita conjuntura internacional favorável ao estreitamento de vínculos regionais dos anos 80.

Em relação às “renovadas” relações entre Chile e Grã-Bretanha no pós-guerra, o alinhamento verificado no conflito ganharia grande consistência ao longo dos anos 80, alimentadas, sobretudo, pelas convergências ideológicas entre Pinochet e Thatcher, pelas afinidades econômicas entre ambos os modelos econômicos e pela conveniência comum de que ambos, por enfrentarem problemas com a Argentina, poderiam estreitar vínculos entre si:

O apoio chileno à causa britânica no conflito transformou-se em sólida cooperação entre Margareth Thatcher e Augusto Pinochet, dois mandatários assentados em modelos políticos de “governos fortes” e que possuíam grandes características em comum como o forte combate às dissidências internas: “It would seem that each government were agreed that cooperation Chile and Britain should be persued in this field but that as little ammunition as possible should be made available to their domestic oppositions” (LITTLE, 1990: p. 155).

Desde a guerra de 1982 até praticamente 1990, a Grã-Bretanha ampliou o número de representações diplomáticas (consulados por exemplos) em diversas cidades do Chile, o que representou um grande aumento do intercâmbio entre as duas nações em diversos setores. Essa associação anglo-chilena preocupou até mesmo os Estados Unidos que, a partir de meados dos anos 80, começaram a exercer uma forte pressão internacional para que os países latino-americanos iniciassem os seus respectivos processos de abertura política, apesar da grande simpatia de Ronald Reagan para com o modelo e a política de Augusto Pinochet.

Walter Little (1990) lembra que os créditos da Export Credit Guarantee Department (ECGD), agência estatal de fomento às exportações do Reino Unido, foram ampliados para o governo Pinochet, em detrimento da Argentina, que teve seus financiamentos completamente bloqueados no órgão após a invasão. A quase totalidade dos US\$ 900 milhões que estavam disponíveis para o financiamento do comércio anglo-argentino, em Maio de 1982, foram redirecionados prontamente para o incentivo ao “novo” comércio após a guerra das Malvinas.

A ênfase na defesa que os dois regimes cultivavam possibilitaram que a Grã-Bretanha fornecesse grandes quantidades de armas para o Chile. O comércio entre Londres e Santiago também atingiu níveis extremamente satisfatórios, transformando o Reino Unido em 3º maior parceiro comercial de Santiago em 1984 (perdendo apenas para Estados Unidos e Japão).

Quando questionados à respeito das crescentes denúncias de desrespeito aos direitos humanos cometidos no Chile, ao longo dos anos 80, e quanto à necessidade de um embargo contra o regime de Pinochet para pressionar por uma abertura política no país, Margaret Thatcher alegava que: “The justification was not that Chile human right record was no concerne to the UK and a economic embargo is unnecessary” (LITTLE, 1990: p. 156).

O governo britânico fora completamente indiferente em relação à questão dos direitos humanos no Chile. Quando requisitados algum tipo de sanção no Conselho de Segurança contra Pinochet, Londres exercia seu poder de veto para derrubá-las entre 1983 e 1988. Nesse mesmo período, a cooperação anglo-chilena: “included dropping ships, curtailing professional visits by the chilean military to the UK, scaling down the military training programme and withdrawing invitations to defence sales exhibitions (LITTLE: 1990: p. 155).

Em relação à América Latina, a integração de um país pequeno aos acordos de integração dominados pelas economias maiores tornou pouco interessante para Pinochet a maior inserção de Santiago no continente. Juan Carlos Lerda (1987) lembra que a falta de padronização das pautas de comércio chilenas com o continente e as margens de preferências embutidas nos acordos regionais não compensavam o alinhamento aduaneiro de Santiago com o continente.

O legado de Pinochet continua vivo até hoje no Chile seja na perpetuação do modelo econômico neoliberal, seja no fato de que a Constituição de 1980, promulgada por Pinochet, continue ainda em vigor no país (apesar de inúmeras emendas que reduziram em parte o autoritarismo político, mas que continuaram com a política econômica do ditador).

A ditadura de Pinochet perduraria até 1990, apesar de que o presidente militar tivesse planos para permanecer na liderança da nação até 1998, de acordo com a Revista “Veja”, edição 941, de 17 de Setembro de 1986⁹¹. O agravante no Chile é que em 1988, o ditador promoveria um plebiscito popular a respeito da continuação de seu mandato por mais 8 anos. O resultado do pleito indicava uma grande divisão da população à respeito da figura do

⁹¹ De fato, apesar de sair do poder em 1990, Pinochet conservou sua condição de senador vitalício e Comandante em chefe do Exército chileno até 1998, em parte, devido à grande popularidade de sua figura no país.

ditador, que naquela ocasião, receberia o respaldo de quase 50% dos chilenos, o que levou o regime militar a prever uma grande facilidade para se perpetuar no poder.

Na contramão da América Latina, que via suas ditaduras ruírem por completo, o modelo econômico chileno permaneceu com taxas de aprovação razoáveis, motivos pelos quais muitos dos pressupostos inaugurados por Pinochet ainda estarem embutidos na vida social do país.

De acordo com Hector Rojas (1997), o modelo econômico de Pinochet ganhou breve sobrevida com o final da guerra fria e com a adoção do Consenso de Washington no final dos anos 80, apesar da grande pressão internacional por uma abertura política no país. A valorização do neoliberalismo no mundo, após o esfacelamento da União Soviética, traria um grande reconhecimento internacional às reformas promovidas por Pinochet no Chile.

Para o empresariado chileno, Pinochet fora o homem que salvou o país de um regime socialista inevitável e que implementou no país um modelo “vivo” de economia de mercado, responsável por benfeitorias como o equilíbrio macro-econômico e a modernização do país. Para os seus críticos, Pinochet adotou um nível de violência sem parâmetros, mesmo se comparados com outras ditaduras da região: milhares de opositores foram sumariamente mortos e centenas de outras arbitrariedades foram cometidas, apesar da reputação conquistada pelo Chile, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, de país “tolerante” e “civilizado”.

Na visão de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008), todos os projetos de integração firmados entre Brasil e Argentina ao longo dos anos 80 não puderam contar com o Chile, que perdera boa parte de seu parque industrial durante o regime militar e que adotara um modelo econômico incondizente com sua inserção internacional em “novos” projetos integracionistas dos anos 80 como o Mercosul. As políticas de livre mercado continuaram como uma prática constante nos governos democráticos chilenos que se seguiriam a partir dos anos 90.

De fato, esse atraso pesou decisivamente para que Santiago não ingressasse como “membro pleno” do Mercosul, apesar da forte pressão exercida pelo Brasil para que o tratado comercial tivesse uma saída para o comércio com os países banhados pelo Oceano Pacífico. A solução encontrada para o “litígio” (a adesão do Chile ao tratado como um “membro associado”) comprova a incompatibilidade deste país aos preceitos integracionistas.

O retorno de países à forma tradicional de cooperação bilateral demonstra a dificuldade de se formar blocos regionais mais abrangentes. A experiência deixada pelas décadas de rivalidade e incompatibilidade aponta que o continente não conseguiu a unidade necessária

para uma integração nos moldes da União Européia, visto que esta associação para obter êxito dependia de estágios de desenvolvimento semelhantes entre os países membros, o que era incompatível com a predominância que as relações Brasília e Buenos Aires adquiriam.

O governo Augusto Pinochet impediu a reconstituição fiel do pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) do início do século XX, de acordo com a Revista “Veja”, edição 941 de 17 de Setembro de 1986. Enquanto Argentina e Brasil se democratizavam praticamente quase que concomitantemente (1984 e 1985 respectivamente), o Chile permaneceria como uma ditadura militar até 1990, impedindo a inserção de Santiago nos importantes tratados de integração que se construía na América Latina ao longo dos anos 80⁹². O choque entre a persistência de modelos desenvolvimentistas (baseado em altas tarifas protecionistas) e a necessidade de modelos econômicos condizentes de integração (onde se prevalecem exigências de liberalização comercial como o Chile pressupunha para o continente) inviabilizaram diversos projetos integracionistas latino-americanos como a ALALC e redundaram, por exemplo, no afastamento do Chile dos tratados de integração regional nos anos 70 e 80.

Os sinais de grande recuperação econômica do Chile nos anos 80 iriam dar ao país uma condição de “hub” na América Latina. Enquanto as taxas inflacionárias no Brasil e Argentina alcançavam as cifras dos quarto dígitos com os fracassos de sucessivos planos econômicos (Planos como o Cruzado no Brasil e o Austral na Argentina, por exemplo), o Chile mantinha fundamentos econômicos completamente estabilizados e que dificultavam o esgotamento do regime de Pinochet e a transição para a democracia: “At the same time the rest of the region was returning to representative forms of government, Chile was becoming regionally even more isolated. Too close an identification with it, then, ran the risk of causing difficulties with the governments in Uruguay, Peru, Argentina and Brazil” (LITTLE, 1990: pp. 157-158).

As relações com a Argentina tiveram breve convergência com a assinatura de um tratado de amizade e cooperação no final de 1984 com o propósito de tentar apaziguar o clima de hostilidades que predominavam nas relações bilaterais. Apesar deste intento, (sobretudo uma iniciativa unilateral do novo governo democrático de Raul Alfonsín para apagar uma História de rixas) as relações Santiago e Buenos Aires permaneceram praticamente estáticas nos anos 80, só recuperando consistência e importância prática a partir da década de 1990.

⁹² As redemocratizações de Brasil e Argentina introduziriam, na segunda metade dos anos 80, um fator complicador nas suas relações com o Chile: as dificuldades de relacionamento entre uma ditadura e democracia, ou seja, a ausência de uma convergência básica de modelos políticos para que uma integração logre êxito.

ERRATA – Dissertação de Rafael Macedo da Rocha Santos

Capítulo 4: Considerações Finais.

A guerra das Malvinas, portanto, contribuiu decisivamente para remodelar as relações interamericanas. Esses posicionamentos no conflito de 1982 seriam decisivos para que o continente, em uma nova era pós-regimes militares, promovesse, permanentemente, mecanismos cooperativos que superassem décadas de desconfianças e rivalidades.

O principal desafio que buscamos tratar nesta pesquisa foi evidenciar a necessidade de que a América do Sul busque em “consensos” formas de estreitar vínculos e fortalecer o arcabouço jurídico em torno da idéia de “região”. Essa falta de unidade crônica, evidenciada pelos últimos acontecimentos entre um continente dividido entre “bolivarianos” e “economias neoliberais” prejudica a produção de “consensos”, tão importantes para o advento da “região”.

O fortalecimento da idéia de “região” possui embasamento na nova dinâmica da sociedade internacional depois do final da guerra fria. De um modo geral, tal conceito expressa uma noção inerente de homogeneidade, construída basicamente através de certas variáveis compartilhadas entre os Estados inseridos em um determinado espaço geográfico.

A questão das ilhas Malvinas continua atuando nos dias atuais como um fator importante de coesão e unidade nas relações sul-americanas⁹³. Esse “problema” pode ser explorado pelo continente como uma forma da “região” incrementar seus vínculos, no auxílio a um de seus membros (a Argentina) em sua histórica luta contra a presença de uma grande potência extra-hemisférica em seu território. Do outro lado, encontra-se o Reino Unido, respaldado por forças tradicionalíssimas do sistema internacional e muito mais poderosas do que qualquer mecanismo institucional da América Latina como a União Européia e a OTAN.

As Malvinas, por se localizarem próximas ao Estreito de Drake e de Magalhães, adquirem um caráter estratégico para a segurança hemisférica da “região”. A presença de uma potência extra-hemisférica naquelas águas (o único meio de ligação marítima entre os Oceanos Atlântico e Pacífico com exceção do Canal do Panamá) provocou questionamentos permanentes no continente sobre os verdadeiros interesses implícitos do Reino Unido sobre as ilhas (localizadas a mais de 10 mil quilômetros de seu território). A onerosa administração

⁹³ Nos últimos anos, a Unasul vem aprovando, por unanimidade, diversas resoluções de apoio aos argentinos.

demanda a manutenção de uma base militar dissuasiva e permanente com 1500 soldados (quase a totalidade da população das ilhas) ao custo de US\$ 600 milhões anuais.

A questão das ilhas Malvinas tem sido alvo de uma preocupação constante para a América do Sul desde a guerra anglo-argentina de 1982. Em relação à segurança coletiva da região, as Malvinas representaram um importante legado para os latino-americanos desde então: o esfacelamento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) e a necessidade do continente pensar em um modelo autônomo de defesa e de controle sobre o Atlântico Sul, sem a interferência dos EUA. Durante o conflito, o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro (1992), assumiu a grande preocupação de seu governo com a vulnerabilidade da segurança hemisférica do Atlântico Sul e com a “intromissão” de grandes potências naquela região.

A vitória britânica no choque bélico de 1982 não acabou com o “delicado” debate em torno da soberania das Malvinas. Desde o governo Nestor Kirchner (2003-2007), a Argentina vem procurando reativar o litígio nos mais variados foros internacionais, alegando que o desfecho da guerra não modificou a legitimidade dos seus direitos sobre o arquipélago. Nesse sentido, a atual presidente argentina Cristina Kirchner (2007-2011) cobra publicamente a necessidade de que o Reino Unido cumpra as determinações das Nações Unidas⁹⁴ e aceite retomar as rodadas de negociações, paralisadas desde 1982.

A percepção da falência da OEA como foro inapropriado para tratar de questões relacionadas à América Latina fora um dos principais legados do conflito de 1982. O modelo de defesa “interamericano” com os reflexos da guerra deixou de ser capaz de garantir a livre circulação e acesso dos países regionais sobre seu principal mecanismo de sobrevivência geopolítica e econômica: o Atlântico Sul. O exercício da soberania argentina sobre as Malvinas tornou-se assim necessária para que a região garanta o controle de suas rotas por países que componham o novo “sistema” latino-americano atual.

A integração atua como mais uma tentativa de complementaridade, onde a partir do “coletivo”, os Estados poderiam ampliar suas capacidades de inserção sobre outros blocos alcançando melhores posições de barganha. Nações componentes desse sistema que não estejam integradas em suas regiões poderiam sofrer severas consequências por se isolarem diante de um cenário demasiadamente complexo e interligado como o atual.

⁹⁴ A Resolução número 2065, aprovada pela 20ª Assembléia Geral das Nações Unidas em 1965, convida os dois países a resolverem pacificamente o litígio de soberania sobre as ilhas Malvinas/Falklands.

A formação dessa comunidade regional, no que diz respeito à formação desse modelo de segurança comum, não está mais centrada exclusivamente nos Estados isoladamente. A distribuição do mundo através “das regiões” é uma possibilidade para que estes países estejam inseridos dentro de um contexto mais amplo que leve em conta fatores que influenciam diretamente na formulação de suas próprias políticas internas.

As Malvinas representaram (e ainda representam) um importante legado para a região: os vizinhos da Argentina não poderiam ficar alheios e aceitar passivamente o risco de “desmoronamento completo” de qualquer um de seus parceiros sem atuar energicamente para evitá-lo. Em um mundo cada vez mais interligado e onde os parceiros regionais assumem uma importância vital para a sua própria sobrevivência econômica e geopolítica, o desenvolvimento regional passa a estar intimamente ligado ao desenvolvimento nacional. Ambos estão indissociáveis e intimamente ligados conforme o posicionamento da maioria da América Latina já apontava na guerra de 1982.

A preocupação com segurança internacional passa, portanto, pela manutenção da estabilidade nos mecanismos institucionais das “regiões” do mundo. A convergência de opiniões dentro da região gera melhores condições para que, com a previsibilidade das ações dos Estados nas questões internacionais mais delicadas, para que seja afastada definitivamente a ameaça do uso da força e a impunidade para aqueles que a utilizarem.

Enquanto as regiões adquirem um caráter cada vez mais interligado e o sistema interestatal tende a conservar sua estrutura intacta como uma forma natural de preservação da segurança internacional (por meio de construção de consensos entre os blocos), a questão das Malvinas permanece como entrave a esses preceitos e ainda representa uma grave ameaça a todo esse ordenamento coletivo baseado nas “regiões”.

Referências Bibliográficas:

Arquivo Nacional em Brasília. Arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações da ditadura brasileira, o SNI comprovando claramente a preferência do Brasil pela Argentina. Documentação entre 1º de Junho de 1982 e 10 de Junho de 1982.

Diversos Depoimentos do Comandante da Força Aérea chilena durante a guerra das Malvinas (1982) e membro da Junta Militar, Fernando Matthei (principal responsável intelectual e prático pelo apoio militar aos britânicos), ao programa IE da televisão chilena presente em links como <http://www.youtube.com/watch?v=sEAX-Mofbrw> no dia 15 de Setembro de 2010. Livro de memórias do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro descrito abaixo e da primeira ministra britânica Margareth Thatcher.

Entre os periódicos do Brasil: *Jornal do Brasil*, *Revista Veja*, *Revista Istoé*, *Jornal O Globo* e *Jornal Correio da Manhã*. Entre os argentinos: *Jornal Clarín*, *La Razón*, *La Prensa*, *Agencia de informações Telam*. Entre os chilenos: *Revista Ideas*, *Hoy e Polis*, jornais *El mercurio*. Entre os “internacionalistas”: *agencia Reuters*, *CNN* e *BBC de Londres*. Todos entre 02 de Abril de 1982 até 17 de Junho de 1982.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações Internacionais Contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1994.

ANGEL, Alan e POLLACK Benny. *The legacy of dictatorship: political, economic and social change in Pinochet's Chile*. Liverpool: Institute of Latin American Studies, 1993

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Unesp, 2002.

BALZA, Martín. *Malvinas, Gesta e Incompetência*. Buenos Aires: Atlántida, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: UnB, 1987.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *La formación del Império Americano: de la guerra contra España a la guerra en Irak*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.

_____. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

- BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1995.
- BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- BOSOER, Fabián (org.). *Generales e Embajadores: una historia de las diplomacias paralelas en Argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2005.
- CABRAL, Antônio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: história de uma derrota*. São Paulo: EMW Editores, 1983.
- CABRAL, Ricardo Pereira. *O fim da guerra fria e as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil frente à crise de segurança hemisférica (1991-2001)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do PPGHC/UFRJ, 2005.
- CADERMATORI, José. *Chile: El Modelo Neoliberal*. Santiago: ChileAmérica CESOC, 1998.
- CAMARGO, Sônia de. *O Universalismo do governo Figueiredo*. Rio de Janeiro: Convívio, 1988.
- CARREIRO, Marcelo. *A construção de uma Comunidade de Segurança na América do Sul: A integração em defesa como estratégia de Integração Regional*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do PPGHC/UFRJ, 2009.
- CONSANI, Norberto (org.). *Las relaciones internacionales de Argentina, Chile y México*. Buenos Aires: Latinoamericana, 2007.
- CORREA (org.) Luís Felipe Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2007.
- CERVO, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional: a política exterior brasileira de 1930 até os nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- _____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG e IBRI, 2001.
- CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 1990.
- COUTINHO, Marcelo. *Crises Institucionais e Mudanças Políticas na América do Sul*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado do IUPERJ, 2008.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito nas Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: UnB, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo: Gradiva, 1997.
- GONÇALVES, Williams; MYAMOTO, Shiguenoli. *A política externa dos governos militares*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, volume 06, 1993.

- GONÇALVES, Williams; LECHINI, Gladys; KLAGSBRUNN, Victor (orgs.). *Argentina e Brasil: Vencendo os preconceitos*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- GOMA, Oscar. *Hacia un Chile Competitivo: Instituciones y Políticas*. Santiago: Editorial Universitarias, 2003.
- GOMEZ, Federico Martín. *Sin guerra, las Malvinas serían nuestras*. Buenos Aires: Boletim informativo do IRI/UNLP, 2009.
- GUARACHI, Eduardo Rodriguez. *Chile-Argentina más allá de sus fronteras: Crónicas de un diplomático*. Santiago: ADICA e RIL, 2003.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1992.
- _____. *Visão da Conjuntura e o Comportamento Diplomático do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1982.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: 34, 2004.
- FERRER, Aldo. *A economia Argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- FIORI, José Luís (org.). *O mito do colapso do poder americano*. São Paulo: Record, 2008.
- HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. *The Battle for the Falklands*. Londres: Pan Books, 1983.
- HELD, David e Mac GREW, Anthony. *Globalización/Antiglobalización: sobre la reconstrucción del orden mundial*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- HERZ, Monica e HOFFMAN, Andrea. *Organizações Internacionais*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- HIRST, Monica. *Política Externa e Democracia: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista de Política Externa Brasileira, 1988.
- JAGUARIBE, Hélio (org.). *Leituras de Política Internacional*. Brasília: UnB, 1982.
- _____. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- _____. *Reflexiones sobre el Atlántico sur: América Latina y el Brasil ante la desarticulación del sistema interamericano*. Rio de Janeiro, 1988.
- KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. In: *History and Theory*, v.42, pp.39-44, 2003.

- LACOSTE, Pablo. *La imagen del outro en las relaciones de la Argentina y Chile (1534-2000)*. Santiago, Universidad de Santiago, 2000.
- LAFER, Celso e PENA, Félix. *Argentina e Brasil no sistema de relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- LAFER, Celso. *La política exterior brasileña y la crisis en el Atlántico Sur (1982): una evaluación*. Rio de Janeiro, 1982.
- LANUS, Juan. *De Chapueltec al Beagle*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.
- LERDA, Juan Carlos e BAUMANN, Renato (orgs.). *A integração em debate: Brasil-Argentina-Uruguai*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARTINS FILHO, José Roberto. *As Forças Armadas Brasileiras no pós Guerra Fria*. Fortaleza: *Revista Tensões Mundiais*, Volume 03, pp.78-89, 2006.
- MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: USP, 2007.
- NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2006.
- ORREGO, Francisco. *Chile y Argentina: nuevos enfoques para una relación constructiva*. Santiago: Pehuen, 1990.
- PECEQUILO, Christina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PORTO, Carlos Henrique. *Uma História do Tempo Presente? Possibilidades e desafios para o historiador*. Rio de Janeiro, 2005.
- RAPOPORT, Mário. *A guerra das Malvinas e a política exterior argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1997.
- ROCHA, Maurício Santoro (org.). *O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI*. Brasília: FUNAG, 2006.
- ROMERO, Luis Alberto. *Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

- ROJAS, Hector Donoso. *Chile, El país de futuro?* Santiago: ChileAmérica CESOC, 1997.
- RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El lugar de Brasil en la política exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- _____. *A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos*. Revista Brasileira de Política Internacional, volume 16, nº 3, 2008.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SARAIVA, Miriam Gomes. *Política Externa, Política Interna e Estratégia de Desenvolvimento: O projeto de Brasil Potência Emergente*. Revista Sociedade em Debate, volume 4, número 1. Pelotas/RS: Universidade Católica de Pelotas, 1998.
- _____. *As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional: volume 50, nº 2, 2007.
- SANTOS, Raquel Paz dos. La diplomacia cultural como un nuevo elemento para pensar las relaciones argentino-brasileñas (1930-1954). In: *CD del III Congreso de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de la Plata*: La Plata, 2006.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (orgs.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- TERRAGNO, Rodolfo. *Falklands*. Buenos Aires: Ediciones De la Flor, 2002.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. *O Cone Sul e suas relações internacionais: um espaço de cooperação para a América do Sul*. Revista de Política Externa, volume 17, nº 1, 2008.
- VERBITSKY, Horacio. *Malvinas: La ultima batalla de la Tercera Guerra Mundial*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). *A Grande Crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Manual de História Contemporânea do Concurso do Itamaraty (1776-1991)*. Brasília: Funag, 2007.
- ZHEBIT, Alexander (org.). *Ordens e Pacis*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.
- WEST, Nigel. *La guerra secreta por las Malvinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)